

MIRADOURO DA VITÓRIA

Proposta de reconversão de um conjunto edificado
da segunda metade do séc. XVIII

Inês Maria de Oliveira Rodrigues

M
2025



MIRADOURO DA VITÓRIA

Proposta de reconversão de um conjunto edificado
da segunda metade do séc. XVIII

Inês Maria de Oliveira Rodrigues





Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Sob a orientação da
Prof.^a Doutora Raquel Alexandra Geada e Paulino

Inês Maria de Oliveira Rodrigues
2024/2025

MIRADOURO DA VITÓRIA

Proposta de reconversão de um conjunto edificado da segunda metade do séc. XVIII



[CAPA] Vista do Miradouro a partir da Rua das Aldas,
Evidenciando o nosso objecto de intervenção.IR.

[notas prévias]

i. A presente dissertação encontra-se redigida ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde 2009. Porém, no que diz respeito às citações, poderá haver exceções preservando sempre a escrita original.

ii. No corpo de texto, as citações de línguas estrangeiras foram livremente traduzidas pela autora para uma maior fluidez de leitura. As expressões em *itálico* referem-se a referências, expressões, instituições e estrangeirismos; e com a utilização de **bold** pretende-se dar ênfase e destacar informações específicas. Por questões de edição, as notas de rodapé recomeçam a cada capítulo.

iii. Por questões de coerência gráfica, as imagens foram redimensionadas e tratadas cromaticamente. Todos os elementos codificados com IR.mês.ano são da autoria da autora, sendo os restantes destacados em parte própria.

iv. Para facilitar a navegação, na versão do documento em formato digital, apresenta um sumário vinculado através de hyperlinks, que permite aceder de forma direta a cada capítulo e secção da dissertação.

agradecimentos

à prof.^a Raquel Paulino

pela disponibilidade, pelo rigor e pela ajuda.

aos meus Pais

pelo exemplo, persistência, presença, apoio, por tudo.

*por estarem sempre prontos a ajudarem-me a ir mais além, fazendo me sentir;
que consigo alcançar tudo.*

às minhas Irmãs, Carlota e Alice

por me apoiarem sempre e inspirarem a dar o meu melhor.

à minha Família e Padrinhos

pelas memórias,

por me apoiarem e incentivarem a ir mais além.

ao Pedro

companheiro de vida,

pelo apoio,

por todas as aventuras em qualquer parte do mundo, e por mais.

aos Amigos

pelos momentos,

pela entreaajuda,

pela amizade.

à Rita, *por estar sempre presente em todo este percurso*; à Eugenia, *pela presença e amizade*; à Carla, *pelas conversas*; à Beatriz *que será sempre a minha vizinha*; à Ema *que me apoia sempre*, ao Jorge *pela amizade*.

abstract

This dissertation originated from the formulation of a project for the rehabilitation of a pre-existing building complex, dating from the second half of the 18th century and the first half of the 19th century, located in the historic centre of the city of Porto, at the Miradouro da Vitória, known as Casa do Visconde da Pena, as well as from a theoretical research on a set of themes and issues raised by the project process. The theoretical-practical work developed finds opportunity in the context of the transformations observed in the domestic spaces and ways of inhabiting them in contemporary societies, particularly in Europe.

Thus, we seek to develop a proposal based on the historical study and analysis of the built complex, deepening and complementing knowledge around the experimentation and transformation of the domestic program and, above all, intervening in the existing built environment, while respecting its values and identity. Regarding new ways of inhabiting domestic space, in order to serve the needs of contemporary society, we invoke the concept of co-housing, since according to the principles that determine it, architectural typologies have been explored that combine traditional private living with a new form of collective living, based on new logics of programmatic and spatial association. In this context, the principle of adaptability is addressed as a flexible solution for adapting space to the different aspirations and needs that society presents at any given moment.

The starting point is identifying a set of values recognized as indispensable to the project's design, with the objective of developing a proposal that can simultaneously innovate and provide continuity. While a new era is being embraced, on the other hand, the aim is to integrate and respect the cultural and historical values of the site where it is located.

resumo

A presente dissertação partiu da formulação de um projeto para a reabilitação do conjunto edificado preexistente, da segunda metade do século XVIII, primeira metade do século XIX, localizado no centro histórico da cidade do Porto, no Miradouro da Vitória, designado Casa do Visconde da Pena, e da investigação teórica em torno de um conjunto de temas e problemáticas que o processo de projeto convocou. O trabalho teórico-prático que desenvolvemos, encontra oportunidade no contexto das transformações que se têm vindo a observar no espaço doméstico e no modo de o habitar, nas sociedades contemporâneas, nomeadamente europeias.

Assim, procuramos desenvolver uma proposta, assente no estudo e análise histórica do conjunto edificado, aprofundando e complementando o conhecimento em torno da experimentação e transformação do programa doméstico e, sobre o intervir no edificado preexistente respeitando os valores em presença e a sua identidade.

Sobre os novos modos de habitar o espaço doméstico, por forma a servir as necessidades da sociedade contemporânea, convocamos o conceito de *cohousing*, na medida em que de acordo com os princípios que o determinam têm vindo a ser exploradas tipologias arquitectónicas que combinam o tradicional habitar privado com um novo modo de habitar coletivo, a partir de novas lógicas de associação programática e espacial. Aborda-se, neste contexto, o princípio de adaptabilidade que se apresenta como uma solução flexível para adaptação do espaço às diferentes aspirações e necessidades que, a cada momento, vão sendo colocadas pela sociedade.

Parte-se da identificação de um conjunto de valores que se reconhecem como indispensáveis à concepção do projecto, com o objetivo de desenvolver uma proposta que simultaneamente possa *innovar em* continuidade. Se, por um lado, se assume um novo tempo, por outro lado, procura-se integrar e respeitar os valores culturais e históricos do local onde se insere.



[SUMÁRIO]

agradecimentos	007
abstract	008
resumo	009
 INTRODUÇÃO	 012
 PARTE 01. Enquadramento da Proposta de Intervenção	 016
01.1. A Casa Burguesa Portuense	018
01.2. A Passagem do Tempo	036
01.3. Edificado Preexistente	042
localização	043
levantamento	044
princípios morfo-tipológicos	054
 PARTE 02. Desafios da Contemporaneidade	 064
02.1. Novos modos de habitar, na contemporaneidade: Cohousing	067
o problema	067
o conceito	068
a dimensão social	071
a dimensão arquitectónica	072
02.2. Escalas do cohousing - 3 casos de estudo	074
02.3. Reabilitação e Arquitetura	080
 PARTE 03. Proposta de Intervenção	 086
03.1. Aproximação ao Programa	088
03.2. Processo de Projecto	091
03.3. Proposta de Intervenção	092
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 111
apêndices/anexos	114
fostes e referências	158



introdução**Enquadramento**

[01] Vista do Cais de Gaia. IR.

O presente trabalho encontra oportunidade no contexto das transformações que se têm vindo a observar na composição e estrutura familiar das sociedades contemporâneas, na quais se inscreve a portuguesa e portuense; no crescente fenómeno de isolamento; e no contexto do grave problema da habitação que em Portugal, que afeta diferentes faixas etárias, mas mais diretamente as gerações mais jovens, nomeadamente aos jovens que procuram uma primeira habitação.

Perante os problemas enunciados, consideramos oportuno e necessário desenvolver uma reflexão em torno da transformação dos modos de habitar o espaço doméstico, programa em torno do qual, procuraremos desenvolver uma solução arquitectónica, adequada às circunstâncias e possibilidades que o edificado preexistente oferece. Neste contexto, aprofunda-se a ideia de *cohousing*, na medida em que este novo modelo parece encontrar sentido e oportunidade, orientando a experimentação de tipologias arquitectónicas que combinam o tradicional habitar privado com um novo modo de habitar coletivo, a partir de novas lógicas de associação programática, e espacial, geradora de novos espaços, interiores e exteriores, de uso coletivo que têm na sua génese a promoção do convívio e partilha quotidianos.

Paralelamente à reflexão e exploração tipológica que se pretende ensaiar neste trabalho, no contexto da reutilização de um conjunto edificado preexistente, impõe-se, desde logo, o desenvolvimento de uma análise do edificado preexistente. Assim, será importante aprofundar o conhecimento sobre o objeto de estudo deste trabalho e sobre o contexto urbano em que se insere.

É através da procura de um equilíbrio entre o existente e o novo, entre continuidade e inovação, que resulta este trabalho testando a capacidade de atualização da casa burguesa portuense a um novo tempo cultural que impõe uma profunda transformação do espaço doméstico.

Objecto e Objectivo

A nossa área de intervenção localiza-se no miradouro da Vitória, na antiga freguesia portuense da Vitória, em pleno centro histórico da cidade do Porto. O **objecto** de estudo é composto por um conjunto edificado preexistente e pelo seu logradouro adjacente. Com origem na segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX, a Casa do Visconde da Pena, apresenta-se atualmente em estado de degradação acentuado. No passado congregava em si um programa destinado à habitação unifamiliar, típico da burguesia portuense setecentista. O conjunto edificado preexistente é composto por duas edificações, implantando-se numa situação urbana de gaveto na intersecção da Rua de São Bento da Vitória com a Rua de São Miguel. A primeira edificação preexistente, que define o gaveto, é uma construção de quatro pisos mais cave, com três frentes; a segunda, mais pequena, caracteriza-se por ter sido uma construção de apoio e é composta por dois pisos mais cave. Esta última construção encontra-se implantada no interior do logradouro em continuidade com o edifício principal no alinhamento da Rua de São Bento da Vitória. Ambas as edificações estão em diálogo direto com o espaço amplo destinado a logradouro. Referimo-nos a um espaço, de miradouro que outrora terá sido designado Jardim da Vitória, que lhes dá acesso e com o qual estabelecem uma frente.

O **objectivo** da presente dissertação será o desenvolvimento de um projecto de reabilitação para o conjunto Casa do Visconde da Pena, edifício de apoio e logradouro anteriormente referidos. Para o desenvolvimento deste projeto, desenvolvemos uma análise e interpretação que procurou compreender a evolução, da casa burguesa portuense, tipologia em que se inscreve, assim como do conjunto construído e do logradouro ao longo do tempo. Após este estudo, considerou-se oportuno e necessário desenvolver uma reflexão sobre a experimentação que tem vindo a ocorrer em torno dos novos modos de habitar, que nos ajudou na formulação de um programa de intervenção gerador de uma solução arquitectónica que contribui para o debate e experimentação que tem vindo a ter lugar sobre novas formas de habitar fundadas no conceito de *cohousing*. Se, por um lado, a análise e reflexão em torno da evolução da casa Burguesa portuense, nos auxiliou no reconhecimento dos valores em presença e apoiou a definição de critérios de intervenção que nos permitiram desenvolver uma solução de projeto que procurou preservar e respeitar o património herdado, por outro lado, a análise e reflexão em torno da evolução dos modos de habitar orientaram uma estratégia de atualização do conjunto que procurou equacionar as novas necessidades de uso, as exigências técnicas e de conforto atuais, numa lógica de respeito pela identidade e características do edificado preexistente. Para tal, realizaremos um aprofundado estudo morfo-tipológico e construtivo.

Metodologia

Para desenvolver uma proposta de intervenção no edificado preexistente foi indispensável a recolha de informação acerca do objecto de estudo.

Assim sendo, o trabalho passou, num primeiro momento pela recolha de fontes primárias, no Arquivo Municipal da cidade do Porto, assim como pela recolha de bibliografia que nos permitiu compreender o nosso objeto de estudo.

Destaca-se, ainda, a importância das visitas à área de intervenção com o objetivo de fazer um reconhecimento e um levantamento arquitetónico do edifício, identificando o estado de conservação ou degradação dos elementos preexistentes, que foram complementados por um registo fotográfico, que nos permitiu registar e mapear de forma consistente o estado atual da pré existência.

Numa segunda aproximação, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica, com recurso à análise de referências que abordam o tema do *cohousing*, com o objetivo de conhecer e compreender os novos modelos alternativos de habitação que têm vindo a ser ensaiados, numa tentativa de dar resposta a novas necessidades da sociedade contemporânea que têm na sua origem uma nova composição da estrutura e agregado familiar e nova forma de viver.

Em síntese, a recolha de informação referida foi essencial para a análise e interpretação da preexistência, e para a compreensão dos temas e problemáticas que o processo de formulação de uma proposta de intervenção convocava.

A proposta de reconversão do conjunto da Casa do Visconde da Pena foi, o pretexto para o desenvolvimento de uma reflexão em torno das temáticas referidas e simultaneamente o objetivo e produto final deste trabalho.

Estrutura

A presente dissertação **estrutura-se** em três partes: *Enquadramento da Proposta de Intervenção*; *Desafios da Contemporaneidade*; *Proposta de Intervenção*, correspondentes a duas fases de desenvolvimento, duas partes uma de natureza teórica e outra, a última, de natureza prática, através das quais se faz aproximação do geral para o particular.

A primeira parte, *Enquadramento da Proposta de Intervenção*, desenvolve-se em três subcapítulos. Partimos do estudo da *casa burguesa portuense*, compreendendo assim as características do contexto histórico em que se insere o nosso objecto de intervenção. Após o conhecimento das fases de evolução tipológica da *casa burguesa portuense*, focamos o estudo na *passagem do tempo* no nosso objeto de estudo, desenvolvendo uma análise e interpretação com a qual procuramos compreender a sua evolução, desde o momento inicial de construção até ao estado atual, enquadrando-o no tempo.

Por fim, desenvolvemos um levantamento e uma análise do *Edificado Pré-Existente*, que culminou na produção de peças desenhadas que refletem um o levantamento atento e informado que procuramos desenvolver sobre o conjunto edificado.

A segunda parte, intitulada *Desafios da Contemporaneidade*, estrutura-se em três subcapítulos, partindo de uma uma reflexão sobre a experimentação que tem vindo a ocorrer em torno dos *Novos modos de habitar, na contemporaneidade: Cohousing*. Com o intuito de construir uma posição crítica, convocamos diferentes obras e autores que têm vindo a ser ensaiadas novas tipologias de habitar abordando-as num subcapítulo intitulado, *Escalas do cohousing - três casos de estudo*. Por fim estudamos o conceito da *adaptabilidade* no contexto da acelerada transformação da sociedade e das necessidades que, em cada momento, lhes estão associadas, enquanto estratégia que tem por objectivo criar soluções que possam adaptar-se as necessidades futuras.

Na terceira parte, *Proposta de Intervenção*, apresenta-se em três subcapítulos para a concepção da proposta. Num primeiro momento, tendo como suporte o estudo de natureza teórica que compreende a circunstância de intervenção da preexistente, formula-se uma *Aproximação ao Programa* a desenvolver. Segue-se a apresentação do *Processo de Projeto*, que conduz à *Proposta de intervenção*, que se apresenta para o conjunto edificado designado Casa do Visconde da Pena, ensaiando uma possível e oportuna reativação, que assenta num novo modelo de habitar contemporâneo. Estes são complementados através da elaboração de um conjunto de peças desenhadas que suportam o nosso discurso.



[02] Vista do Cais de Gaia. IR.



PARTE 01.

Enquadramento da Proposta de Intervenção

01.1 A Casa Burguesa Portuense

¹ FERNANDES, Francisco Barata - *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade*. Porto: FAUP Publicações, 1999, p. 77

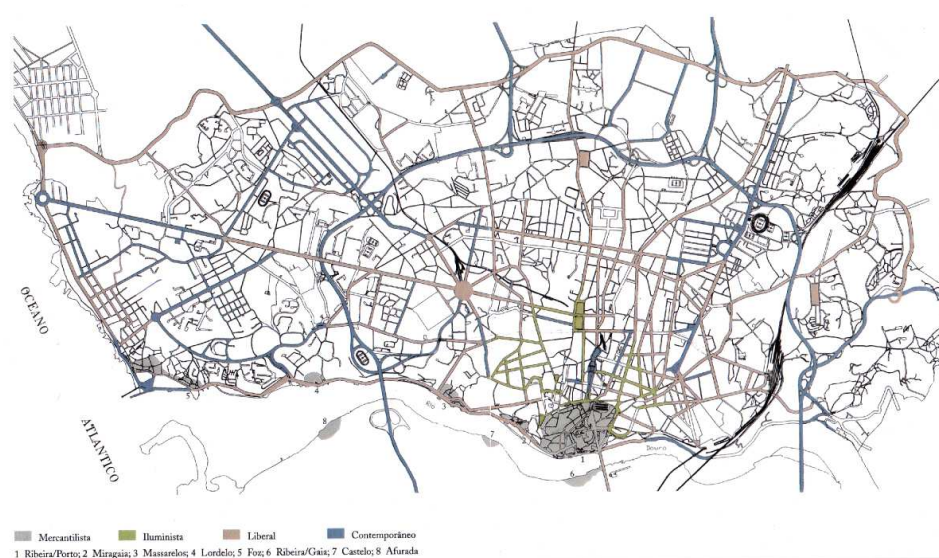
A formulação de uma proposta de intervenção para o número 12 da Rua de São Bento da Vitória e os números 1, 3 e 5 da Rua de São Miguel, localizado na cidade do Porto, impõe, desde logo, uma compreensão da génese do tecido urbano em que se inscreve e um aprofundamento do conhecimento em torno das opções tipológicas que suportaram e caracterizaram o modo de habitar portuense à data da sua construção.

Assim, iniciamos o nosso estudo com uma breve contextualização histórica e uma aproximação tipológica, com as quais procuraremos esclarecer as circunstâncias que enquadram a transformação da área envolvente ao nosso objeto de estudo, bem como a sua natureza particular.

Como suporte ao estudo e compreensão do nosso objeto de estudo importa convocar a investigação de doutoramento realizada por Francisco Barata Fernandes, que deu origem à publicação intitulada *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade*, assim como a investigação de doutoramento realizada por Nelson Mota que, por sua vez, deu origem à publicação intitulada *A Arquitectura do Quotidiano. Público e Privado no Espaço Doméstico da Burguesia Portuense do final do século XIX*.

De acordo com Francisco Barata Fernandes, ao longo do período compreendido entre o século XVI e XIX, assistiu-se a um modo de pensar e construir o espaço doméstico burguês portuense que reflete o modo de habitar da burguesia europeia, em particular da burguesia inglesa. Ao modelo parisiense, assente na construção de edifícios de habitação plurifamiliar, contrapôs-se o modelo flamengo que, por sua vez, está na base do modelo *georgiano* usado em Inglaterra, assente na construção de habitações *unifamiliares*, habitualmente contíguas, de duas frentes. Na cidade do Porto, será este último modelo *georgiano*, adaptado a uma malha urbana definida por lotes estreitos no contacto com a rua - dando continuidade aos princípios do lote medieval - e profundos, a base da estrutura, modo de habitar e identidade de um tecido urbano que se construiu ao longo de três períodos característicos e relevantes da sua história. Referimo-nos aos períodos *Mercantilista*, *Iluminista* e *Liberal*¹.

Tendo por base cada um dos períodos referidos, importa assim analisar e compreender, na relação com um modo de habitar específico, o modo de pensar e construir a habitação da burguesia portuense, esclarecendo as características do tecido urbano em que foram construídas e as suas características morfo tipológicas, designadamente o princípio de organização interna em função de um programa específico, as características do lote e os sistemas construtivos explorados na definição e consolidação de uma linguagem arquitectónica.



[03] Fases de desenvolvimento da Cidade do Porto

contexto histórico

Porto Mercantilista

O tecido urbano da cidade do Porto construído ao longo da Idade Média resultou de um processo de intensificação da construção dentro das muralhas do designado *Porto medieval*. É neste contexto que se inscreve a emergência de um modelo de habitação, a casa burguesa, do período que designamos de *Porto mercantilista*. De acordo com Francisco Barata Fernandes, estas construções são as de formação mais antiga e apresentam características particulares, por estarem localizadas nas *áreas históricas da cidade como as da Ribeira-Barredo, Sé, Vitória, Cimo de Vila e Miragaia*².

Antecedem e justificam a emergência do novo modelo, o aumento significativo da população na cidade, como resultado do crescimento do comércio marítimo e do aparecimento de *uma política mercantilista, assente no aumento da produção agrícola, e na intensificação do comércio internacional, que lança o país num novo período de alguma prosperidade*³, no **início do século XVI e durante o século XVII**.

Estas mudanças conduziram a um ciclo migratório das populações rurais para o centro urbano da cidade e à chegada de comerciantes estrangeiros, nomeadamente os ingleses com os quais se estruturará uma importante relação. Como consequência, a cidade densifica o seu património habitacional. É no tradicional modelo orgânico urbano, não planeado urbanisticamente, da cidade medieval portuense, que se inserem os lotes das primeiras casas burguesas construídas na cidade do Porto. Os seus respetivos lotes obedecem ao dimensionamento, traçado e articulação dos arruamentos medievais, apresentando, lotes com perímetros retangulares irregulares.

lotes | quarteirões

² FERNANDES, Francisco Barata - Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade. Porto: FAUP Publicações, 1999, p.120

³ TEIXEIRA, Joaquim José Lopes - Descrição do Sistema Construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica (...) Porto: FAUP, 2004, p.15

⁴ FERNANDES, op.cit., p.121

⁵ FERNANDES, op.cit., p.121

Como consequência, a maior parte dos lotes das casas burguesas inscrevem-se em quarteirões com características distintas. Pela sua especificidade, refere-se o conjunto de quarteirões em frente ao Rio Douro, constituído por lotes de duas frentes, contíguos, pontualmente interrompidos por pequenas ruas perpendiculares ao rio e por vestígios de portas e postigos da antiga muralha medieval da cidade que ligam pequenos largos e praças. Podemos observar a extensão destes quarteirões desde a zona da Ribeira até Miragaia. Existe, ainda, um conjunto de quarteirões diferentes na sua forma e dimensão, *quarteirões muito mais pequenos, com perímetro poligonal regular, tendencialmente em forma de L, constituídos pelo pelos lotes menos profundos e de uma só frente*⁴.

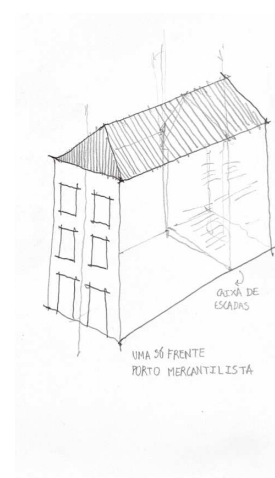
Como consequência das características específicas do tecido de matriz medieval, sobre o qual se dá o processo de densificação e transformação da cidade, podemos afirmar, que *a formação de quarteirões e de lotes resulta de um processo de subdivisão da propriedade e não de um processo de associação de lotes*⁵.

matriz de organização interna

A investigação que tem vindo a ser desenvolvida por diferentes autores permite-nos afirmar que, nas áreas referidas existem essencialmente dois tipos de lotes: *lotes de frentes estreitas ou muito estreitas, variando entre 3 e 6 m, com uma profundidade que oscila entre 20 e 30 m; e lotes de frentes igualmente estreitas, mas com profundidade entre 10 e 15 m.*⁶ As duas tipologias de lotes referidas remetem a dois edifícios de habitação com características distintas, um edifício de uma só frente e outro de duas frentes, aos quais correspondem matrizes de organização interna distintas.

Assim, sobre os **edifícios de uma só frente**, importa referir que *esta composição é considerada a mais antiga em edifícios de habitação corrente no Porto. Expressam já uma ideia da cidade baseada no conceito de rua urbana e, portanto, com possibilidades estéticas alargadas à noção de conjunto de pequenas parcelas, que ultrapassa o simples controle da composição individual de cada fachada*⁷. A implantação destas habitações ocupa a totalidade do lote e não possui logradouro, é composta por dois ou três pisos, e abre-se diretamente para a rua. Estas construções adaptam-se a diferentes características do relevo, em situações de forte pendente ou de topografia predominantemente plana. O desenho da fachada apresenta duas aberturas por piso, sendo que estas aberturas se situam junto às paredes de meação de modo que o eixo central da composição do desenho da fachada não corresponda a um elemento aberto. Sendo esta a opção prevalecente, identifica-se a existência da mesma tipologia com três vãos, sendo que no eixo central da composição existe um vão. Obedecendo a uma regra compositiva, a fachada é desenhada considerando o mesmo espaçamento entres os respetivos vãos. Uma das características principais desta tipologia é a localização da caixa de escadas, que se localiza nas traseiras, numa posição e desenvolvimento transversal ao edifício, quando existem mais de dois pisos. Também se pode verificar a solução de escada lateral e de tiro em habitações com apenas dois pisos, [06], [07].

edifícios de uma só frente

⁶ FERNANDES, op.cit., p.120⁷ FERNANDES, op.cit., p.123

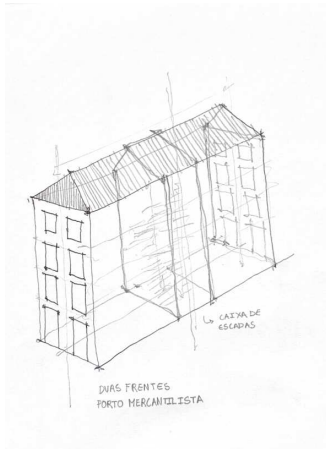
[04] Esquisto de processo, edifícios de uma só frentes do Porto Mercantilista. IR.

[05] Edifício de habitação de uma só frente, caixa de escadas localizada nas traseiras e fachada com três vãos com eixo de simetria da composição no vão central. Piso térreo com uso misto, primeiro piso destinado a habitação.

[06] Edifício de habitação de uma só frente, caixa de escadas localizada nas traseiras e fachada com dois vãos com eixo de simetria localizado no plano da parede. Piso térreo com uso misto, primeiro e segundo piso destinado a habitação.



edifícios de duas frentes



Por sua vez, a tipologia dos **edifícios de duas frentes**, foi explorada sobretudo nos quarteirões *fronteiros ao Douro nas áreas da Ribeira Brava e Miragaia, assim como nos quarteirões mais regulares e extensos das áreas da Sé e da Vitória*⁸.

No que respeita à configuração do lote, podemos verificar que a dimensão da largura da parcela não sofre alterações significativas, porém este duplica na sua profundidade com a introdução do logradouro. A criação de acessos nas duas frentes é explorada em circunstâncias topográficas distintas, quer em situações de existência de pendentes pouco acentuadas, como em terrenos íngremes, situação na qual forçosamente o acesso ao edifício se estabelece em cotas distintas.

*Neste exemplo, a mudança de localização da caixa de escadas, da fachada das traseiras para o centro da construção, introduz uma nova concepção da casa*⁹. Surge uma ideia de privacidade no uso da habitação, que advém, da introdução de novos fatores, como a existência de mais espaço e mais compartimentos, que altera profundamente a matriz de organização interna da casa.

Os *principais elementos de composição arquitectónica, não se alteram de uma tipologia para a outra, havendo também fachadas organizadas com base em três ou em dois vãos*¹⁰. Contudo, surge uma nova temática, nesta tipologia, com o surgimento da fachada traseira, arquitetonicamente mais económica e elementar, [07] e [08].

⁸ FERNANDES, op.cit., p.124

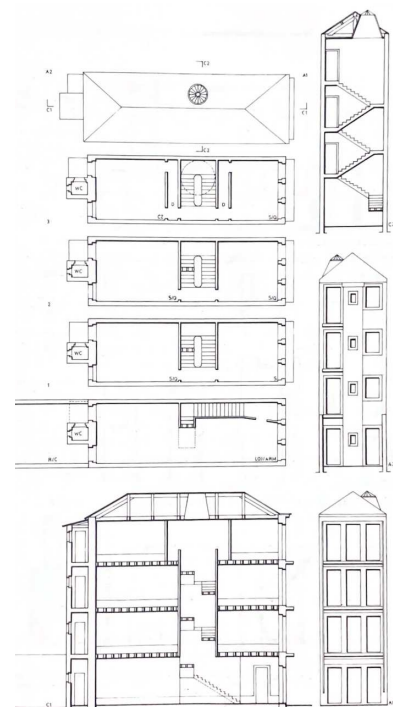
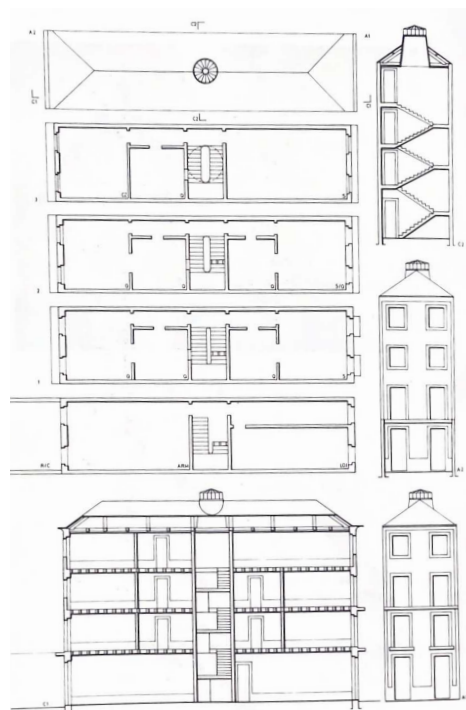
⁹ FERNANDES, op.cit., p.124

¹⁰ FERNANDES, op.cit., p.125

[07] Esquismo de processo, edifícios de duas frentes do Porto Mercantilist.IR.

[08] Edifício de habitação de frentes para duas ruas, caixa de escadas central com dois vãos, com eixo de simetria localizado no plano da parede. Piso térreo com uso misto, restantes pisos destinados a habitação.

[9] Edifício de habitação com duas frentes, com logradouro, caixa de escadas central com três vãos. Piso térreo com uso misto, restantes pisos destinados a habitação. A introdução de um sanitário surge como um acrescento do final do séc.XIX.



materiais

Segundo Francisco Barata Fernandes, em ambas as tipologias anteriormente referidas, os materiais utilizados na sua construção *são fundamentalmente o granito, a madeira e a argila. As paredes do piso térreo são sempre construídas em granito. Normalmente, as fachadas, quando apresentam até dois ou três pisos também se erguem em alvenaria de granito. A estrutura dos pavimentos bem como a da cobertura é em madeira. As divisórias interiores no piso térreo são muitas vezes em granito, mas nos pisos superiores usa-se a taipa, e posteriormente o tabique. No enchimento da estrutura de madeira de taipa, emprega-se a argila em pequenos tijolos maciços fabricadas para o efeito. (...) Os aumentos de dois ou mais pisos surgidos durante todos os séculos XVIII e XIX, sobre construções preexistentes de um e dois pisos construídos em granito, eram integralmente fabricados em madeira e taipa*¹¹.

modo de habitar

Relativamente ao modo de habitar os espaços da casa burguesa, podemos afirmar que, ainda no século XVII, permanecia a ideia de habitar medieval, pelo que os espaços da casa dispunham de pouca ou nenhuma especialização. *Até então a casa é fundamentalmente uma sala onde tudo se passa*¹², os trabalhos domésticos executam-se todos no mesmo aposento, sendo os móveis os elementos que esclarecem o funcionamento da casa. O conceito de corredor, como elemento de distribuição, não faz parte do léxico destas habitações. Estas tipologias não apresentam, portanto, uma divisão do espaço doméstico, organizada em quarto de dormir, de sala, de sala de jantar, sala de trabalho, entre outros. Só no século XVIII é que o conceito de privacidade, se começa a afirmar de forma sistematizada.

Se, no que se refere ao espaço de habitar não existe uma especialização dos diferentes espaços, podemos observar uma distribuição clara do uso entre os diferentes pisos, onde o piso térreo funciona como *parte independente da casa, podendo ser ocupada como uma pequena oficina, como armazém ou loja. Os restantes pisos são destinados à habitação*¹³.

¹¹ FERNANDES, op.cit., p.123 e 124

¹² FERNANDES, op.cit., p.126

¹³ FERNANDES, op.cit., p.125

[10] Gravura da cidade do Porto, vista de Vila Nova, data do ano de 1669, da autoria do pintor florentino Pier Maria Baldi.



contexto histórico

Porto Iluminista

Sucede ao período abordado, que se designou de *Porto Mercantilista*, um novo período, nomeado de *Porto Iluminista*, que está associado a uma *política objetivada na modernização e na valorização cultural do reino, que o Marquês de Pombal propôs para todos os setores vitais da sociedade portuguesa*¹⁴.

Durante a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XIX, o poder político adquiriu um papel importante no controle e na gestão da cidade, nomeadamente no modo como nela se intervinha. Com o objetivo de enquadrar a ação política, o ministro de D. José, definiu um conjunto de princípios de ação de planeamento urbano, com os quais se pretendia introduzir profundas mudanças na estratégia de intervenção urbanística. Esta estratégia revelou-se fundamental no contexto da reconstrução e planeamento da cidade de Lisboa e na expansão e planeamento da reestruturação da cidade do Porto, entretanto ocorridas.

No Porto, **onde os efeitos do terremoto de 1755 ocorrido em Lisboa** não tiveram significado, a ação urbanística desenvolvida pelos Almadás (pai e filho) *revela um entendimento da cidade e da sua gestão igualmente globalizador e racionalista. O planeamento da expansão radial da cidade, ou melhor, a modernização, a reestruturação e a organização do sistema radioconcêntrico do Porto de Seiscentos manifesta a capacidade de apreensão do fenómeno urbano como facto uno e complexo. Elaboraram-se se planos parcelares claramente integrados no modelo urbano, abrangendo toda cidade, e organizou-se a estrutura político-administrativa e jurídico-financeira da sua gestão*¹⁵.

A muralha medieval assumiu um papel relevante na definição do perímetro físico no território, definindo *um limite concreto para aplicação de determinadas regras, conceitos e estratégias. Esta distinção que tem grande importância formal, teve implicações a todos os níveis: político-social, económico, administrativo, religioso e militar*¹⁶.

Com o surgimento, em 1761, de um organismo encarregado da gestão do planeamento urbanístico da cidade, denominado **Junta das Obras Públicas**, a cidade deixa de se estruturar em função do limite defensivo estabelecido pela muralha, *ultrapassa o modelo medieval e desenvolve-se em função do novo conceito de estrutura urbana que se pretende criar. A cidade abandona progressivamente o seu carácter castrense investindo em áreas do comércio da saúde da instrução e fundamentalmente na arquitetura urbana corrente*¹⁷.

¹⁴ FERNANDES, op.cit., p.128¹⁵ FERNANDES, op.cit., p.141¹⁶ FERNANDES, op.cit., p.141¹⁷ FERNANDES, op.cit., p.142

Assistiu-se a uma alteração qualitativa do modo de se fazer a cidade, com impacto na sua imagem e identidade, que se concretizou através da realização de novos arruamentos ou melhoramento dos já existentes, que são acompanhados de desenhos de alçados de conjunto. São exemplo do exposto, os desenhos executados nas ruas de Santa Catarina, Santo António, Clérigos, Almada e Cedofeita. Os desenhos destes novos arruamentos *revelam que Pombal propõe à burguesia portuense habitar em construções que se assemelham, em escala urbana e composição, aos novos Palácios da nobreza iluminada*¹⁸.

*As características formais destes desenhos de conjunto podem observar-se na tentativa de utilização, sempre que possível, de um eixo de simetria, no tratamento especial dos edifícios de gaveto e dos edifícios centrais do arruamento, na regularização das cérceas e na sistematização dos principais elementos arquitectónicos de composição*¹⁹.

Os edifícios correntes de habitação burguesa do *Porto Iluminista*, seguem os mesmos princípios de implantação no lote e de relação com a rua observado no período anterior. Porém, as frentes são sistematicamente *maiores, as construções mais profundas e os lotes têm sempre uma área livre destinada a logradouro*²⁰.

Esta tipologia mantém as suas características na relação com o lote, nomeadamente no que se refere ao relevo e à relação com o traçado viário. São exemplo de diferentes circunstâncias de relação com a topografia e como a rua as exploradas na Rua de Cedofeita, em que esta se implanta em terreno de nível; na Rua de Santo António ou Rua dos Clérigos, em que a pendente do relevo é paralela à implantação; e em alguns setores da Rua do Almada, em que a pendente do relevo é perpendicular à implantação. Apesar das diferentes circunstâncias, um mesmo cuidado em manter um desenho de conjunto da rua pode ser observado.

lotes | quarteirões

¹⁸ FERNANDES, op.cit., p.143

¹⁹ FERNANDES, op.cit., p.144

²⁰ FERNANDES, op.cit., p.143

[11] Representação da Cidade do Porto no final da segunda metade do século XVIII, vista de Vila Nova. Gravura de Manuel Marques de Aguiar, datada de 1791.

Pode-se observar nesta representação a nossa área de intervenção.



²¹ FERNANDES, op.cit., p.144

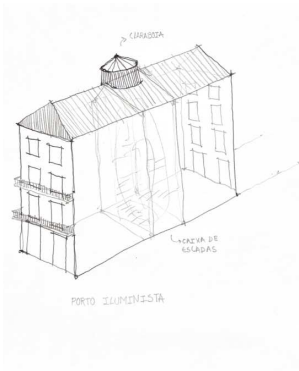
²² FERNANDES, op.cit., p.144

²³ FERNANDES, op.cit., p.144

²⁴ FERNANDES, op.cit., p.144

[12] Esquismo de processo, edifícios de duas frentes do Porto Iluminista.IR.

matriz de organização interna



materiais

O principal elemento urbano na definição desta tipologia é a rua e não o quarteirão. Suportamos este argumento, nos diferentes dimensionamentos dos logradouros e na constante profundidade dos edifícios. Podemos observar que a edificação da casa burguesa do período do *Porto Iluminista*, apresenta frentes sensivelmente constantes, que variam dos 5 aos 7 m dentro da mesma tipologia, sendo que *a profundidade da construção apresenta dois subgrupos: os conjuntos com profundidade próximo dos 12 m e os conjuntos com profundidade próxima dos 22 m. O logradouro, que não tem uma dimensão tipificável em profundidade, apresentando grandes variações, chega a assumir o papel de saguão ou pequeno pátio, quando o lote se implanta contra um terreno muito acidentado*²¹.

No que respeita à *matriz de organização interna também se refere muito ao segundo tipo do período anterior: duas frentes; caixa de escadas central; piso térreo com acesso independente e destinado a comércio, oficina, armazém ou arrumos complementares da habitação*²², [13] e [14].

Verifica-se, no entanto, que a altura dos vãos destas construções é sensivelmente superior às da tipologia explorada no período anterior, como também um *aumento em número de pisos - dados históricos afirmam que no século XVIII existiam casas com três, quatro e cinco pisos*.

*O interior da habitação também demonstra um aumento de complexidade ou, talvez, um apuro de soluções*²³. São elaborados novos elementos que se relacionam com a introdução de luz do exterior no interior dos edifícios, nomeadamente através da introdução de claraboias na caixa de escadas, que passam a dispor de iluminação zenital. As construções de maior profundidade, que possuem alcovas, podem ser iluminadas através de janelas abertas nas paredes internas, recebendo a luz da caixa de escadas. Identifica-se, também, o surgimento de um entre piso composto por pequenas janelas retangulares sobre as portas, que compreendem o piso térreo.

Na composição da fachada, podemos observar, segundo o eixo vertical da composição, uma hierarquização do dimensionamento das janelas, a generalização das varandas corridas de uma parede de meação à outra e o uso de sacadas e associação de cantarias. Este conjunto de novos elementos ajudam a distinguir estes edifícios dos da tipologia anterior.

*O modelo descrito irá tornar-se uma solução arquitectónica característica da casa do Porto não só da segunda metade do Setecentos como de todo o século XIX.*²⁴

Se no que se refere às características morfo tipológicas se observam transformações, já os materiais utilizados para a construção destes edifícios são os mesmos das tipologias anteriores, verificando-se, no entanto, nas guardas das varandas e sacadas, um maior uso do ferro.

A casa burguesa da época *Iluminista*, mantém a tradicional/matriz habitação unifamiliar, com independência de acessos, privacidade e ligação a terra, estas características advêm da preferência do burguês portuense, considerando que *salvo raras exceções sempre foi apresentado como orgulhoso da sua classe. Talvez houvesse nessa atitude influência dos povos do Norte em particular dos flamengos holandeses e dos ingleses*²⁵.

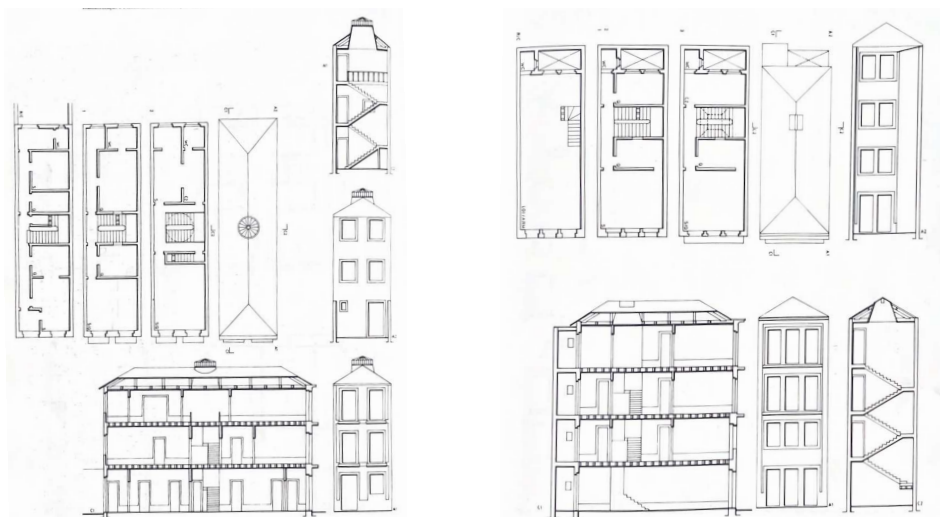
No que diz respeito ao modo de habitar a casa, podemos constatar, que do ponto de vista formal, esta apresenta uma entrada independente e caixa de escadas central, *a divisão do primeiro piso voltado à rua é normalmente organizada por sala pronta a receber um visitante. As restantes dependências deveriam seguir ainda a tradição de uma não especialização, exceto a cozinha que seria sempre situada nas traseiras do último piso junto à cobertura. Tal como nas tipologias anteriores, o aumento de piso era uma opção frequente*²⁶.

Ao aumento do número de pisos está associada uma organização específica da casa. Assistindo-se a uma passagem do plano representativo dos primeiros pisos para o funcional, dos últimos pisos. Apesar da aparente simplicidade na compartimentação espacial a este modelo de habitação está associada uma grande capacidade de adaptação a um crescente aumento da complexidade do modo de viver o espaço doméstico. Com efeito, a tipologia *de edifício consolidado a partir do período Almadino como habitação unifamiliar da burguesia portuense permite, e permitiu mais tarde, a reconversão em edifícios de habitação plurifamiliar, com áreas mínimas e com as mais diversas soluções organizativas. Esta capacidade de adaptação aumenta o seu leque de resposta quando se associam dois lotes contíguos, conseguindo-se assim satisfazer programas de habitação com áreas mais elevadas, revelando uma vitalidade no que respeita a sua adaptabilidade a usos mistos, que o posterior modelo de habitação do período Liberal não comporta*²⁷.

²⁵ FERNANDES, op.cit., p.143

²⁶ FERNANDES, op.cit., p.145

²⁷ FERNANDES, op.cit., p.145



[13] Edifício de Habitação de duas frentes e logradouro, apresenta caixa de escadas central com iluminação vertical. Fachada com dois vãos.

[14] Edifício de Habitação composto por duas frentes, contudo o logradouro localiza-se um terreno de forte pendente ficando reduzido uma espécie de saguão. Fachada com três vãos e apresenta caixa de escadas central com iluminação vertical.

contexto histórico

Porto Liberal

Na **primeira metade do século XIX**, assistiu-se a uma mudança no processo de crescimento e transformação da cidade do Porto, no entanto, manteve-se o modo de construir e de pensar a habitação burguesa, que no período designado *Liberal*, assumiu características tipo-morfológicas semelhantes às do período anterior.

O crescimento da cidade, para fora dos limites definidos pela muralha medieval, no sentido norte, oeste e este, levou ao *seu crescimento radical a partir do núcleo medievo e o aumento quantitativo de construção, de rede viária e da área urbana*.²⁸

²⁸ FERNANDES, op.cit., p.169

²⁹ FERNANDES, op.cit., p.169

³⁰ FERNANDES, op.cit., p.169

[15] Representação da Cidade do Porto de 1850, vista de Vila Nova. Gravura da autoria de Isidore-Laurent.

Podemos observar nesta representação a nossa área de intervenção.

Durante o século XIX, não podemos afirmar que o crescimento e reestruturação urbana *subjacentes ao aumento de rede viária, do parque habitacional, da criação de novos equipamentos de serviços públicos em vários setores de atividade*²⁹, tem a ver com um processo de industrialização pois *a economia da região norte, polarizada no Porto, continuava a ser de base mercantil, funcionando com entreposto das matérias-primas das colónias e dos vinhos do Douro com a Europa*³⁰.



Na cidade do Porto o *reduzido número e significado urbano não permitem que se fale da revolução industrial portuense ou portuguesa, preferindo os estudos desta temática referir-se-lhes através da expressão surto de industrialização*³¹. A partir da segunda metade do século XIX, o aumento do trabalho fabril, reverbera no uso e concepção dos edifícios de habitação existentes, forçando novas tipologias de habitação burguesa e operária. A par das transformações operadas no domínio do programa doméstico, assistiu-se à emergência de estudos conducentes a um novo modelo de transformação urbana, que compreendia a criação de vias de comunicação, infraestruturas e a programação e construção de novos e modernos equipamentos públicos.

Sobre os edifícios destinados à habitação da burguesia portuense, identificam-se **dois grandes grupos**: o da continuidade com a tipologia polifuncional Almadina e o da casa burguesa monofuncional que estabelece uma rutura com aquela tipologia³².

Segundo Francisco Barata Fernandes, o **primeiro grupo** apresenta todas as características já expostas, acrescidas da introdução de rudimentares instalações sanitárias nas traseiras do edifício, do aumento da altura de cada piso (pé-direito), do aumento de áreas de arrecadação e armazéns e da organização dos logradouros com jardins e hortas. Esta tipologia irá continuar o preenchimento dos arruamentos abertos da época anterior e será fundamentalmente uma solução de centro urbano³³, [16].

Já o **segundo grupo** representa uma nova tipologia que assenta num novo modelo de habitação da casa burguesa, à qual está associada uma só função, a de habitar. Encontramos estes novos modelos de habitação no centro muralhado da cidade, na área que se pode definir como uma “*coroa semicircular muralhada*”, assim como na Foz do Douro e em Campanhã, nos extremos opostos da cidade do Porto.

Trata-se de edifícios exclusivamente destinados à habitação com capacidade para satisfazer problemas residenciais de maior complexidade do que os anteriores. São casas urbanas portuenses, de dois, três ou quatro pisos, com duas frentes e paredes de meiação que representam a convicção na perdurabilidade deste modelo de construção e de lote, para se fazer cidade.³⁴

À semelhança da metodologia adotada para os períodos anteriores, a análise tipo-morfológica desta nova tipologia de habitação, permite-nos afirmar que a relação com o lote e com o relevo segue os princípios das casas de uma só

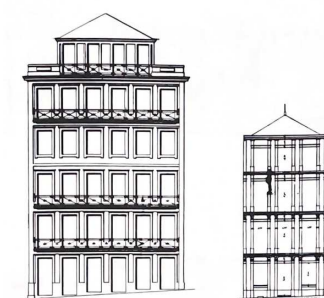
³¹ FERNANDES, op.cit., p.169

³² FERNANDES, op.cit., p. 170

³³ FERNANDES, op.cit., p.170

³⁴ FERNANDES, op.cit., p.171

[16] Alçados da tipologia de habitação e Comércio de Oitocentos que continuam a tipologia Almadina da época anterior.



primeiro grupo

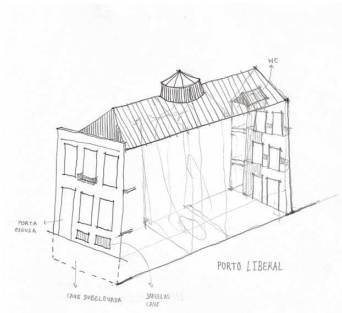
segundo grupo

lotes | quarteirões

³⁵ FERNANDES, op.cit., p.171 e 172

[17] Esquisso de processo, edifícios de duas frentes do Porto liberal. IR.

matriz de organização interna



frente da época anterior, revelando uma capacidade de se adaptar a terrenos de alguma pendente. Salienta-se a particularidade de, nestas novas construções, o edifício se encontrar implantado todo na mesma cota, resolvendo-se a pendente com recurso à construção de diversos patamares, aos quais estão associados espaços de horta, jardim, pomar, plano de água, entre outros. A relação do traçado viário com o lote é também semelhante àquelas que foram previamente descritas.

Sobre a relação entre o dimensionamento do lote, edificado e logradouro, verificamos que estes lotes mantêm sensivelmente as dimensões da frente dos anteriores, de aproximadamente 6 m, raramente inferiores a 5,5 m, bem como os mesmos princípios de profundidade ajustável. A profundidade da edificação também apresenta dois valores de referência: o de 15 e o de 20 m. A edificação é sempre erguida na extremidade do lote adjacente, a rua e o logradouro desempenham um papel essencial na caracterização da tipologia.

A matriz de organização interna do edifício, bem como o seu uso apresentam profundas alterações em relação a todas as tipologias antecedentes. É fundamental referir, com destaque, a existência de uma cave sobrelevada com aberturas para a rua e destinada ao uso da habitação. Aqui serão instalados programas específicos da habitação, como zonas de serviço e de armazém. (...) O facto da cave não ser completamente subterrânea em relação às cotas do arruamento e, portanto, não existir um piso térreo, mas antes uma cave semi-cerrada e um resto-do-chão semielevado, significa um corte radical com as tipologias almadinas, com consequências significativas no próprio processo de transformação urbana.³⁵

A cave pode ser acedida pela caixa de escada central, embora se transforme e assumam um desenho distinto, característico das escadas de serviço. Assim, é introduzida na escada central, num patamar, uma pequena porta que possibilita o acesso ao piso inferior. Existe, ainda, a hipótese de acesso à cave através de uma pequeníssima porta, localizada a seguir à entrada, que se desenvolve num único lance de escadas com uma inclinação acentuada. Existem também, em tipologias mais complexas, escadas de serviço que articulam os pisos da habitação, sendo este normalmente inserida entre a caixa de escadas central e a cozinha.

Importa, neste caso, destacar a especialização do programa doméstico. A casa passa a ser composta por três ou quatro pisos - rés-do-chão, primeiro e segundo pisos, sótão, existindo ainda uma cave com acesso ao logradouro. Estes

pisos compreendem uma organização funcional clara, composta por sala, cozinha, quartos, zona de serviços e arrumos. Os espaços apresentam uma clara hierarquização no seu dimensionamento. A caixa de escadas composta por dois lances, localiza-se no centro da edificação transversalmente em relação à sua profundidade. A escada articula os vários pisos da habitação, criando um espaço central, de pé-direito duplo ou triplo, iluminado zenitalmente através de uma ampla claraboia cônica.

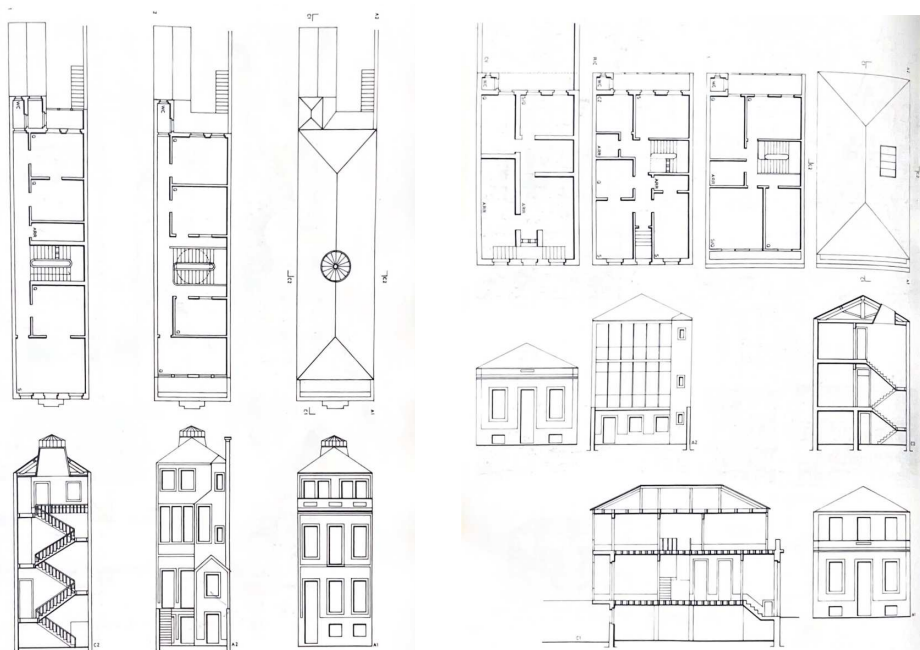
A porta de entrada destes edifícios, na maioria dos casos, encontra-se junto a uma das paredes de meação, podendo também ser encontrados exemplos de entrada central.

A organização dos pisos é realizada de modo simétrico à caixa de escadas, havendo em cada um dos lados, uma sala com alcova ou com um pequeno compartimento. Os sanitários localizam-se a um dos lados da varanda das traseiras do edifício. Na maioria dos casos, não existem compartimentos equipados com todos os elementos de uma casa de banho.

A cozinha, nesta nova matriz organizativa, *desce para o primeiro piso, mantendo a sua situação nas traseiras do edifício. Esta mudança significa o fim de um ciclo de tipologias de habitação e o início de um outro.*

*A partir desta época, concebe-se a habitação segundo uma complexa hierarquização funcional e social, que anteriormente não se registava na especialidade da casa corrente da burguesia de Setecentos e primeiras décadas de Oitocentos*³⁶, [18] e [19].

³⁶ FERNANDES, op.cit., p.172 e 173

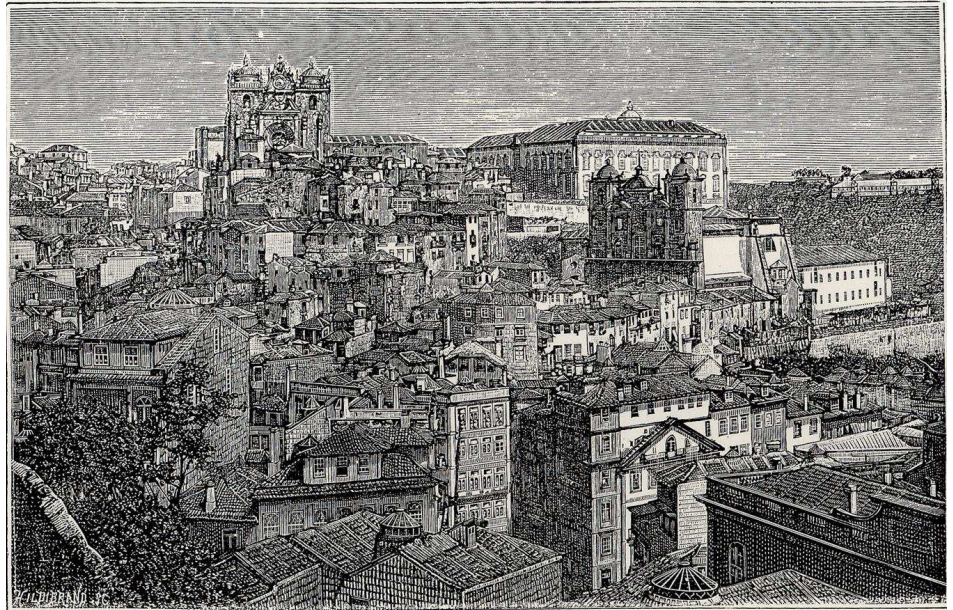


[18] Edifício de habitação unifamiliar, monofuncional. Composto por duas frentes, com rés-do-chão sobrelevado e cave iluminada. Fachada composta por três vãos, revelando iluminação para a cave. Apresenta caixa de escadas central com iluminação vertical.

[19] Variação da tipologia que apresenta porta central.

³⁷ FERNANDES, op.cit., p.173

[20] Gravura representativa da Cidade do Porto, vista da bateria da Vitória, o nosso objecto de estudo. Esta gravura foi publicada, em 1884, no semanário *A Ilustração Universal*.



modo de habitar

Sobre a estrutura funcional do programa que orientou a concepção das novas tipologias das edificações da burguesia portuense, na época em estudo, observam-se a estratégia de localização de arrumos, quartos de criados e saletas de serviço doméstico, na cave. No primeiro piso sobrelevado, numa localização contígua à porta da entrada, com o propósito de preservar a privacidade do resto da casa, localiza-se uma sala para receber as visitas. No primeiro piso, a sala de jantar passa a localizar-se nas traseiras do edifício junto à cozinha. Por sua vez, no segundo piso, localizam-se os quartos da família burguesa e no piso superior, onde se encontra o sótão/águas-furtadas, localizam-se os quartos dos criados.

Assim, podemos afirmar que, *do ponto de vista do uso, esta tipologia apresenta uma clara especialização espacial que revela conceitos de habitar distintos dos precedentes*³⁷.

O princípio de composição do desenho da fachada destes edifícios mantém como base os três vãos por piso, com a característica particular da inserção de uma varanda ou sacada na janela central do primeiro piso. Importa destacar o desenho de um novo elemento, a porta de entrada, que assume a mesma largura dos outros vãos variando na altura, uma vez que a sua altura desde a soleira à padieira passa a incluir o desnível da cave sobrelevada. Com a inserção da referida cave, surge a necessidade de a iluminar. Para o efeito, são desenhados dois pequenos vãos, na cota inferior da fachada, que seguem o alinhamento dos vãos dos pisos superiores.

No que diz respeito aos sistemas e materiais construtivos, observa-se uma continuidade com as épocas anteriores. Assim, *dominam os mesmos materiais e sistemas construtivos: o granito a madeira e o ferro. Surge a aplicação de um novo modelo de azulejo de formato retangular e biselado, e com as dimensões aproximadas de um jogo. As paredes exteriores destas habitações são predominantemente revestidas com esses azulejos, em substituição da tradicional caiação*³⁸.

materiais

A par deste modelo corrente destinado à habitação da burguesia portuense, identifica-se a existência de uma outra versão destas habitações, considerada excecional, que se destinavam à habitação da média e alta burguesia. Referimo-nos ao **Palacete**. Estas casas compostas por quatro frentes, implantavam-se em lotes mais amplos, na frente de rua, seguindo a tradição dos palácios urbanos.

terceiro grupo

Devemos mencionar, ainda, uma outra variante rara da tipologia corrente, que marca a diferença pela sua relação com o lote, pois a matriz de organização interna é idêntica. A habitação apresenta entrada central, desenvolve-se numa frente de 8 a 10 m e caracteriza-se, sobretudo, pela existência de uma passagem lateral que dá acesso direto da rua ao logradouro. Esta passagem permitia o acesso de um veículo, [21].

Se a monofuncionalidade da casa burguesa *Liberal*, reflete e representa a cultura da burguesia liberal, assente numa separação entre o seu local de trabalho e o local de habitar, a tipologia da habitação reflete o estatuto social de cada família.

³⁸ FERNANDES, op.cit., p.174



[21] Variação da tipologia onde apresenta edifícios de habitação com três frentes, com acesso lateral e direto ao arruamento, ao logradouro e à garagem.

apropriações

Por fim, referimos ainda a existência de outras soluções de habitação burguesa que surgiram na segunda metade do século XIX. Estas, localizam-se em certas zonas da cidade, próximas de áreas ocupadas pela indústria, *apresentam uma solução intermédia entre as casas anteriormente descritas como unifamiliares e monofuncionais e as do século XVIII consideradas unifamiliares e plurifuncionais*³⁹. Estas habitações resultam de um processo de adaptação das construções anteriores a novos e diversificados programas. O primeiro piso destas casas é sempre térreo e comunica diretamente com o arruamento, em contraponto com o piso sobrelevado das habitações oitocentistas da burguesia *Liberal*. O contacto do rés-do-chão com o arruamento, permitia, através da abertura de duas portas independentes para a rua, a concepção de novas e diferentes soluções. Como refere Francisco Barata Fernandes, *É nesta possibilidade que reside toda a capacidade de adaptação destas tipologias*.

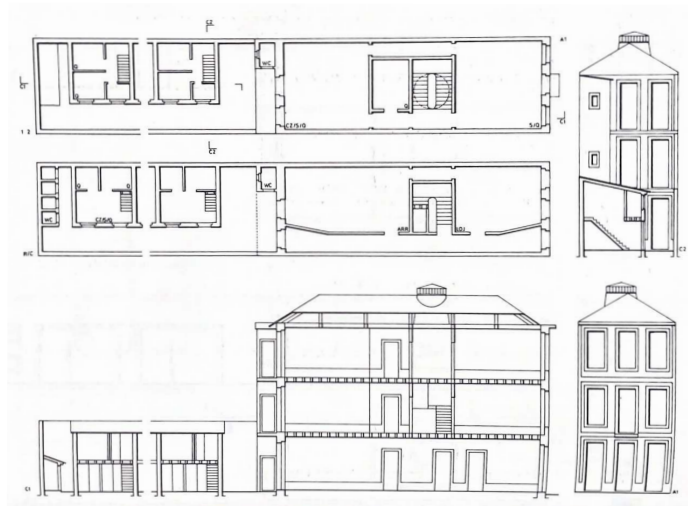
Assim, teremos todo um conjunto de soluções arquitetónicas possíveis conforme a variação dos vãos do piso térreo, que remetemos às seguintes situações básicas:

- *uma porta e duas janelas: edifício de habitação unifamiliar;*
- *duas portas e uma janela: edifício de habitação bifamiliar, eventualmente, com o logradouro transformado em “ilha”;*
- *três portas: edifício de habitação unifamiliar, com comércio no rés-do-chão e, eventualmente, com o logradouro transformado em “ilha”, [22].*
- *Nas situações em que o logradouro pôde ser transformado em “ilha”, também se verifica a sua transformação em oficina ou pequena fábrica podendo o rés-do-chão do edifício desempenhar as funções de pequeno escritório*⁴⁰.

³⁹ FERNANDES, op.cit., p.177

⁴⁰ FERNANDES, op.cit., p.178

[22] Adaptação da construção anterior, apresentando um a cesso independente ao logradouro no piso térreo, com o logradouro ocupado por *ilha* de dois piso.





01.2 A Passagem do Tempo

Após a análise e estudo das habitações burguesas da cidade do Porto, importa compreender a evolução do objecto de estudo, procurando enquadrá-lo no tempo e na história. Assim, iniciamos a análise do caso de estudo através da recolha de documentos escritos ou desenhados do *Arquivo Municipal do Porto*, que nos pudessem ajudar a identificar o surgimento do lote e da construção preexistente.

[23] Vista da Rua de São Miguel. Podemos observar o nossa área de intervenção como também a Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Vitória. IR.

Com base na pesquisa desenvolvida através dos vários documentos recolhidos, constatou-se não existir documentação que permitisse comprovar a data da construção do nosso objecto de estudo, a Casa do Visconde da Pena. Perante tal circunstância e partindo do estudo e análise feita ao surgimento e evolução da casa burguesa portuense considerou-se existir a possibilidade de o nosso caso de estudo se inscrever em diferentes épocas, tendo em conta que o conjunto edificado apresenta características de várias fases da história destas habitações, comprovando a adaptabilidade desta tipologia a diferentes entendimentos e modos de habitar ao longo dos séculos.

Ainda assim, conseguimos identificar onde estes edifícios preexistentes se podem inserir no tempo. **Primeiramente, iremos basear a nossa análise e conclusões na cartografia da cidades existente e na documentação recolhida no arquivo municipal.**

O primeiro registo histórico onde identificamos a presença do nosso objecto de estudo é na *Planta topográfica da cidade do Porto*, de 1839, [24]. Uma das mais relevantes peças cartográficas, na qual se encontra representado o centro histórico da Cidade da primeira metade do século XIX, desenhada pelo arquitecto Joaquim da Costa Lima. Podemos observar, portanto, o primeiro edifício preexistente, sendo este a construção que faz frente à Rua de São Miguel, ainda não existe o segundo edifício mais pequeno, que terá sido posteriormente construído, no interior do logradouro. Assim sendo, assumimos que o segundo edifício preexistente se trata de uma construção posterior. A posterior *Planta do projeto de alinhamento da Rua da Vitória*, de 1851, [25], vem confirmar o exposto, mantendo a mesma representação de ocupação do lote, na qual não se identifica a existência de um segundo edifício.

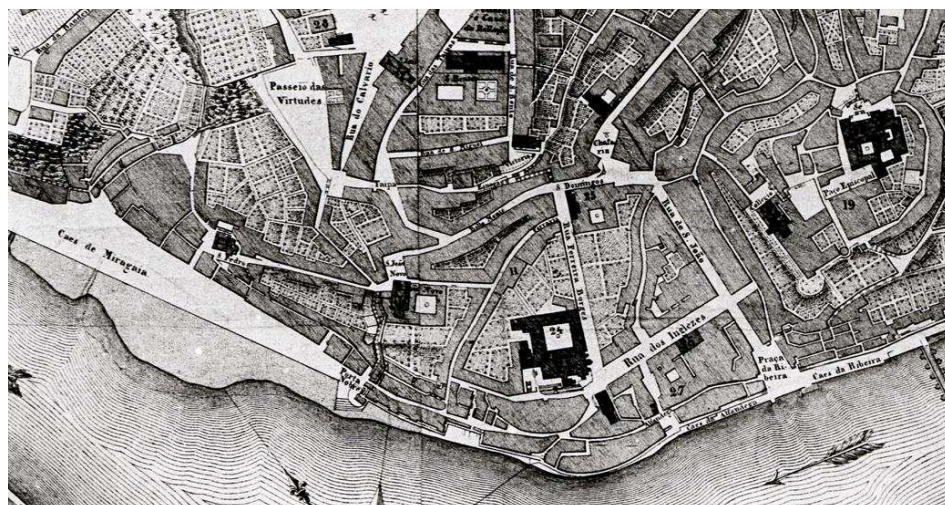
Só na segunda metade do século XIX, na *Planta topográfica da cidade do Porto*, datada de 188?-1892, [26], podemos observar, com certeza, a existência de um segundo elemento edificado preexistente.

Em suma, após esta pesquisa e análise, podemos afirmar com alguma certeza que o conjunto edificado em estudo passou por duas fases de desenvolvimento da cidade do Porto oitocentista. A primeira edificação, segundo as datas, en-

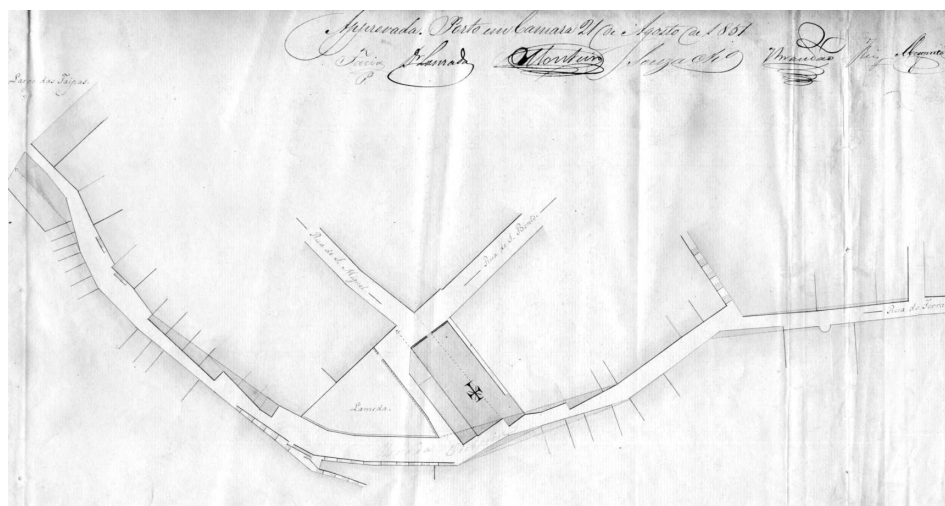
[24] Secção ampliada da Planta topográfica da cidade do Porto, desenhada pelo arquitecto Joaquim da Costa Lima, em 1839, onde podemos observar a área de implantação do nosso objecto de estudo.

O documento apresenta a seguinte legenda: «onde se vêem exactamente marcados todos os edificios, praças públicas e ruas novamente abertas, bem como alguns projectos aprovados pelas autoridades municipais, para maior comodidade de seus habitantes e beleza da mesma cidade. Ampliada e corrigida em 1839».

Esta é considerada a melhor representação do centro histórico realizada durante a primeira metade do século XIX, dela foi incumbido, Joaquim da Costa Lima, nomeado arquitecto da cidade em 1837.



[25] Planta do projeto de alinhamento da Rua da Vitória, entre a Rua do Ferraz e a Rua das Taipas, aprovado pela Câmara do Porto em Agosto de 1851; informação de Joaquim da Costa Lima Júnior a acompanhar o projeto.



[26] Secção ampliada Planta topográfica da cidade do Porto das quadriculas 259 e 238, levantada em 1887-1892, sob a direção de Augusto Gerardo Teles Ferreira, onde podemos observar a área de implantação do nosso objecto de estudo.



quadra-se, no *Porto Iluminista*, no período compreendido entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX, enquanto a segunda edificação se enquadra na segunda metade do século XIX, no período designado *Porto Liberal*.

Numa segunda aproximação, procuramos sustentar as nossas conclusões tendo por base a investigação desenvolvida por Francisco Barata Fernandes, publicada no livro *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade*.

Após a recolha da informação referida, sentimos a necessidade de dar continuidade a nossa pesquisa e estudo através da análise morfo-tipológica das habitações da burguesia portuense, tentando desenvolver uma aproximação a partir das características tipológicas do nosso objecto de estudo. Deveremos ter em consideração, as datas expostas em cima, como também, o facto de se tratar-se de uma habitação com características particulares, referimo-nos, à sua especial inscrição na malha urbana, numa posição de gaveto que determina, desde logo, a existência de três frentes.

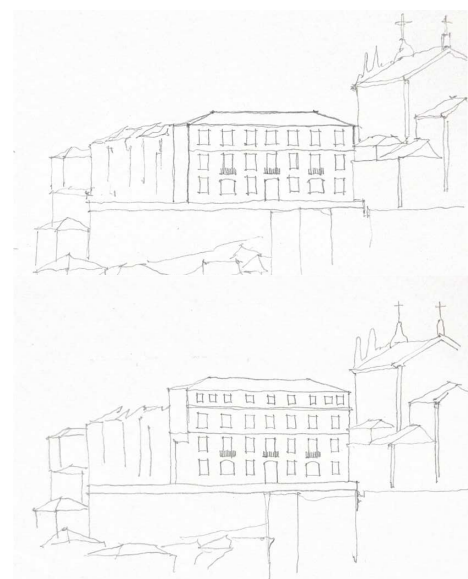
Começamos por abordar o primeiro edifício preexistente, que estabelece a relação com a rua. Poderíamos, simplesmente, afirmar que este se trata de uma habitação da burguesia *Mercantilista*⁴¹ portuense, mais especificamente da tipologia dos edifícios de duas frentes construídos no século XVII, devido à sua localização, na freguesia da Vitória, no centro histórico da cidade do Porto. Esta localização evidencia uma zona da cidade onde as construções da época *Mercantilista*, segundo fontes históricas, se afirmam.

Contudo, se aprofundarmos a nossa pesquisa e compararmos as características formais do nosso objecto de estudo, com as características das habitações do Porto *Iluminista*⁴² da segunda metade do século XVIII e da primeira metade do século XIX, conseguimos fazer corresponder mais características com esta época, ainda que na época anterior se apliquem os mesmos princípios e por isso apresente semelhanças.

No que diz respeito às características urbanas das construções do período *Iluminista*, tal como já foi referido no capítulo anterior, que as habitações construídas dentro das muralhas medievais, como é o caso da freguesia da Vitória, mantêm os mesmos princípios de relação com o lote e com a rua definidas para os edifícios de duas frentes do período *Mercantilista*. Como refere Francisco Barata, as principais diferenças verificam-se nas frentes sistematicamente maiores, nas construções que são mais profundas e nos lotes que têm sempre uma área destinada a logradouro.

⁴¹ O Porto *Mercantilista* desenvolve-se desde o início do século XVI até a primeira metade do século XVIII. Este período representa um crescimento da população dentro das muralhas da cidade, que deriva do crescimento do comércio marítimo que como consequência se refletiu num ciclo migratório das populações rurais portuenses para o centro urbano da cidade. Tal circunstância determinou o crescimento das construções, principalmente, dentro das muralhas. As habitações da burguesia mercantilista são a base para as seguintes épocas, contudo, refletem ainda a ideia de habitar medieval.

⁴² O Porto *Iluminista* manifesta-se na segunda metade do século XVIII e na primeira metade do século XIX. Este período reflete a preocupação com o planeamento urbano e o desenho da cidade, surgindo em 1761, com a criação de um organismo encarregado por essa gestão. Com a Junta das Obras Publicas, a cidade abandona o seu carácter castrense. As habitações da burguesia *Iluminista* assemelha-se ao Porto *Mercantilista* contudo apresenta um aumento da complexidade e ou um apuro das soluções.



⁴³ FERNANDES, Francisco Barata - *Transformação e Permanência na Habitação Portuguesa: As formas da casa na forma da cidade*. Porto: FAUP Publicações, 1999, p. 143

⁴⁴ O Porto *Liberal* surge no século XIX, com destaque na segunda metade, onde se dá um surto de industrialização na cidade do Porto. Este reflete-se na componente doméstica com o surgimento do trabalho fabril, forçando à concepção de novas tipologias de habitação burguesa e operárias e no estudo de modelos de transformação urbana. Podemos observar dois tipos de construções distintas, as habitações que dão continuidade à tipologia polifuncional do Porto *Iluminista* e as habitações da burguesia monofuncional que estabelecem uma rutura com a tipologia anterior.

*Os desenhos de alçados de conjunto das novas ruas do Porto revelam que Pombal propõe à burguesia portuense habitar em construções que se assemelham, em escala urbana e composição, aos novos Palácios da nobreza Iluminada.*⁴³

Assim, podemos afirmar que a introdução do desenho de conjunto está presente na nossa construção, pois esta caracteriza-se formalmente através do tratamento especial de edifícios de gaveto, na tentativa de utilização de um eixo de simetria como também na sistematização dos elementos arquitectónicos principais das composições. Nas fachadas, está presente um princípio de hierarquização no dimensionamento das janelas e no uso generalizado de varandas corridas de uma parede de meação à outra. Estas características ajudam a distinguir esta tipologia da tipologia da época anterior.

A matriz de organização interna do edificado em estudo também se relaciona com o segundo tipo do período *Mercantilista*, onde a caixa de escadas é central e o piso térreo independente é destinado a oficina, comércio, arrumos ou armazém. Contudo podemos destacar algumas características que revelam o enquadramento da nossa construção no período *Iluminista*, como a introdução de uma clarabóia destinada a iluminar a caixa de escadas central. De Referir que, atualmente, não existe iluminação na caixa de escadas pois a clarabóia foi a determinado momento eliminada. Identificamos a sua existência através do *Projecto de Estabilidade* realizado em 2018, fornecido pela Câmara do Porto, como também o aumento do número de pisos das construções, entre três, quatro e cinco pisos. Nestas habitações, como na em estudo, podemos observar a introdução de sanitários a um canto das varandas traseiras da habitação, porem estas podem ter sido introduzidas posteriormente, através de um acrescento realizado no final do século XIX.

A pré-existência em estudo apresenta uma característica pouco comum para a época, a existência de uma cave, que apenas se acede pelo exterior e não através da caixa de escadas central. Por essa razão, podemos assumir que a sua construção se trata de uma adição posterior ao restante corpo da habitação, ou que se trata de um caso raro entre as habitações burguesas do Porto *Iluminista*, pois esta característica só se verifica na época do Porto *Liberal*⁴⁴. Todavia, não colocamos a hipótese da habitação em estudo se inserir no primeiro grupo das construções *Liberais*, mesmo estas dando continuidade à tipologia *Almadina* anterior, pois segundo as datas das plantas referidas anteriormente, a pré-existência surge antes da época *Liberal* se manifestar na cidade do Porto.





Como refere Francisco Barata Fernandes, os edifícios consolidados *a partir do período Almadino como habitação unifamiliar da burguesia portuense permite, e permitiu mais tarde, a reconversão em edifícios de habitação pluri-familiar*⁴⁵. O nosso caso de estudo inscreve-se neste mesmo processo de transformação.

[30] Fotoplano da Cidade do Porto (15), realizado em 1958.

⁴⁵ FERNANDES, op.cit., p.145

⁴⁶ FERNANDES, op.cit., p.178

Já a segunda edificação, a mais pequena, surge numa fase posterior à construção do edifício principal, na segunda metade do século XIX. Podemos afirmar, com base nas características das novas situações de habitações da burguesia *Liberal* na segunda metade do século XIX, que as suas construções anteriores eram adaptadas a novos e diversificados programas, constatando-se a transformação das traseiras do edifício *em oficina ou pequena fábrica podendo o rés-do-chão do edifício desempenhar as funções de pequeno escritório*⁴⁶.

Podemos suportar este argumento através da leitura da *Memória descritiva do estado da casa de 1992*, consultado no *Arquivo Municipal do Porto*, onde o rés-do-chão e cave do primeiro edifício, do objecto em estudo, cumpriam as funções de escritórios e de oficina de encadernação, respetivamente, podendo assumir o segundo edifício como uma extensão. Posteriormente, em 1992, essas mesmas áreas vêm descritas como habitações. Assim, consideramos que terá havido uma posterior alteração programática, adequando a construção a um novo uso.

Após o desenvolvimento deste estudo inicial, que suportamos com o material recolhida em arquivo, deparamo-nos com a existência de um *Processo de Obra* realizado em 2017, que consultamos na *Câmara Municipal do Porto*. Neste processo, apresenta-se uma possível datação da obra, referindo-se que o nosso objecto de estudo terá sido construído entre 1780 e 1790. Esta informação vem ao encontro das nossas conclusões, validando a hipótese por nós colocada, de que o conjunto habitacional em estudo se trata de uma construção da burguesia portuense *Iluminista*, que se terá sido construída entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX.



01.3. Edificado Preexistente

localização

A nossa área de intervenção está localizada no Miradouro da Vitória, na antiga freguesia portuense da Vitória, em pleno centro histórico da cidade do Porto. O objecto de estudo é composto por um conjunto edificado e pelo seu logradouro adjacente. Este conjunto edificado, da segunda metade do século XVIII, primeiramente do século XIX, é nomeado Casa do Visconde da Pena, implantando-se num gaveto, na interseção da Rua de São Bento da Vitória com a Rua de São Miguel, ocupando os seguintes números de polícia : número 12 da Rua de São Bento da Vitória e os números 1, 3 e 5 da Rua de São Miguel.

O conjunto preexistente é composto por dois edifícios, um primeiro de quatro pisos mais cave, com três frentes, localizando-se a entrada do piso térreo na Rua de São Miguel e a entrada dos pisos superiores na fachada que segue o alinhamento da Rua de São Bento da Vitória; e um segundo, mais pequeno, que corresponderá a uma construção de apoio, de apenas dois pisos mais cave, implantado no interior do logradouro, em continuidade com o edifício principal, com a entrada na fachada que segue o alinhamento da Rua de São Bento da Vitória. Ambos os edifícios estão relacionados com um espaço amplo, de miradouro, que lhes dá acesso e com o qual estabelecem uma frente, espaço esse que outrora terá sido designado Jardim da Vitória.

[31] Vista da Rua São Bento da Vitória. Podemos observar a área de intervenção na relação com a Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Vitória.IR.

[32] Localização da área de intervenção através de fotografia aérea da área metropolitana da Cidade do Porto.IR.

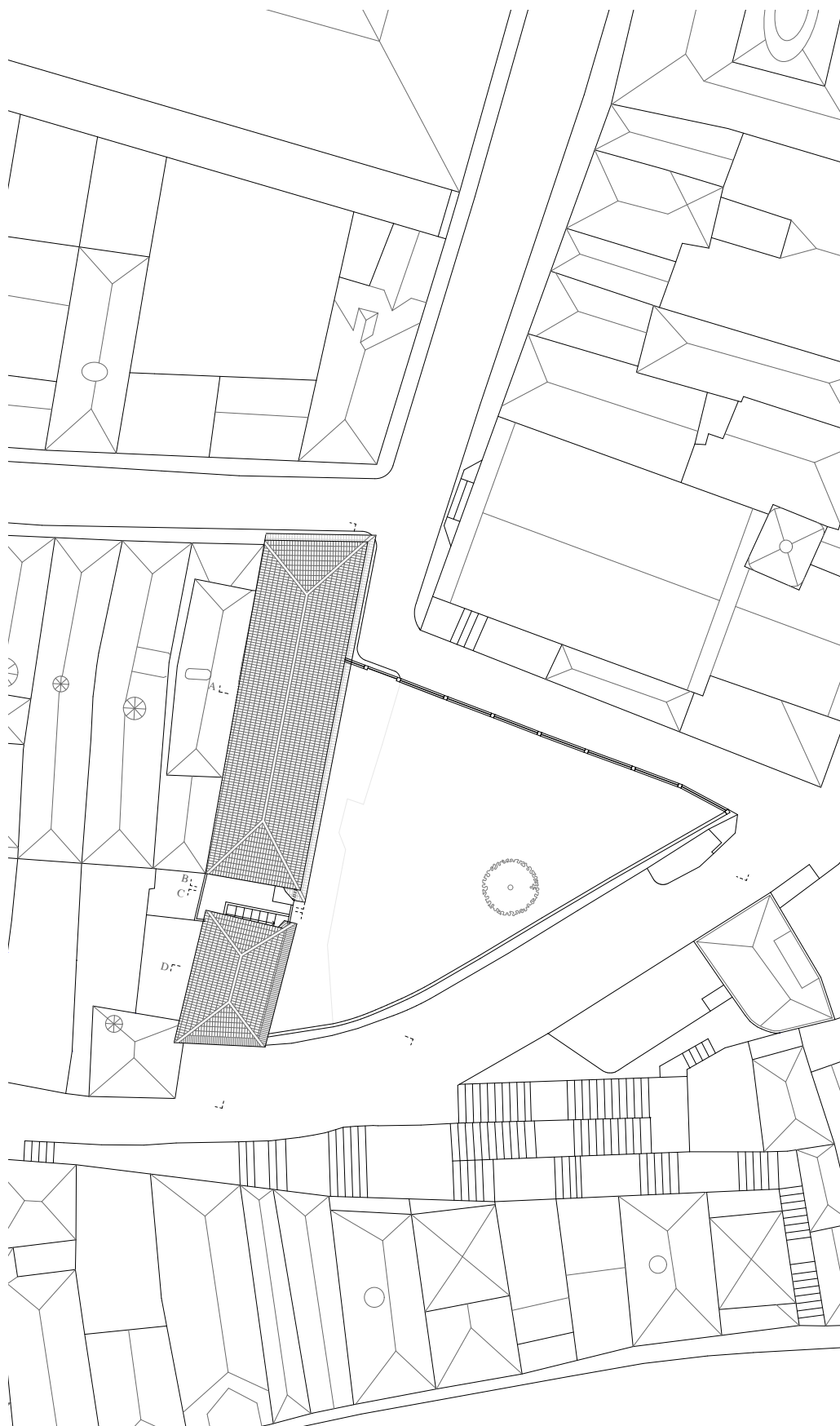
[33] Localização da área de intervenção.IR.



[34] Esquisso *in loco* - um primeiro olhar sobre a preexistência. IR.

levantamento

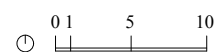




[35]

Implantação

esc. 1:500





0 1 2 5

[36]

Alçado Norte

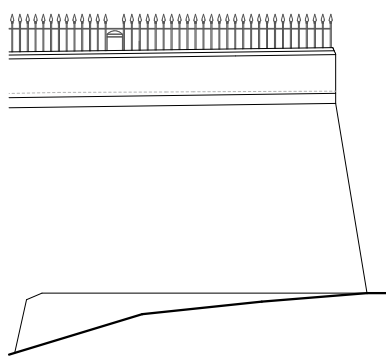
esc. 1:150



[37]

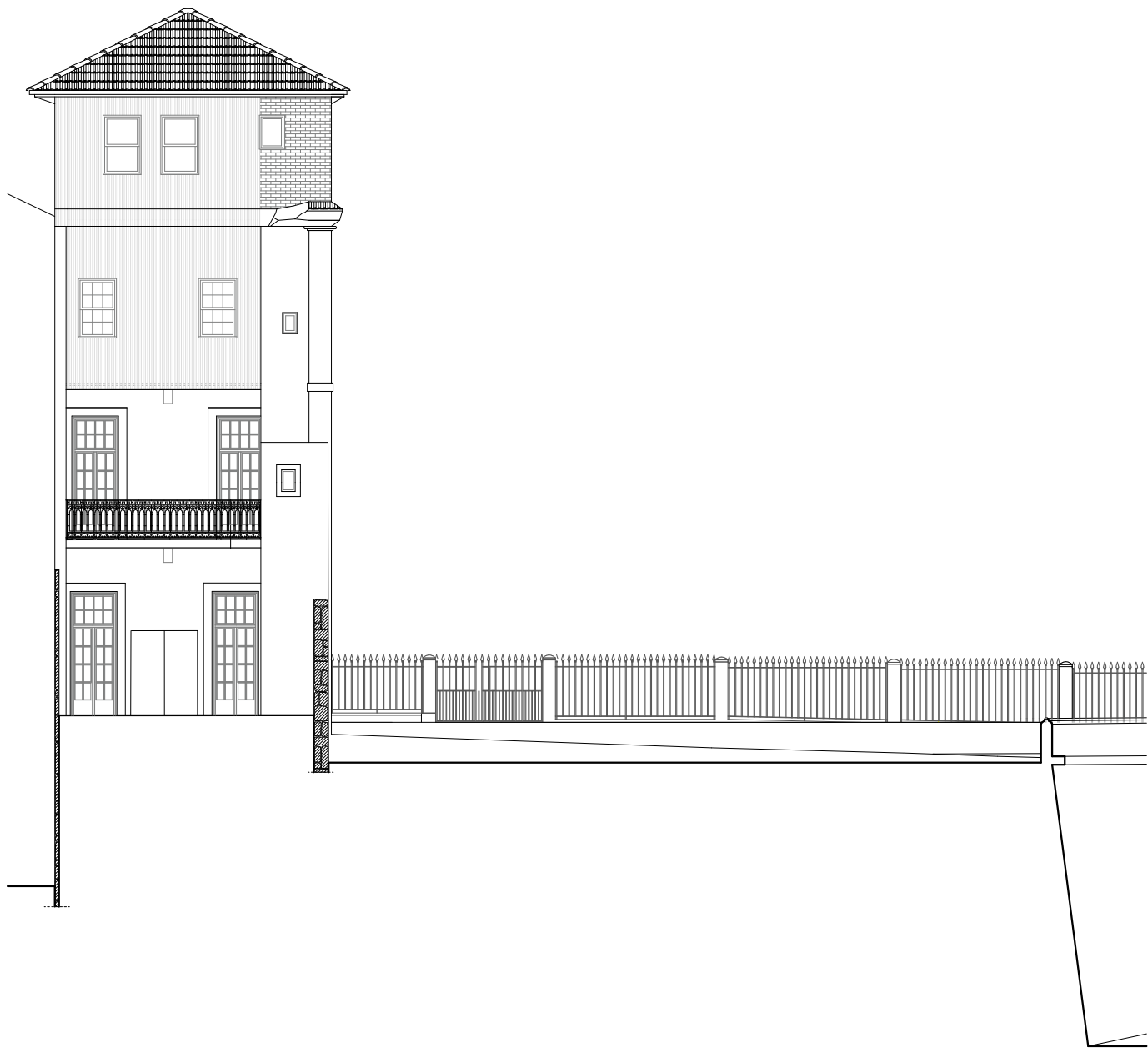
Alçado Nascente

esc. 1:150

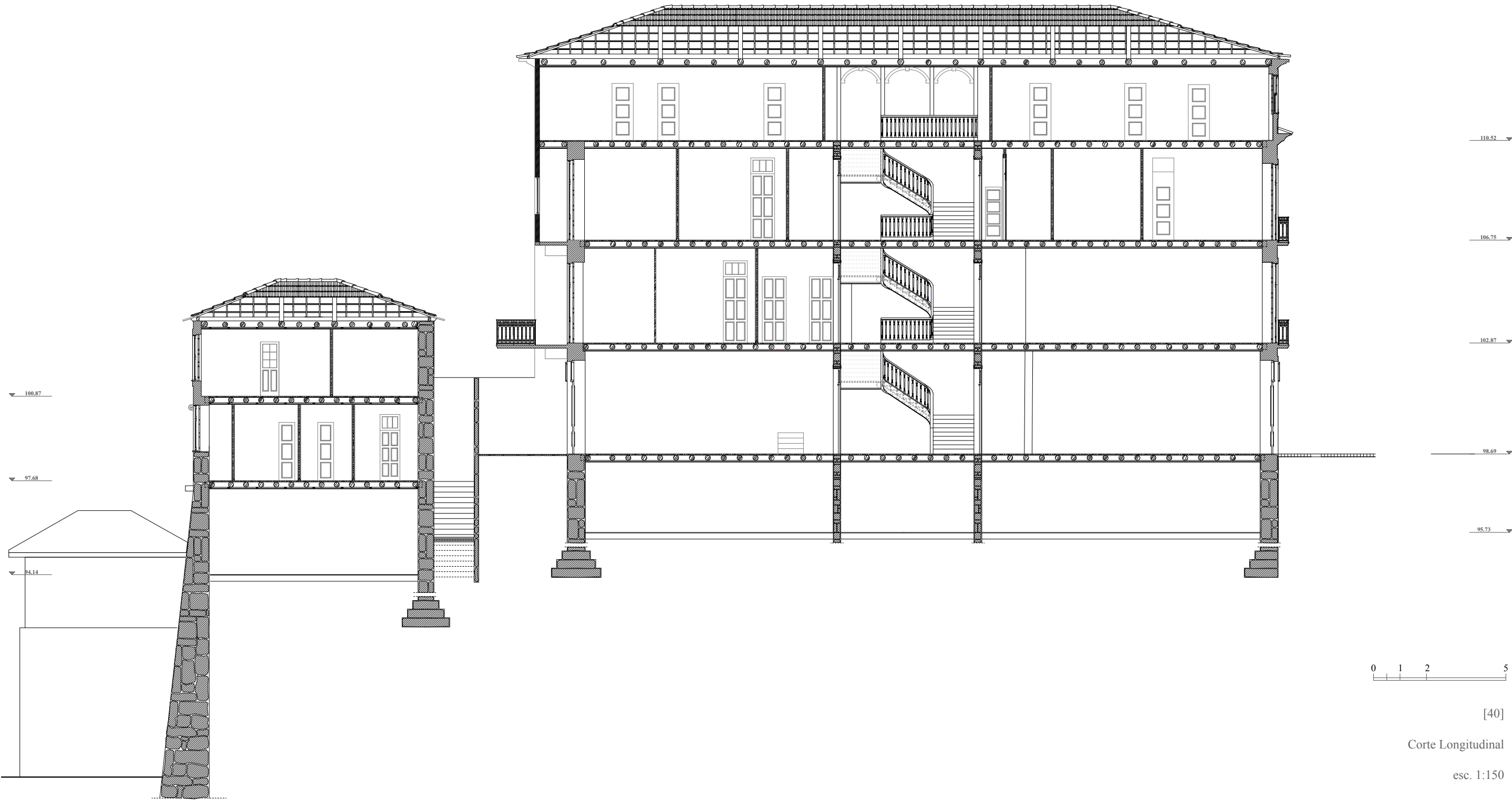


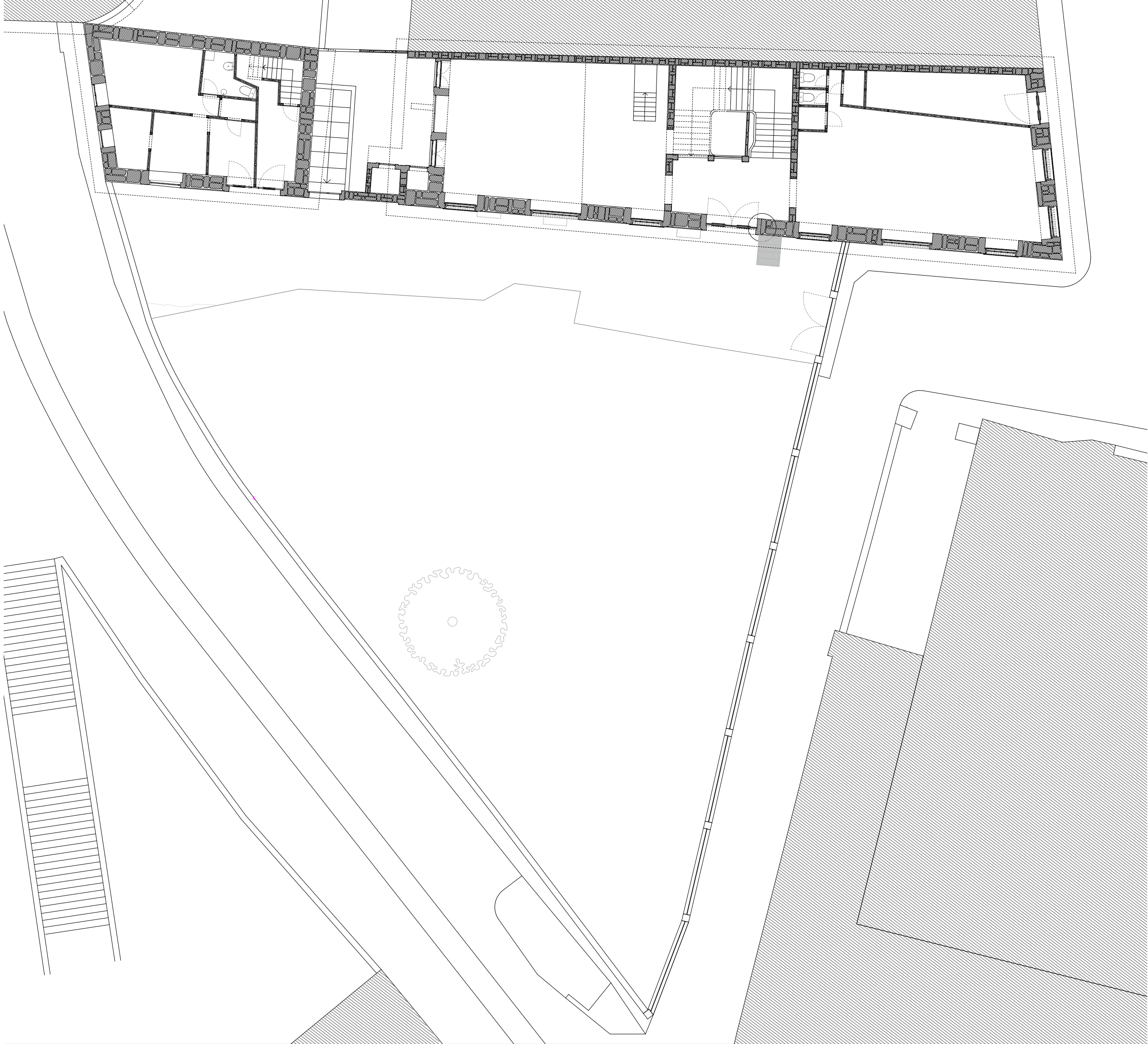
0 1 2 5

[38]
Alçado Sul
esc. 1:150

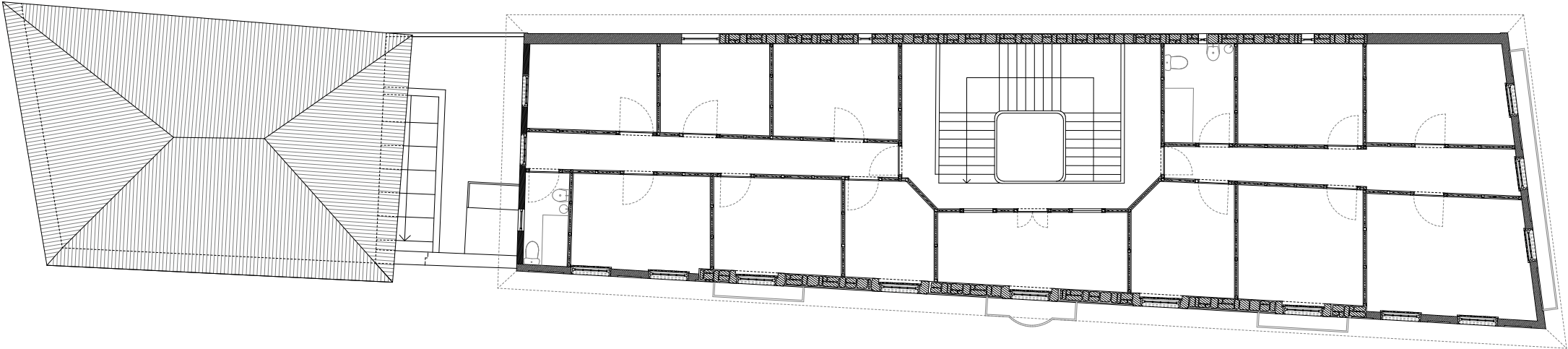


[39]
Corte Trasversal B
esc. 1:150





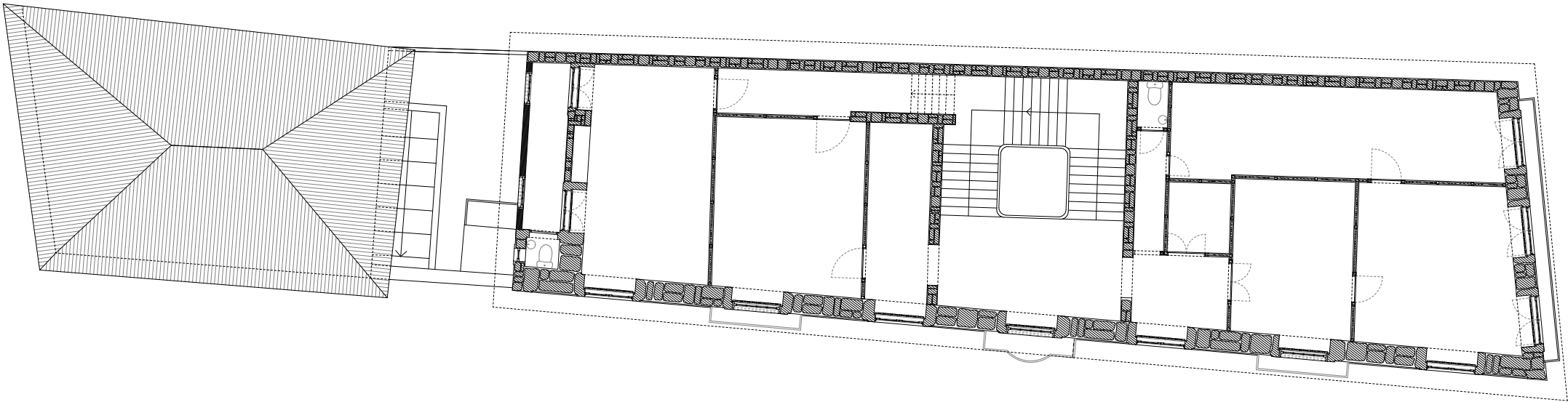
[41]
Planta do Rés do Chão
esc. 1:150



[42]

Planta Piso 3

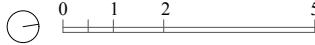
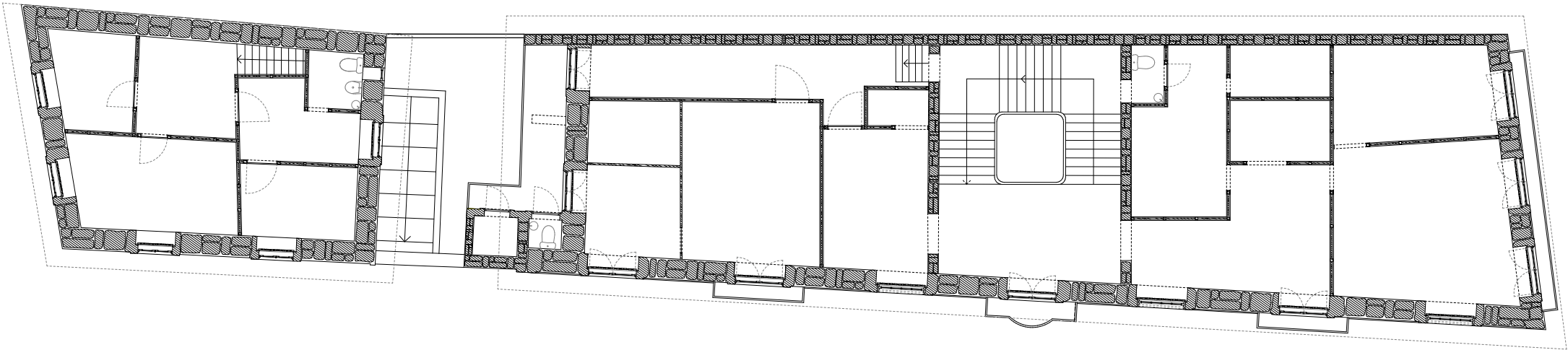
esc. 1:150



[43]

Planta Piso 2

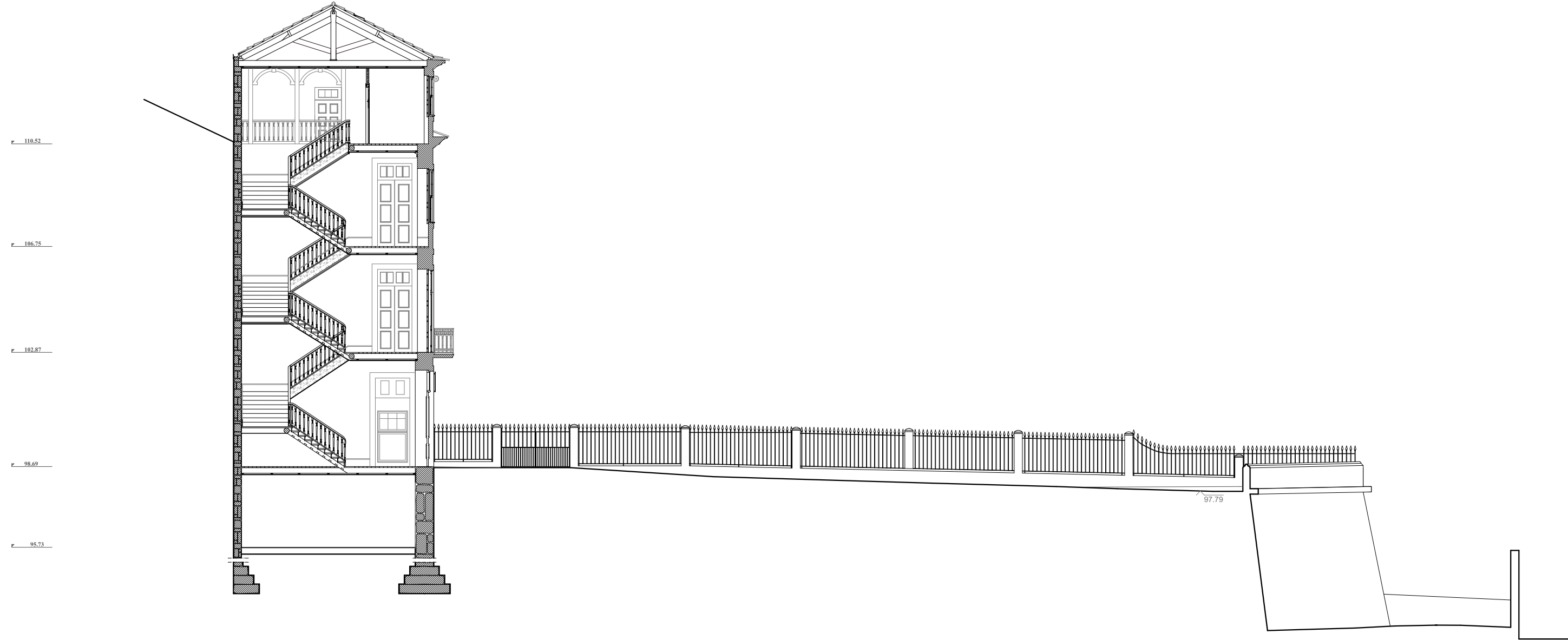
esc. 1:150



[44]

Planta Piso 1

esc. 1:150



110.52

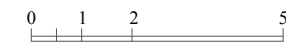
106.75

102.87

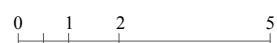
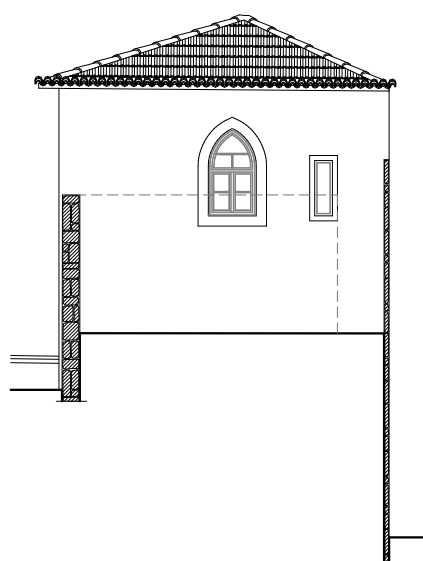
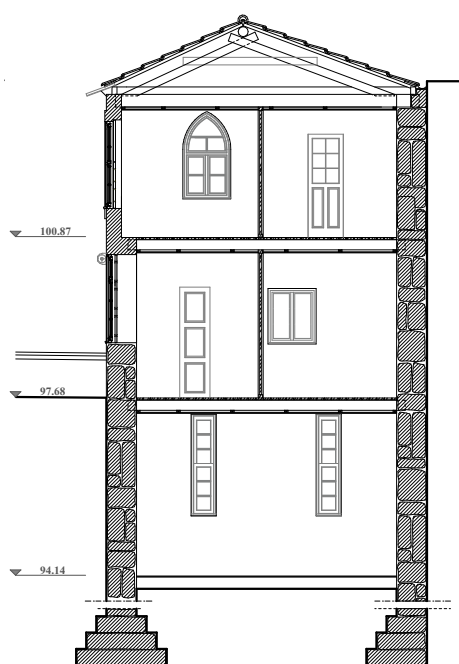
98.69

95.73

97.79



[45]
Corte Transversal A
esc. 1:150



[46]

Corte Transversal D

esc. 1:150

[47]

Corte Trasversal C

esc. 1:150



princípios morfo-tipológicos

A fachada norte, que dialoga diretamente com a cidade através da Rua de São Miguel, é o elemento arquitetônico que nos proporciona a primeira impressão sobre o nosso objeto de estudo. Este elemento faz parte da primeira edificação do nosso conjunto habitacional, compreende um edifício de quatro pisos mais cave, atingindo uma altura de cerca de 15 metros, ao nível do beiral. A fachada apresenta três aberturas por piso e identificando-se a existência de um eixo de simetria central, que se localiza a eixo do vão central. Ao nível do piso térreo, duas das três aberturas correspondem a vãos protegidos por um gradeamento e, a abertura restante corresponde a uma grande porta de madeira, encimada por uma entrada de luz, que dá acesso direto ao piso térreo. Nos dois pisos superiores, as aberturas correspondem a janelas de sacada, com uma varanda que ocupa toda a largura da fachada, sendo composta por uma cornija que suporta um beiral de pequeno balanço, 50 centímetros, com guarda de ferro. O terceiro piso apresenta, também, três aberturas que correspondem a janelas mais pequenas.

[48] Vista da Rua São Bento da Vitória a partir da qual se podem observar os alçados Norte e Nascente da nossa área de intervenção.IR.

A nascente, no interior do logradouro e na continuidade do alinhamento da Rua de São Bento da Vitória, deparamo-nos com a segunda impressão sobre a pré-existência, desenvolvendo-se as fachadas dos dois edifícios em estudo.

A composição da fachada nascente da primeira edificação, apresenta, nos primeiros três pisos, sete vãos em cada piso, enquanto que no ultimo piso esta revela nove aberturas. Tal como na fachada voltada para a rua, a composição da fachada é determinada por um eixo de simetria central, localizado a eixo do vão que corresponde à caixa de escadas.

Ao nível do piso térreo, correspondem-se três tipos de vãos com características distintas. A abertura que se localiza no eixo central da composição corresponde a uma grande porta com uma entrada de luz superior e apresenta bandeira curva. Este elemento compreende a entrada principal das habitações dando acesso ao piso térreo. A ladear a entrada encontramos ainda, seis vãos, sendo quatro dessas aberturas janelas retangulares, que estão protegidas por uma grade de ferro. A mediar as referidas janelas localizam-se as duas restantes aberturas, correspondentes a grandes janelas com bandeiras curvas, também protegidas com uma grade de ferro .

Ao nível do primeiro piso, três aberturas correspondem a janelas de sacada, que albergam uma pequena varanda, com guarda de ferro. As restantes quatro aberturas correspondem a janelas rectangulares e localizam-se entre os referidos vãos.

As aberturas do terceiro e quarto pisos compreendem, sete janelas, iguais às do segundo piso e nove janelas, ligeiramente mais pequenas, respetivamente.

Já o segundo edifício, o mais pequeno, revela uma construção com dois pisos mais cave, que atinge a altura de 6 metros, ao nível do beiral. A composição da sua fachada apresenta duas aberturas por piso e não existe um eixo de simetria. Ao nível do piso térreo, as duas aberturas apresentam características distintas,

uma corresponde a uma janela e a outra corresponde às portas de entrada nas habitações, onde uma delas dá acesso directo ao piso térreo e a outra ao piso superior. No que diz respeito ao piso superior, as aberturas compreendem duas janelas, que se caracterizam através da bandeira dos vãos em forma de ogiva.

As fachadas das duas edificações estão interligadas através de um muro com uma altura de 4 metros, que abriga um pequeno pátio no interior e apresenta um vão que corresponde a uma porta que dá acesso à cave da segunda habitação.

O lote no qual o conjunto edificado se insere apresenta uma forma rectangular irregular, com cerca de 8,20 a 6,80 metros de largura e 40 de comprimento. Este alberga duas edificações, sendo que ambos ocupam toda a largura do lote, embora apresentem comprimentos distintos. O primeiro e mais importante edifício, que faz frente como a rua tem um desenvolvimento de 28 metros e o segundo edifício surge na extremidade do lote, na continuidade vertical do muro de suporte do miradouro, ocupando 8,60 metros no seu eixo maior. Os edifícios encontram-se separados através de um pátio com cerca de 3,80 metros de comprimento.

Adjacente ao lote, encontramos o logradouro que evidencia uma forma triangular irregular.

No que se refere à análise sobre a organização interna do conjunto edificado, o nosso estudo fundamenta-se num conjunto de documentos, designadamente a *Memória descritiva do estado da casa de 1992*, consultado no *Arquivo Municipal do Porto*, a análise do *Projecto de Estabilidade* realizado em 2018, e o *Projecto de Arquitetura* realizado em 2017, fornecido pela Câmara do Porto.

[49] Vista do Alçado nascente do nosso objecto de estudo do interior do miradouro.IR.



Não tendo sido possível entrar na pré existência, este último documento revelou-se da máxima importância na medida em que nos apresenta uma descrição do interior das habitações, com tudo após esta análise apercebemo-nos de algumas incoerências e ou falta de informação dos documentos.

A análise morfo-tipológica da primeira edificação resulta, portanto, num edifício composto por três frentes com pátio e logradouro adjacente. Apresenta caixa de escadas central e transversal ao lote, compreendendo quatro pisos mais cave, sendo três pisos destinados a habitação, um piso térreo destinado a oficinas e uma cave também dedicada a oficina.

A cave correspondia a uma oficina de cromagem, apresentando um espaço amplo com pequenos compartimentos para arrumos no seu interior. Este espaço dispõem de quatro pequenas entradas de luz, através de estreitos rasgos no pavimento e inseridos no logradouro, uma destas entradas é mais comprida pelo que acreditamos que possa tratar-se de uma possível entrada para a cave.

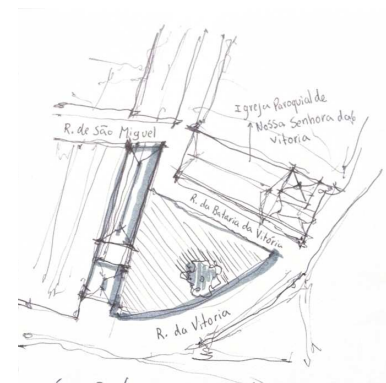
O piso do rés-do-chão albergava a sede de duas oficinas distintas. Estes espaços são mediados por uma caixa de escadas central, que percorre o edifício verticalmente desde o rés-do-chão até ao terceiro piso. Constatamos, ainda, neste espaço, a existência de arrumos debaixo da escadaria.

Podemos encontrar, com entrada pela Rua de São Miguel, a sede de uma oficina de encadernação. Destacamos neste espaço o aproveitamento do pé-direito através da construção de um mezanino/sobreloja, onde se localizavam os escritórios da oficina. O espaço dispunha de instalações sanitárias com um pequeno anexo dedicado a um lavatório.

Com entrada pelo logradouro e pelo interior da construção, acedia-se à localizar a antiga sede de uma oficina de tipografia. À semelhança da oficina vizinha esta também aproveita o pé-direito com a criação de um mezanino, dispondo de uma pequena instalação sanitária, que se pressupõe localizar-se num anexo no pátio das traseiras, como era habitual nesta tipologia de edificações.

A caixa de escadas, com a forma de “U”, desenvolve-se em três lances que dá acesso desde do rés-do-chão até ao terceiro e último piso. Sendo, iluminada a partir de vão na fachada nascente. Contudo, como já foi referido anteriormente, era iluminada, também, através de luz zenital proveniente de uma clarabóia.

Os pisos superiores eram dedicados a habitação, existindo dois fogos por piso, um a Norte da caixa de escadas e outro a Sul. É-nos difícil descrever, com rigor, a tipologia dos fogos das habitações, devido à falta de informação sobre a organização do seu interior e às profundas alterações consequentes da adaptabilidade do espaço à passagem do tempo.



[50] Esquismo de processo do objecto de intervenção.IR.



[51] Vista parcial do Morro da Vitória de 1972, tirada do Terreiro da Sé, destacando-se o Miradouro da Vitória, a Igreja de Nossa Senhora da Vitória e o Convento e Igreja de São Bento da Vitória.

Contudo, podemos afirmar, que o primeiro andar direito, dispõem de cozinha, sala de jantar, dois quartos, um quarto mais pequeno e um corredor de distribuição que faz a ligação às instalações sanitárias, localizadas na varanda das traseiras, sendo partilhada pelas duas habitações. Estas instalações são compostas por chuveiro, lavabo e sanita, separadas em dois volumes. Um destes volumes, só se verifica no primeiro andar e apresenta-se como uma construção posterior à segunda metade do Setecentos, o outro já se pressupõem ser a instalação sanitária desenhada no século XVIII.

Podemos, portanto, pressupor que os fogos dos primeiros dois pisos surgem com uma organização interna semelhante à descrita anteriormente, mantendo-se a solução de partilhas da instalação sanitária que se localizam nas traseiras do edifício.

Já o terceiro e último piso revela uma organização do espaço interno distinta. O desenho deste espaço apresenta uma simetria entre os dois fogos, compreende um corredor de distribuição central, que aproveita luz natural proveniente das janelas de ambas as fachadas. Ao longo do corredor existem três portas, de ambos os lados, que nos conduzem a compartimentos distintos, assumimos, pela escala do desenho, que se tratavam de pequenos quartos para aluguer. Estes partilhavam de uma pequena instalação sanitária na extremidade do alçado sul, à semelhança das habitações vizinhas. Ou que se tratem de dois fogos, de duas habitações, que apresentem na sua organização cozinha, sala de jantar, dois ou três quartos e sanitário ou quarto de banho, à semelhança das habitações vizinhas.

Abordaremos de seguida a segunda edificação. Esta resulta num edifício composto por quatro frentes e logradouro adjacente, compreendendo dois pisos mais cave. Funcionalmente, o andar e o rés-do-chão eram dedicados a habitação e a cave era dedicada a oficina.

O acesso à cave, é realizado pelo exterior da habitação, através de um portão metálico localizado na fachada nascente do edifício, que nos conduzir a uma escada de granito. A cave apresenta um espaço reduzido, mas de grande pé-direito, sendo um espaço privilegiado em termos de iluminação natural, que entra na oficina através de duas janelas altas e esguias, localizadas na continuidade vertical do muro de suporte do miradouro.

O piso do rés-do-chão e o primeiro piso são acessíveis pelo interior do logradouro, onde podemos encontrar, na fachada nascente da construção, duas portas de madeira, com os números 1 e 1A, que permitem o acesso às habitações. A porta número 1 dá acesso à habitação do rés-do-chão, dispõem de átrio de entrada que apresenta uma pequena divisão destinada a arrumos, cozinha, sala de jantar, quarto e quarto de banho, composto por *poliban*, chuveiro, sanita, bidé e lavatório.

O acesso ao primeiro piso é realizado através da porta de entrada numero 1A, que permite a entrada no átrio da habitação, no qual uma escada de madeira conduz ao primeiro piso. Esta habitação dispõem de átrio com pequena dispensa, cozinha, sala de jantar, dois quartos e quarto de banho, também, composto por *poliban*, chuveiro, sanita, bidé e lavatório.

Após a análise da situação do conjunto habitacional, podemos afirmar que esta sofreu profundas alterações desde a época que foi construída, na segunda metade do século XVIII, no *Porto Iluminista*, até à situação atual, século XXI, de ruína. As profundas alterações, que estes edifícios sofreram prenderam-se com a conversão das habitações da burguesia portuense unifamiliar em habitações plurifamiliares, como resposta ao aumento dos fluxos populacionais provenientes das áreas rurais que envolviam a cidade, os quais conduziram a uma densificação da cidade que fez surgir novas tipologias de habitação burguesa e operária. Será uma consequência deste processo a construção do segundo edifício no antigo logradouro, na época do *Porto Liberal*.

*Não é um modelo teórico de habitação plurifamiliar que se constrói, é a progressiva recuperação do edifício de habitação unifamiliar para uso de vários inquilinos que fornece a resposta às carências de habitação existentes a partir dos finais de Setecentos e na segunda metade de Oitocentos. É a casa burguesa em profundidade, com frente estreita, que revela toda a sua capacidade de adaptação*⁴⁷.

⁴⁷ FERNANDES, Francisco Barata - *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade*. Porto: FAUP Publicações, 1999, p. 226

[52] Vista do Morro da Vitória, datada de 2009. Fotografia de Maria Marques.





[53] Vista da Rua de São Miguel.IR.



[54] Vista do cruzamento da Rua da Bateria da Vitória e da Rua da Vitória.IR.

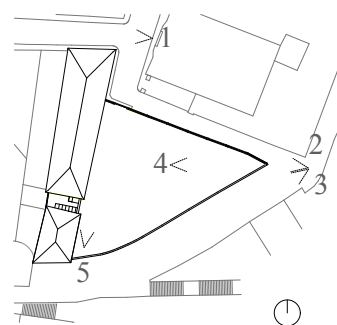


[55] Vista da Rua da Vitória.IR.

[56] Vista sob a cidade do Porto, tirada do interior da nossa área de intervenção.IR.

[57] Vista do alçado tardo do objecto de estudo do interior do miradouro.IR.

[58] Esquema de Vistas.



⁴⁸ RAMOS, Rui - “Nelson Mota, A Arquitectura do Quotidiano. Público e Privado no Espaço Doméstico da Burguesia Portuguesa no Final do Século XIX”, *Jornal dos Arquitetos*, ser independente, nº240, 2010, p.124

⁴⁹ MOTA, Nelson- “At Home com a Burguesia do Porto. Fronteiras entre o Público e o Privado”, in *Família, Espaço e Património*, Carlota Santos, Porto: CITCEM, 2011, p.536

[59] Vista da Rua da Vitória sobre a cidade do Porto, evidenciando a Sé e as escadas da Vitória.IR.



Em síntese, o estudo que desenvolvemos com o objetivo de compreender a casa burguesa portuense, permitiu-nos constatar e compreender um processo de profunda transformação no modo de habitar, que foi reflexo de significativas alterações ocorridas no modo estrutura social da cidade e da burguesia, que, como refere Rui Ramos, *ao moldarem a casa e a vida privada que nela se desenrola, a vida familiar, redefinem a ideia de privado como interesse público, teorizando uma forma ideal de habitação para todos e abrindo assim os fundamentos para a definição de uma nova arquitectura*⁴⁸.

Nelson Mota afirma ainda que, *à medida que a burguesia emergiu como grupo social dominante, o espaço doméstico adquiriu complexidade. Os lugares genéricos que compartimentavam a casa até ao século XVIII foram-se especializando. Este fenómeno resulta de um processo que exigiu, ao longo do século XIX, lugares capazes de suportar as solicitações de uma ocupação cada vez mais intensa, que tem de ser negociada entre um grupo de natureza mais restrita, íntimo, e outro mais alargado, mundano*⁴⁹.

Ao longo dos séculos, estas habitações sofrem profundas alterações, indo ao encontro das necessidades e expectativas da burguesia. *A casa burguesa, urbana por definição, vai constituir-se a partir do século XVII como o lugar onde se desenvolve o conceito de domesticidade. De maneiras distintas o mundo ocidental redefine as fronteiras entre o público e o privado e procura um espaço para a família*⁵⁰.

No Porto *Mercantilista*, o modo de habitar a casa reflete, ainda, a ideia medieval de habitar. Os espaços dispõem de pouca ou nenhuma especificação, pois cada piso funciona como uma grande sala, verificando-se, no entanto, uma separação dos usos através dos pisos, onde o piso térreo é destinado ao comércio e os restantes a habitação privada. No século XVIII, na época do Porto *Iluminista* surge a necessidade de adaptação do espaço da casa ao aumento de complexidade do modo de viver o espaço doméstico, apresentando, algumas especificidades na sua organização interna, como uma sala para receber convidados e uma cozinha, contudo as restantes áreas não apresentam nenhuma especialização. Só no século XIX, com o Porto *Liberal*, é que, o uso da casa burguesa apresenta uma organização interna assente em diferentes usos e um princípio de especialização, revelando uma mudança do conceito de habitar, em relação às épocas anteriores.

*Esta forma ideal de habitar, negociada entre res pública e privada, é a alavanca do desenho arquitectónico que durante o século XIX irá dirigir a sua atenção da casa individual à habitação colectiva, transformando o problema da habitação, pela primeira vez, no tema central da investigação arquitectónica do século XX*⁵¹. O estudo desta temática estende-se para o século XXI, durante o qual são ensaiados novos modos de usar e, consequentemente, de organizar o espaço, com o objectivo de servir a sociedade contemporânea. A autora *Monique Eleb*, na sua análise da casa burguesa, coloca em evidência a importância do espaço como um dispositivo, ou seja, pensado e produzido como um mecanismo particular de modo a criar um efeito respeitante às condutas e às práticas, de forma explícita ou implícita⁵².

O trabalho desenvolvido ao longo da primeira parte deste trabalho, permitiu-nos compreender as origens do nosso caso de estudo, inscrevendo-o num processo longo de transformação do modo de habitar na cidade do Porto, em particular da sua burguesia. Importa, de seguida, aprofundar o estudo em torno das transformações das necessidades e aspirações das sociedades contemporâneas, nomeadamente europeias e portuguesas e da experimentação que tem vindo a ocorrer ao nível dos modelos e das soluções tipológicas. Assim, ao longo da segunda parte do trabalho procuraremos compreender as referidas transformações, elegendo como foco o conceito de cohousing.

⁵⁰ MOTA, Nelson- “At Home com a Burguesia do Porto. Fronteiras entre o Público e o Privado”, in *Família, Espaço e Património*, Carlota Santos, Porto: CITCEM, 2011, p.519

⁵¹ RAMOS, Rui - “Nelson Mota, A Arquitectura do Quotidiano. Público e Privado no Espaço Doméstico da Burguesia Portuguesa no Final do Século XIX”, *Jornal dos Arquitectos*, ser independente, nº240, 2010, p.124

⁵² RAMOS, op.cit., p.124



[60] Fotografia aérea da cidade do Porto: fiada 18, n.º 347.1939-1940.



PARTE 02. Desafios da Contemporaneidade

02.1. Novos modos de habitar, na contemporaneidade: *Cohousing*

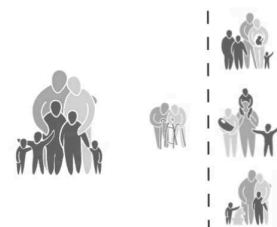
No contexto das profundas transformações sociais que se têm vindo a observar na composição e estrutura das sociedades contemporâneas, como consequência de um conjunto de alterações que se prendem com fenómenos e novas dinâmicas de entre as quais, o aumento do número de famílias monoparentais; o envelhecimento da população resultante do aumento da esperança de vida, e de baixos índices de natalidade; das condições de trabalho que, em muitos casos deixam de estar associadas a um horário e local de trabalho fixo; e dos fluxos migratórios de indivíduos isolados e vulneráveis que diariamente chegam em número assinalável ao contexto europeu. Estes fatores resultam num crescente fenómeno de isolamento na sociedade contemporânea.

*Estas mudanças são o resultado de um processo de adaptação das sociedades às mudanças impostas pelas novas condições económico-produtivas, pelo ritmo acelerado de mudanças das tecnologias disponíveis e pelo paradigma da sustentabilidade que procura, em todos os domínios, o equilíbrio entre ambiente, sociedade e economia*⁵³.

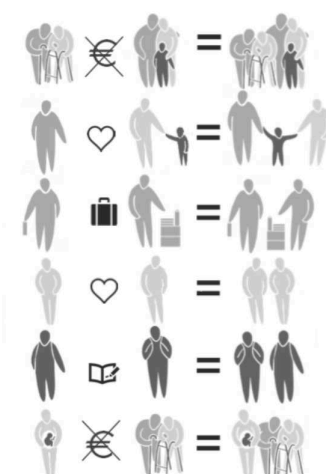
O referido processo tem sido complexo e nem sempre conduzido de forma equilibrada e sustentável, resultando num crescimento descontrolado da malha urbana, observando-se um desajuste entre a promoção de habitação em número e tipologia, que são o resultado de políticas habitacionais ineficazes. Como consequência, deparamo-nos com a existência de um parque habitacional abandonado, pouco qualificado, desajustado relativamente às novas necessidades e insuficiente. O grave problema da habitação que observamos em Portugal, afeta diferentes faixas etárias, mas mais diretamente as gerações mais jovens, referimo-nos em particular aos jovens que procuram uma primeira habitação.

Em diversas cidades, europeias de entre as quais o Porto, deparamo-nos com a existência de grandes estruturas edificadas a ocupar posições centrais na malha urbana, que se encontram, abandonados. Estes acontecimentos advêm da falta de manutenção, ocupação inadequada e deterioração estrutural dos edifícios, comprometendo a qualidade de vida e segurança dos habitantes, levando assim, ao seu abandono. A reabilitação e requalificação destes edifícios pode contribuir de modo significativo para a requalificação da malha urbana em que se inscrevem e para a resolução do problema do deficit e do parque habitacional das cidades, constituindo-se como oportunidades para ensaiar novos modos de habitar e novas respostas morfotológicas.

o problema



[61] Evolução estruturas familiares: famílias numerosas e ruptura.



[62] Evolução estruturas familiares: diversidade e factores de ruptura.

⁵³ BARRATTA, A., FINUCCI, F., GABRIELE, S., METTA, A., MONTUORI, L., PALMIERI, V. – Cohousing. Problemi e progetti per la riqualificazione del patrimonio esistente. Pisa: Edizioni ETS, 2014, p.15

⁵⁴ BARRATTA, A., FINUCCI, F., GABRIELE, S., METTA, A., MONTUORI, L., PALMIERI, V. – Cohousing. Problemi e progetti per la riqualificazione del patrimonio esistente. Pisa: Edizioni ETS, 2014, p.15

⁵⁵ BARRATTA, A., FINUCCI, F., GABRIELE, S., METTA, A., MONTUORI, L., PALMIERI, V. – Cohousing. Problemi e progetti per la riqualificazione del patrimonio esistente. Pisa: Edizioni ETS, 2014, p.15

⁵⁶ VESTBRO, U. — Living together: Cohousing ideas and realities around the world. Estocolmo: Division of urban and Regional Studies, KTH, e Kollektivhus NU, 2010, p.29

Neste contexto, a cidade do Porto apresenta-se como contexto de intervenção oportuno, em particular o conjunto de habitações burguesas que se encontram abandonadas. Diversos autores evidenciam o problemas da falta de habitação e o desajuste das tipologias existentes face à profunda reconfiguração da composição social e diversidade da composição familiar, que impoem um repensar do modo e tipologias de habitar.

Apesar desta necessidade, a oferta habitacional tem dificuldade em encontrar modelos inovadores capazes de dar conta da heterogeneidade e complexidade das dinâmicas em curso; além disso, a procura de habitação não depende apenas do movimento demográfico, mas é afetada principalmente pelas alterações endógenas das estruturas familiares (Cocco & Pibiri, 2011); esta exige respostas de natureza qualitativa e quantitativa⁵⁴.

Os estudos que têm vindo a ser desenvolvidos por diversas instituições e técnicos evidenciam uma crescente dinâmica de acesso à habitação por via do arrendamento em detrimento de lógicas passadas, de que é exemplo o contexto português, que assentavam sobretudo na aquisição de habitação própria. Como referem Adolfo F. L. Baratta, Fabrizio Finucci, Stefano Gabriele, Annalisa Metta, Luca Montuori e Valerio Palmieri, *a propriedade de imóveis, o acesso ao crédito e as rendas bonificadas continuam a ser os principais elementos fundadores do tema da habitação: mais de um quarto da população (27,2%) é proprietária de habitação e paga hipotecas; mais de sete em cada dez pessoas têm casa própria, enquanto cerca de 18,5% alugam as suas casas a preços de mercado e cerca de 11% pagam rendas subsidiadas ou nenhuma renda⁵⁵.*

o conceito

Perante os problemas enunciados consideramos oportuno e necessário desenvolver uma reflexão em torno dos modos de habitar o espaço doméstico, centrado no conceito de *cohousing*.

O debate em torno de novas formas de habitar, designadamente a partir da exploração do conceito de *cohousing* tem sido profícuo, sendo abordado em diferentes campos disciplinares por diversos autores, de entre os quais destacamos Dick Urban Vestbro, Monique Eleb e Sabri Bendimérad e Adolfo F. L. Baratta, Fabrizio Finucci, Stefano Gabriele, Annalisa Metta, Luca Montuori e Valerio Palmieri, atribuindo-lhe diferentes interpretações. O autor **Dick Urban Vestbro** define o *cohousing* como *o conceito mais adequado quando se refere a habitações com espaços comuns e instalações partilhadas⁵⁶.*

Por sua vez, os autores **Adolfo F. L. Baratta, Fabrizio Finucci, Stefano Gabriele, Annalisa Metta, Luca Montuori e Valerio Palmieri** convergem com Vestbro, salientando a dimensão coletiva, naquilo que se traduz na construção de novas formas de vizinhança e da construção de uma vida em comunidade, possibilitando a exploração de diferentes soluções espaciais que garantem diferentes níveis de privacidade individual. O contributo dos referidos autores estende-se, ainda, à construção de um posicionamento sobre a exploração deste conceito em contextos urbanos que, pela desadequação aos modos de vida contemporâneos ou por abandono da estruturas edificadas, impõem o desenvolvimento de estratégias de atualização ou de reuso. Ou seja, de acordo com os autores a reabilitação do património edificado, em contexto de cohousing, é vista como uma vantagem na concepção de cidade, referindo que - *O tema da reutilização é, simultaneamente, um problema a enfrentar, uma estratégia a prosseguir e um recurso disponível, em virtude da grande dimensão do património a reabilitar e reconvertido*⁵⁷.

⁵⁷ BARRATTA, A., FINUCCI, F., GABRIELE, S., METTA, A., MONTUORI, L., PALMIERI, V. – Cohousing. Problemi e progetti per la riqualificazione del patrimonio esistente. Pisa: Edizioni ETS, 2014, p.16

⁵⁸ ELEB, M. e BENDIMÉRAD, S. – “Ensemble mais séparément, les lieux de la cohabitation”. Leroy Merlin Source, No. 14, Paris : Leroy Merlin, 2015, p.4

⁵⁹ ELEB e BENDIMÉRAD, op.cit., p.4

Convocamos, ainda, os autores **Monique Eleb e Sabri Bendimérad** que enriquecem o debate equacionando o conceito de *cohousing* a partir de uma aproximação empírica. Para os referidos autores, o *cohousing* não se trata de uma ideia nova, partilhando o mesmo entendimento de Vestbro. Monique Eleb e Sabri Bedimérad estudaram o conceito, a partir de vários casos de estudo, de habitações que exploram diferentes aproximações ao conceito, através da observação e análise empírica, combinando uma abordagem de natureza antropológica com uma análise espacial, questionando assim a *relevância e o efeito dos dispositivos espaciais nas interações em grupos domésticos que os experienciam*⁵⁸.

Os autores abordam o *cohousing* do ponto de vista do tipo de interações que se estabelecem entre as pessoas considerando estas interações o fundamento do desenho de novas tipologias, já que *o design das habitações deve dar suporte a estas novas formas de viver*⁵⁹. Assim, são os habitantes e os seus modos de estar que estão no centro deste conceito. Os diferentes modos de estar podem ser reflexo de diferentes circunstâncias, desde logo o de valores e culturas distintas.

Dos autores anteriormente referidos consideramos que Vestbro faz uma síntese que nos parece particularmente bem construída e clara, afirmando que o conceito de *cohousing*, se trata de um conceito muito abrangente, podendo ser interpretada a partir de diferentes categorias, designadamente *colaborativa, coletiva, comunitário ou cooperativo*.

Segundo Vestebro, a exploração do conceito *cohousing* dá origem a diferentes modelos de habitação que convergem no princípio de combinarem e partilhar espaços comuns, com unidades privadas destinadas a cada morador.

A categoria *colaborativa* remete, especificamente, às habitações desenhadas a partir de um princípio de colaboração entre residentes, tratando-se assim, de um termo mais amplo que o *cohousing*, podendo variar de acordo com o contexto em que se insere. Encontrando, normalmente, um equilíbrio entre espaços privados e comunitários, assentam na partilha de instalações comuns e mantendo a sua privacidade em módulos separados. Nestes modelos, o ambiente físico demonstra uma grande preocupação no seu desenho e não se manifesta só nos fatores sociais.

Por sua vez, a categoria *coletiva* refere-se às habitações que exploram a organização e utilização coletiva de espaços e serviços comuns nas habitações. A categoria *comunitária* diz respeito às habitações destinadas à vida conjunta em *comunidade*, de um conjunto de indivíduos com a vontade de criar uma *comunidade*. Vestebro dá ênfase ao termo *commune* que deverá ser utilizado para um modo de vida e de habitar comunitária sem recorrer à existência de um módulo individual. Já a categoria *cooperativa* não pode ser utilizada no contexto de *cohousing*, pois as habitações cooperativas não se referem necessariamente a espaços comuns ou instalações partilhadas, a propriedade cooperativa de habitação pode não incluir esses espaços.

O termo *cohousing* apresenta-se, portanto, dentro de uma grande variedade de conceitos, sendo que estes são utilizados para se referirem às formas alternativas de viver num contexto de diferentes possibilidades de partilha.

Entre os vários conceitos e as numerosas formas de viver em conjunto, ***consideramos que o cohousing é o conceito mais adequado quando se refere a habitações com espaços comuns e instalações partilhadas***⁶⁰.

Vários autores, convergem na consideração que o *cohousing* se apresenta como uma solução aos problemas da habitação na sociedade contemporânea, que se estrutura numa perspectiva de partilha e de cooperação entre residentes.

De acordo com Joanna Williams (2008), a partilha dos espaços de serviços e das funções, parece ser a resposta à crescente procura de formas sustentáveis que solucionem a crescente procura por habitações de qualidade com elevado potencial de mercado bem definido⁶¹. Marcus e Dovey (1991) já afirmavam

⁶⁰ VESTBRO, U. — *Living together: Cohousing ideas and realities around the world*. Estocolmo: Division of urban and Regional Studies, KTH, e Kollektivhus NU, 2010, p.29

⁶¹ WILLIAMS, J. — *Predicting an American future for cohousing*. In *Futures*, 2008, p.40.

⁶² MARCUS, C., DOVEY, K. — *Cohousing an option for the 1990s*. In *Progressive Architecture*, 1991, p.6.

que o *cohousing*, através da partilha, é capaz de produzir fortes relações e redes sociais nas comunidades envolvidas, como também a melhoria do padrão de bem-estar compreendido pelas mesmas.⁶²

Assim, o *cohousing*, é visto como *uma forma particular de vizinhança em que as casas privadas e os serviços comuns são combinados de modo a salvar a privacidade individual e, ao mesmo tempo, a necessidade de socialização, proporcionando uma resposta eficiente a uma série de aspetos práticos da vida na cidade*⁶³.

Posto isto, podemos concordar com Adolfo F. L. Baratta, Fabrizio Finucci, Stefano Gabriele, Annalisa Metta, Luca Montuori, Valerio Palmieri, em como o *cohousing* é *uma solução residencial capaz de reduzir os problemas permanentes que os membros das sociedades avançadas têm de enfrentar*.⁶⁴

Segundo Salla Korpela, **Quando nos debruçamos no estudo deste modo de habitar é indispensável referir que a interação social imposta por diferentes níveis de partilha, de uma forma ou de outra, constitui sempre o cerne do *cohousing***⁶⁵.

Salla Korpela enriquece a reflexão e o debate afirmando que, os projectos e grupos de *cohousing*, do ponto de vista social, tendem a dividir-se em três categorias. A primeira refere-se à construção em conjunto, que caracteriza os grupos de habitantes com o único interesse de juntar bens e unir esforços para obter benefícios económicos e práticos do projeto. O segundo grupo refere-se à partilha da vida quotidiana, onde os residentes, para além de desenvolverem os seus edifícios em conjunto, planeiam também a partilha das actividades quotidianas enquanto habitam esses espaços. A última categoria refere-se a servir um ideal comum, estes grupos não só constroem e vivem juntos, mas fazem-no especificamente para servir uma ideologia, um compromisso religioso ou um estilo de vida específico. Podemos observar a existência deste tipo de comunidades construídas há milhares de anos sob a forma de mosteiros e ordens religiosas. As versões modernas/contemporâneas incluem eco-aldeias, comunidades de seitas religiosas e kibutzim (“reunião” ou “juntos”)⁶⁶. Contudo, segundo Karin Krokfors, os projectos de *cohousing* realizados nos dias de hoje não tem de forma generalizada a ideologia como o centro das tipologias.

Podemos, então, afirmar que, ***o cohousing pode, de facto, ser entendido como um processo de interação social criado pelos seus membros***⁶⁷.

a dimensão social

⁶³ LIETAERT, M. — *Cohousing e condomini solidali*. Florença: Aam Terra Nuova, 2007, p.

⁶⁴ BARRATTA, A., FINUCCI, F., GABRIELE, S., METTA, A., MONTUORI, L., PALMIERI, V. — *Cohousing. Problemi e progetti per la riqualificazione del patrimonio esistente*. Pisa: Edizioni ETS, 2014, p.15

⁶⁵ KROKFORS, Karin — *Co-Housing in the Making*. Built Environment, vol 38, nº2. Reino Unido: Alexandrine press. 2012, p.310

⁶⁶ Estudo elaborado através do projecto Casa Malta em Helsínquia, onde a autora, segundo Karin Krokfors no livro “*Co-Housing in the Making*”

⁶⁷ GLASS, P. A. — *Lessons Learned From a New Elder Cohousing Community*, Universidade de Georgia, 2013, p.

a dimensão arquitectónica

O estudo desenvolvido sobre o tema permite-nos concluir que o cenário das soluções tipológicas que o *cohousing* gera são extremamente heterogéneas. Não consideramos que exista um modelo de *cohousing* predefinido devido às inúmeras variantes envolvidas. Alguns dos fatores que ajudam a determinar as distintas soluções são: *o tipo de utilizadores (trabalhadores, estudantes, idosos, divorciados, comunidades mistas), os requisitos dos cohousers' (espaços, recursos e diferentes comodidades), a localização do edifício (grandes cidades ou pequenas cidades, campo) e o tipo de obra (novo edifício ou reabilitação de edifícios existentes)*⁶⁸.

Ainda assim, dentro destes inúmeros fatores e das múltiplas formas/soluções que o *cohousing* pode gerar, de acordo com Monique Eleb e Sabri Bendimérad, podem ser identificadas *três tipologias distintas dentro do cohousing*⁶⁹.

Nesta categorização temos em consideração que os *projectos de cohousing* se estabeleceram há muito tempo em **diferentes situações** e em **espaços existentes**, de acordo com a posição do edifício e o tipo de obra, contudo, estes revelam se particularmente diferentes consoante as **formas de convivência**, entre diferentes tipos de utilizadores e a **composição dos espaços**, definidos em função dos requisitos dos *cohousers'*.

Os autores caracterizam estas três tipologias formais a partir do tipo e natureza da relação que estabelecem com os espaços de convívio no desenho da habitação.

Começaremos por referir as **habitações em edifícios coletivos**, que consiste na partilha à escala do próprio alojamento, com uma única porta de entrada comum que dá acesso aos quartos e aos espaços de partilha, estes são padronizados e interiorizados, como quarto, cozinha e por vezes casa de banho. Estas intervenções dizem respeito a habitações novas ou renovadas.

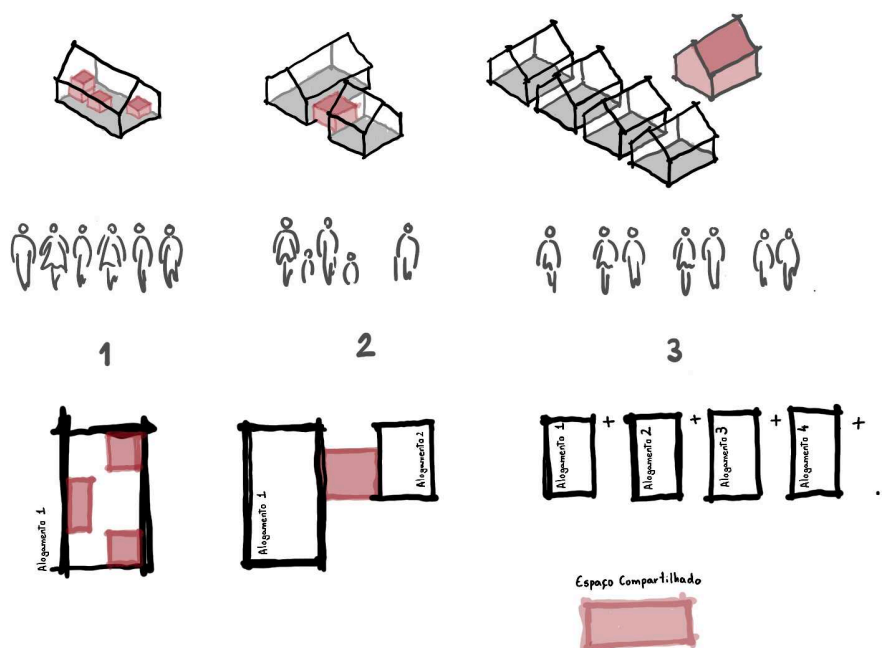
De seguida, as **habitações intermédias entre coletivas e individuais**, que se desenvolvem à escala de um patamar ou de um espaço exterior, como um pátio, terraço ou jardim, consistindo na existência de duas habitações privadas que estão ligadas por um espaço comum. Também esta tipologia diz respeito a habitações novas ou renovadas.

Por fim, abordam-se as **casas individuais**, referindo-se aos conjuntos de habitações privadas, alojamentos ou casas, dotados de espaços comuns exteriores às habitações, que são partilhados pelos residentes, como salas dedicadas a múltiplas atividades, hortas comunitárias. Esta última tipologia diz respeito a construções novas.

⁶⁸ BARRATTA, A., FINUCCI, F., GABRIELE, S., METTA, A., MONTUORI, L., PALMIERI, V. – *Cohousing. Problemi e progetti per la riqualificazione del patrimonio esistente*. Pisa: Edizioni ETS, 2014, p.10

⁶⁹ ELEB, M. e BENDIMÉRAD, S. – “Ensemble mais séparément, les lieux de la cohabitation”. Leroy Merlin Source, No. 14, Paris : Leroy Merlin, 2015, p.10

AS TRÊS ESCALAS DO COHOUSING



[63] *As três escalas do cohousing*. Esquema elaborado a partir do estudo apresentado por Monique Eleb e Sabri Bendimérad, no artigo *Ensemble mais séparément – les lieux de la cohabitation*, publicado em 2015.IR.

TIPO 1: Habitação coletiva.

Nesta tipologia os co-habitantes vivem no mesmo fogo. Os espaços partilhados são padronizados, como, o quarto, a cozinha, a entrada e, por vezes, a casa de banho são partilhados.

TIPO 2: Habitação intermédia. Entre coletivo e unifamiliar.

Nesta Tipologia os co-habitantes vivem cada um no seu próprio alojamento, onde o espaço partilhado se localiza adjacente a cada alojamento e diretamente acessível, como, o terraço, o pátio, uma estufa, o jardim.

TIPO 3: Habitação unifamiliar

Os co-habitantes vivem cada um na sua própria casa. O espaço compartilhado é exterior à habitação, podendo ser uma sala dedicada a múltiplas atividades, uma horta comunitária, áreas comuns compartilhadas, etc. O acesso a estes espaços não é feito diretamente a partir das habitações.

A propósito dos diferentes tipos de habitação apresentados convocamos **quatro obras** que consideramos exemplares na explicitação das novas configurações e tipos de partilha nas diferentes escalas, evidenciando o essencial de cada solução no que diz respeito ao princípio fundador da solução e à natureza dos espaços comuns e espaços privados.

SHARED HOUSING LT JOSAI

PAIS : JAPÃO

ANO : 2013

LOCAL: NISHI-KU, NA-
GOYA-SHI

ARQUITETO(S): JUN
INOKUMA, YURI NARUSE

FOTOGRAFIA: MASAO
NISHIKAWA



02.2. ESCALAS DO COLIVING



PROJETO

O projecto, *Share House LT* localizado em Nagoya, Japão, reflete o princípio das habitações compartilhadas do cohousing. Por todo o mundo, tem-se assistido a um crescimento da procura por novos modelos de habitar. Neste contexto, o edifício objeto desta análise terá sido projectado como resposta à crescente procura, no Japão, por habitações onde indivíduos não relacionados partilham os espaços da vida quotidiana, quebrando assim a barreira da solidão. *Projetada e construída pelos arquitetos Jun Inokuma e Yuri Naruse, esta grande casa alberga treze residentes. A abordagem arquitectónica consiste em distribuir cheios e vazios dentro de um grande volume simples, de modo a construir, entre os espaços fechados das divisões, uma continuidade de espaços partilhados livres e abertos que os moradores podem utilizar com alguma liberdade*⁷⁰.

ESPAÇOS COMUNS

Podemos comparar a tipologia desta habitação à de uma grande “casa partilhada”, onde as áreas comuns e as áreas de uso individual se constroem uma unidade definindo um corpo orgânico com diferentes funções. Encontramos, no piso térreo, para além das células privadas, os serviços principais que apoiam a vida quotidiana, designadamente as áreas comuns nas quais os habitantes, cozinham, comem, desenvolvem atividades de lazer e são incentivados a interagir e conviver. Complementa este programa de áreas comuns, uma casa

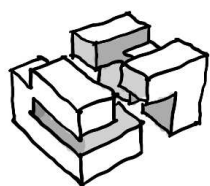
de banho compartilhada, composta por varias cabines de duche uma e lavandaria coletiva. As restantes áreas comuns designadamente as zonas de estar, encontram-se distribuídas pelos três níveis seguintes do edificio ocupados os vazios entre as células privadas dos quartos. Estas áreas não apresentam uma função específica, constituindo-se como espaços disponíveis à apropriação e sentido de uso que os moradores entendam oportuno atribuir. Cada espaço foi desenhado de modo a criar sensações de conforto distintas, e níveis de privacidade e isolamento distintos.

Podemos concluir que o espaço comum desta habitação possibilita de duas lógicas de uso distintas. Se, por um lado, assenta na partilha das tarefas do dia a dia entre os habitantes, por outro lado possibilita atividades e usos individuais.

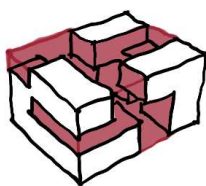
Esta grande casa oferece um arranjo espacial muito fluido porque as áreas públicas e privadas se misturam em cada piso ao longo de um caminho que leva a um terraço partilhado⁷¹.

ESPAÇOS PRIVADOS

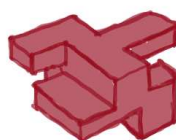
No que diz respeito aos espaços de uso privado estes limitam-se das treze células dos quartos. Dada a natureza coletiva dos espaços em que se inserem as referidas células, a entrada para os quartos foi desenhada de modo a preservar a privacidade dos moradores, apresentando um pequeno vestíbulo de estrada que assegura a privacidade e intimidade de cada morador no interior.



Espaços Privados



Integração dos espaços



Espaços Comuns

⁷⁰ ELEB, M. e BENDIMÉRAD, S. – “Ensemble mais séparément, les lieux de la cohabitation”. Leroy Merlin Source, No. 14, Paris : Leroy Merlin, 2015, p.30

⁷¹ ELEB e BENDIMÉRAD, op.cit., p.30

[64] Espaço tridimensional comum.

[65] Fachada do edificio *LT Josai*.

[66] Espaço comum vista da sala de refeições.

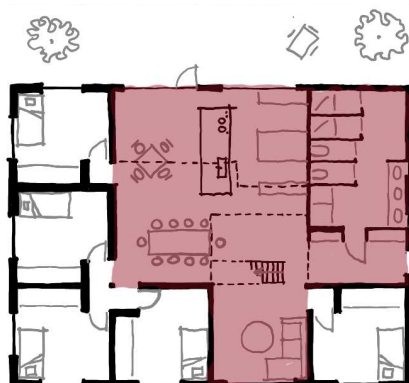
[67] Espaços comuns.

[68] Célula privada.

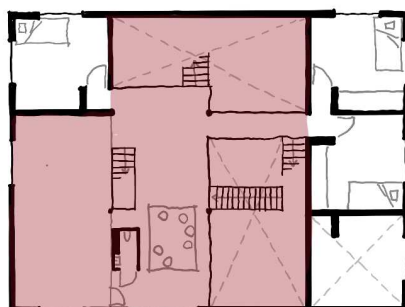
[69] Mezanino para espaço de sala de estar.

[70] Representação volumétrica da distribuição dos espaços comuns e privados da habitação.IR.

[71] Plantas piso RC, piso 1, piso 2, onde estão destacadas as áreas comuns: cozinha, área de refeições, salas de convívio, terraços (a vermelho) e as áreas privadas: quartos (a branco).IR.



Piso RC



Piso 1



Piso 2

TERRASSENHAUS BERLIN

PAIS : ALEMANHA

ANO : 2018

LOCAL : BERLIM

ARQUITETO(S): BRANDLHUBER+EMDE, BURLON+MUCK PETZET ARCHITECTS

TIPO: Museu comercial + Espaço crítico

FOTOGRAFIA: ERICA OVERMEER e DAVID VON BECKER



PROJETO

A obra, *Terrassenhaus Berlin*, localiza-se no bairro de Berlin-Wedding, na Alemanha, tendo sido projetada pelos arquitetos Brandlhuber+Emde, Burlon+Muck Petzet Architects. A proposta de intervenção responde de forma inovadora às condicionantes impostas por um regulamento que se encontra em vigor, desde 1958. No referido regulamento determinava-se que, nesta área, só seria permitida a construção de edificações de uso comercial. Sobreponha-se a este regulamento uma outra disposição legal, favorável à preservação do uso predominante permitindo o desenvolvimento de soluções de habitação. Considerando os condicionamentos impostos e oportunidades que se ofereciam, foi concebido um edifício cuja espacialidade Considerando os condicionamentos impostos e oportunidades que se ofereciam, foi concebido um edifício cuja espacialidade tem como premissa a possibilidade de se adaptar a diferentes usos - habitação, comércio ou serviços - em função das necessidades que, ao longo do tempo, se possam revelar.

ESPAÇOS COMUNS

O projecto apresenta uma forma semelhante a um *ziggurat* desenvolvendo-se em seis pisos escalados, acedidos e articulados por duas longas escadas exteriores nas laterais do edifício. As referidas escadas permitem o acesso aos su-

cessivos terraços que apresentam uma profundidade de seis metros em cada piso com o propósito de criar condições favoráveis à interação social, e a um uso coletivo do espaço exterior ao ar livre.

O piso térreo apresenta um espaço semipúblico, que de outra forma teria sido isolado, esta praça emerge para dentro do edifício onde podemos encontrar uma calçada coberta que funciona como uma área comum. O ultimo patamar, na cobertura, é um espaço público compartilhado.

Os núcleos de acessos verticais que abriga os elevadores, funcionam como um perfil estrutural, estes acessos em simultâneo com escadarias que conduzem aos terraços fazem os acessos para os apartamentos ou ateliês.

ESPAÇOS PRIVADOS

No que diz respeito aos espaços privados das habitações, estes seguem a lógica da indeterminação de uso e o princípio da adaptabilidade. Assim, estrategicamente concebem-se grandes espaços, sem qualquer compartimentação, que exploram o conceito de “matriz indiferenciada” fixando-se apenas os quartos de banho. Por forma a permitir a futura instalação de uma cozinha, é deixada pré instalada a necessária infraestrutura.

*Os espaços são divididos em: a galeria, um espaço de coworking com salas de reunião*⁷², admitindo-se que esse espaço, de duas frentes estreito e profundo, possa transformar-se numa habitação. Quando transformados em habitações, cada módulo dispõem de uma zona de cozinha, uma casa de banho(s), uma zona de descanso ou quarto e uma área de estar.

⁷² LAPUERTA, J.M., ESPEL, C., CÁNOVAS.A - *HOUSE TAG Vivienda Colectiva en Europa/ European Collective Housing 2000-2021*. Madrid: TC Cuadernos, 2021, pag. 48

[72] Vista exterior do edifício, Terrassenhaus Nahes Berlin.

[73] Vista dos terraços comuns.

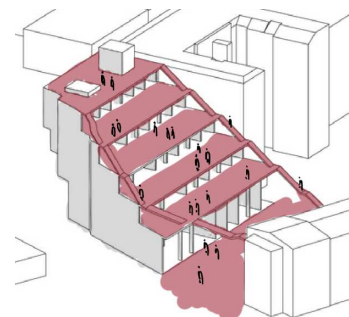
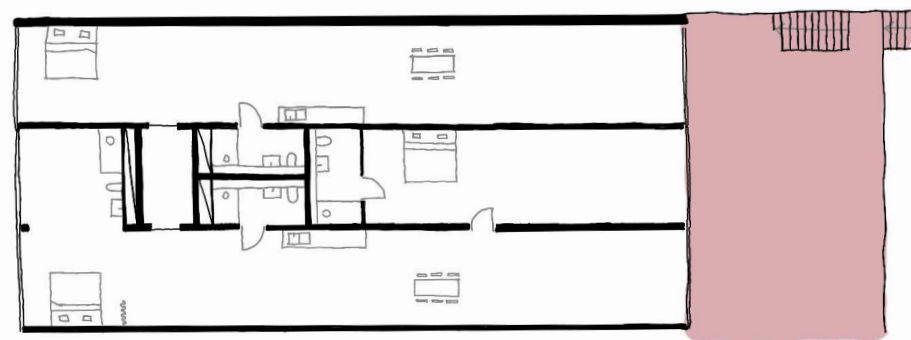
[74] Vista exterior do edifício, Terrassenhaus Nahes Berlin.

[75] Fachada principal do edifício Terrassenhaus Nahes Berlin.

[76] Célula privada.

[77] Planta modular do edifício, que apresenta acesso direto ao terraço comum.IR.

[78] Axonometria do edifício com evidência do terraços comuns.IR.



**HABITAÇÃO E ESCOLA DE
INFÂNCIA**

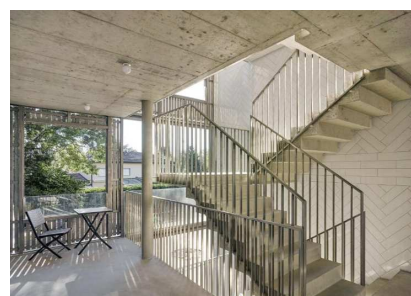
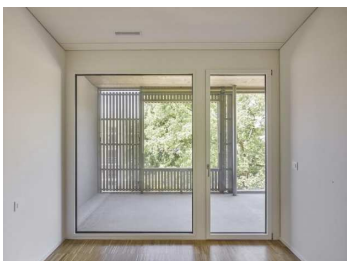
PAIS : SUÍÇA

ANO : 2011-2017

LOCAL : CHÊNE-BOUGERIES

ARQUITETO(S): BONHÔTE
ZAPATA ARCHITECTES

FOTOGRAFIAS : JOHANNES
MARBURG



PROJETO

A proposta para a concepção deste projeto surge no contexto de um concurso organizado pelo Conselho de Chêne-Bougeries, na Suíça, com o objectivo de construir um conjunto de habitação social com 49 apartamentos e uma creche. Pra viabilizar a operação, partia-se da atribuição de um terreno a uma Cooperativa.

A obra foi projectada pelo estúdio Bonhôte Zapata. O projeto desenvolveu-se em torno de dois objetivos principais, oferecer grandes espaços abertos e compartilhados aos seus moradores e criar uma construção energética auto-suficiente. Estes objectivos podem ser alcançados através de diferentes aproximações: através da distribuição dos apartamentos e dos seus espaços comuns, oferecendo áreas intermédias, como patamares, para a apropriação dos habitantes; através do desenho de espaços de gestão comunitária, partilhados pelos residentes, tais como quartos para hóspedes independentes; através do desenvolvimento de fogos nos quais é ensaiada uma organização tipológica que assenta na partilha da habitação por três indivíduos; e, por fim, através da programação e desenho de diversos espaços exteriores, nos quais podem ser desenvolvidas diversas atividades, como um jardim de permacultura.

ESPAÇOS COMUNS

O projecto é desenvolvido em seis grandes volumes, que comunicam através de grandes patamares comuns exteriores. Cada volume alberga duas a três habitações por nível, acessíveis por escadas e grandes patamares exteriores cobertos, disponíveis para serem apropriados pelos moradores, funcionando, como uma extensão do espaço das habitações.

A fim de alcançar tanto o sentimento de comunidade quanto a densidade considerada apropriada, é projetado um conjunto diverso de espaços que possibilitam variações de uso, do coletivo ao individual. Espaços com o pátio, as áreas comuns, os programas propostos para o piso térreo e os patamares habitáveis criam esse gradiente.

Assim, estes espaços comuns, de apropriação e interação entre os moradores, apresentam diferentes funções, como, salas comuns, oficinas e formas inovadoras de habitar, têm como objectivo a criação de momentos de partilha quotidiana. O conjunto não foi pensado para um tipo de moradores específico promover as relações entre idosos, famílias monoparentais ou famílias reconstituídas, ao estimular um espírito de comunidade e de entreajuda, quebram-se barreiras, como a solidão.

ESPAÇOS PRIVADOS

O complexo apresenta uma variedade de tipologias que correspondem às células privadas do conjunto. Cada habitação tem entre um a quatro quartos, servidos por um a dois quartos de banho, cozinha com acesso ao patamar exterior da caixa de escadas, uma área de estar e um módulo, pode ser apropriado de diferentes modos.

A obra apresenta, para além das células privadas, outras células de uso partilhado com um número de quartos variável.

[79] Espaço comum, entre as células privadas.

[80] Vista exterior do edifício, *Habitação e Jardim de Infância*.

[81] Espaço comum, entre as células privadas.

[82] Vista exterior do edifício.

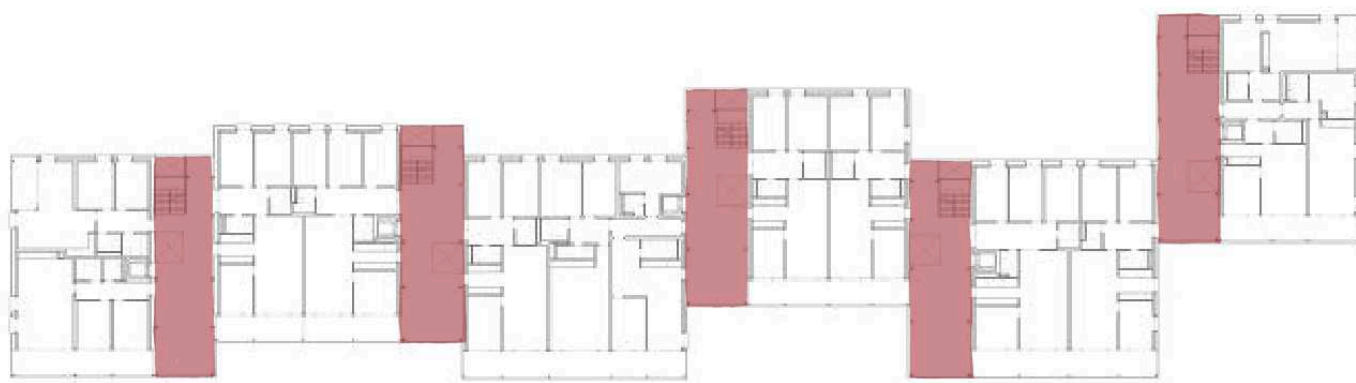
[83] Célula privada.

[84] Espaço comum, entre as células privadas.



[85] Planta do módulo tipo do edifício, onde se evidencia o patamar comum que interliga as habitações. IR.

[86] Planta do Piso Tipo com espaços comuns evidenciados. IR.



02.3. Reabilitação e Arquitetura

⁷³ ELEB, M. e BENDIMÉRAD, S. – “Ensemble mais séparation, les lieux de la cohabitation”. Leroy Merlin Source, No. 14, Paris : Leroy Merlin, 2015, p.28

⁷⁴ VITORINO, Marta - *Cohousing: estratégias de desenho e escalas do habitar em comum*, Dissertação de mestrado, Porto: FAUP, 2017, p.80

⁷⁵ ELEB, M. e BENDIMÉRAD, S., op.cit. p.25

Tendo por base o estudo e reflexão desenvolvidos no subcapítulo anterior, *não podemos concluir e afirmar que existe um tipo de arquitetura pré-definido das habitações do cohousing*⁷³. *Considera-se o desenho dos espaços comuns, das unidades privadas e dos espaços de relação, suporte e ligação entre estes dois polos, três elementos que, funcionando como dispositivos, são fundamentais à definição da coabitação*⁷⁴.

Têm vindo a ser ensaiadas novas tipologias arquitectónicas que se caracterizam pela concepção de espaços multifuncionais e não hierarquizados, criando sequências de espaços funcionalmente indeterminados. Aos habitantes, é dada liberdade na interpretação e flexibilidade na vivência do espaço quotidiano. São oferecidos espaços comuns, interiores ou exteriores, que proporcionam áreas de interação social e de convívio, em áreas de confeção de alimentos e de refeições, espaços lúdicos, de lazer, de trabalho ou de serviços coletivos. A referida experimentação tem por o objectivo conciliar a privacidade dos moradores com o prazer de partilhar espaços de convívio, conciliando um uso individual com um uso coletivo.

Concluímos, ainda, que podemos categorizar os espaços que compõem as habitações do *cohousing* em relação à sua gradação entre as relações comuns entre residentes até aos espaços privados. Em todas as soluções experimentadas existem áreas comuns, que se definem como a base os projectos, os espaços de ligação entre a esfera comum e a privada e as células privadas ou familiares.

*Os espaços comuns de uso partilhado têm diferentes qualidades e características. Estes podem ser espaços exteriores ou intermédios como os jardins, o hall de entrada, os terraços, as salas comuns (de todos os tipos), as salas para serviços (lavandaria) ou polivalentes, ou espaços no interior, com compartimentos ditos intersticiais, de cozinha, wc, estar, e de refeições*⁷⁵.

Os espaços de ligação entre a esfera comum e a privada, apresentam-se como zonas de transição, atuando como espaços mediadores que ajudam a manter o equilíbrio entre a vida coletiva e individual, sem que uma invada a outra ou que cada uma se isole em demasia, promovendo interações ocasionais e de convivência informal entre os moradores.

Já as unidades privadas ou familiares, funcionam como a célula que confere a privacidade necessária a cada residente, atribuindo um momento de privacidade a sós ou em família. Esta pode assumir a forma de habitação auto-suficien-

te, no caso de uma habitação unifamiliar, como também sobre a forma de uma célula, de um único espaço, que depende das facilidades adjacentes. Referimo-nos, neste caso, aos quartos privados.

No desenho do espaço, a principal questão que se coloca, segundo Monique Eieb e Sabri Bendimérad, refere-se à dosagem e gestão da partilha. Salientando, que o desenho dos espaços de convívio destas tipologias requerem diversas transições, entre-lugares, luz e sombra, um misto de opacidade e transparência, mas não em demasia, de maneira a que dentro das interações sociais que o espaço proporciona se encontre um sentimento de privacidade individual e de identidade. Também, existe a possibilidade de se desenvolvem dispositivos, que possam ser instalados nos espaços, que permitam criar níveis de privacidade.

*Nunca medimos o custo social do tédio, da solidão ou das pequenas dificuldades da vida quotidiana, sobretudo as que decorrem da mobilidade ou da dependência, quer física, quer psicológica. Isto leva-nos a insistir na necessidade de uma organização ligada a uma presença humana (sobretudo em situações de vulnerabilidade ou fragilidade de determinadas fases da vida) para além da organização espacial, mesmo que esta seja uma das condições necessárias para o sucesso da coabitação*⁷⁶.

Ao falarmos sobre a produção de cidade devemos desenvolver soluções com um olhar sustentável. O desenvolvimento de soluções de *cohousing* revela vantagens perante estas preocupações.

No contexto do *cohousing*, debate-se ainda a necessidade de considerar níveis de adaptabilidade, advogando-se que ***o desenho do projeto deveria, tanto quanto possível, permitir ajustes e modificações no tamanho e na composição das unidades habitacionais***⁷⁷.

Quando nos referimos ao desenho dos espaços comuns destes projectos deveremos ter em consideração duas qualidades fundamentais, **a adaptabilidade e a escalabilidade**, remetendo a um olhar para a qualidade futura destes espaços. Pois os projectos de *cohousing* nunca se encontram num estado definitivo, sendo fundamental garantir a possibilidade de mudança devido à existência de um grau de incerteza ligado à utilização e à economia destes espaços e à natureza dos serviços comuns. Já no *espaço da habitação revela-se oportuno considerar modelos de associação e dissociação de um corpo principal da habitação com os seus anexos*⁷⁸.

A disposição inicial das divisões e a sua relação desde a entrada podem ser determinantes para possibilitar uma transformação futura⁷⁹.

⁷⁶ ELEB, M. e BENDIMÉRAD, S. – “Ensemble mais séparément, les lieux de la cohabitation”. Leroy Merlin Source, No. 14, Paris : Leroy Merlin, 2015, p.34

⁷⁷ VESTBRO, U. – *Living together: Cohousing ideas and realities around the world*. Estocolmo: Division of urban and Regional Studies, KTH, e Kollektivhus NU, 2010, p.140.

⁷⁸ ELEB, M. e BENDIMÉRAD, S. – “Ensemble mais séparément, les lieux de la cohabitation”. Leroy Merlin Source, No. 14, Paris : Leroy Merlin, 2015, p.28

⁷⁹ ELEB, M. e BENDIMÉRAD, S., op.cit. p.28

⁸⁰ BARRATTA, A., FINUCCI, F., GABRIELE, S., METTA, A., MONTUORI, L., PALMIERI, V. – Cohousing. Problemi e progetti per la riqualificazione del patrimonio esistente. Pisa: Edizioni ETS, 2014, p.16

⁸¹ BARRATTA, A., FINUCCI, F., GABRIELE, S., METTA, A., MONTUORI, L., PALMIERI, V. op.cit., p.16

⁸² BARRATTA, A., FINUCCI, F., GABRIELE, S., METTA, A., MONTUORI, L., PALMIERI, V. op.cit., p.16

Para nós, esta abordagem apresenta grande potencial, principalmente, quando combinada a dimensão ambiental com a reutilização do património existente construído. Podemos ainda verificar, na última década, o desenvolvimento de projectos, planos, trabalhos de investigação que **procuram a sustentabilidade urbana através da recuperação do preexistente**.

Remetemos, então, ao estudo realizado pelos autores Adolfo F. L. Baratta, Fabrizio Finucci, Stefano Gabriele, Annalisa Metta, Luca Montuori e Valerio Palmieri, que abordam o tema do *cohousing* com um olhar sobre a reabilitação do património edificado, apresentando o tema da *reutilização* como uma estratégia a seguir, um desafio a enfrentar e um recurso válido na concepção de cidade.

Ao adotar estas estratégias, verifica-se uma revalorização de modelos urbanos compactos preexistente e a possibilidade de uma intervenção nas cidades já existentes, em vez de se optar pela construção de novas estruturas urbanas, refletindo posições culturais e operacionais partilhadas atualmente pela sociedade, reconhecendo-se os benefícios resultantes da contenção do uso do solo e de uma utilização mais eficiente da energia.

A requalificação, recuperação e reutilização do parque edificado são temas centrais para o desenvolvimento sustentável das cidades⁸⁰.

No atual processo de transformação e construção das cidades, como já referido, deveremos apresentar/adotar uma abordagem sustentável, sendo necessário desenvolver novos modelos que conduzam a uma redução do consumo de recursos e promovam o conforto e qualidade de vida. Assim, podemos afirmar que ***a reutilização e a requalificação são estratégias virtuosas de valorização social, ambiental e económica, tanto quando aplicadas a porções inteiras de cidades, como no caso de obras de pequena escala, de forma a aliar o objetivo geral de desenvolvimento urbano sustentável a procedimentos e experiências de trabalho muito pequenos e recorrentes***⁸¹.

Neste quadro, torna-se pertinente considerar modelos habitacionais que interliguem estas premissas, como é o caso do *cohousing*, especialmente quando aplicado à recuperação do edificado existente. *Este é também uma abordagem que permite testar novas formas de parceria entre entidades públicas e privadas, utilizadores e profissionais. O apelo do projecto pode advir das consequências repercussões em todo o sistema habitacional local e do envolvimento dos moradores do bairro; os serviços comuns dentro do cohousing podem também ser abertos a não residentes, durante o horário estabelecido e com tarifas subsidiadas (Deriu & Beccu, 2011)*⁸².

Neste contexto e no seguimento do estudo desenvolvido, consideramos que eleger como objeto de estudo, um conjunto edificado preexistente, a *Casa do Visconde da Pena*, localizado na cidade do Porto, representa uma oportunidade estratégica para refletir e intervir no património edificado e de ensaiar novos modos de habitar. A escolha de um edifício existente permite não só desenvolver uma proposta com base nos princípios de intervenção do *cohousing*, mas também contribuir para a valorização do património construído e para a regeneração urbana do setor da cidade em que se insere. Esta abordagem inscreve-se num olhar que se deseja sustentável sobre a cidade, onde a reutilização do tecido edificado existente se alia à experimentação de novos modelos de habitar/tipologias arquitetónicas, propondo soluções ajustadas às características e necessidades da sociedade contemporânea.

FABRA & COATS

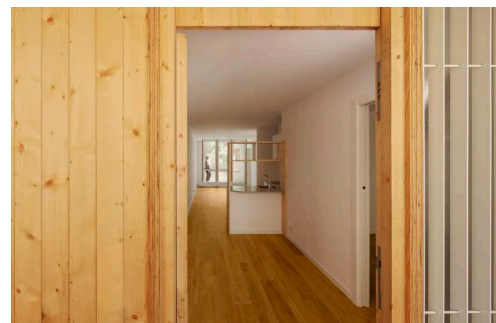
PAIS : ESPANHA

ANO : 2016-2019

LOCAL : BARCELONA

ARQUITETO(S): ROLDÁN +
BERENGUÉ

FOTOGRAFIA: JORDI SUR-
ROCA



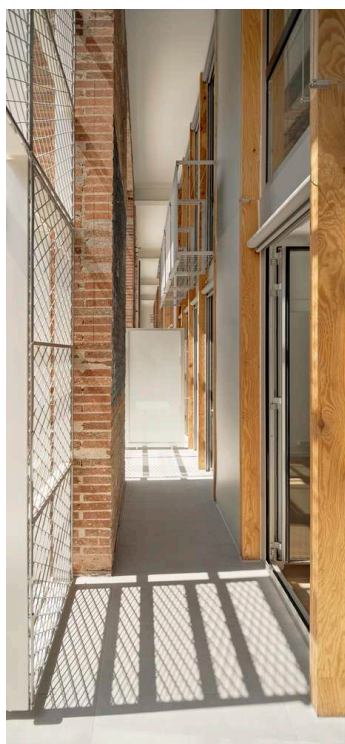
PROJECTO

O projecto Fabra & Coats, dos arquitectos Roldán + Berengué, localiza-se em Barcelona, Espanha, e tem como objectivo a reconversão de um complexo têxtil do séculos XIX e XX, que se incorpora na rede "*fábricas de criação BCN*", a obra foi terminada em 2019. O antigo armazém industrial, revela, pela primeira vez num projecto de transformação do património industrial a inclusão da habitação social.

O complexo de mais de 28.000 m2 inclui as seguintes instalações, 46 células habitacionais compostas por dois quartos, onde 41 destas são destinadas a jovens e as restantes 5 unidades são atribuídas a residências temporárias para artistas. Completando as áreas destinadas à célula privada, são desenhados espaços comuns que podem ser apropriados de forma totalmente livre pelos ocupantes. As áreas comuns têm como objectivo incentivar as relações ente vizinhança, onde a troca de ideias e a partilha são léxicos que fazem parte da vida quotidiana dos co-habitantes.

O projecto apresenta a premissa, da requalificação das qualidades físicas, espaciais e históricas da preexistente de modo a tornar a nova construção mais eficiente, respeitando o carácter original da edificação. Assim a intervenção reflete todos os elementos do edificio original, criando o novo programa conservando a identidade arquitectónica.

A construção da edificação demonstra o conceito da reversibilidade, a cima mencionado, como a temática base a desenvolver no projecto. *A nova construção é feita por montagem, é uma construção seca com apenas alguns ma-*



teriais, como no edifício industrial original. A madeira é utilizada em todas as suas formas: sólida, aglomerada, laminada cruzada (...) Os materiais são unidos como se fosse um têxtil. Para costurar e desfazer, a nova construção, por seu caráter e montagem, pode ser montada e desmontada, tornando-a “reversível”.

O armazém pode ser devolvido no futuro ao seu estado original de 1905, como corresponde a um ativo patrimonial, e os materiais usados na construção podem ser reciclados⁸³.

ESPAÇOS COMUNS

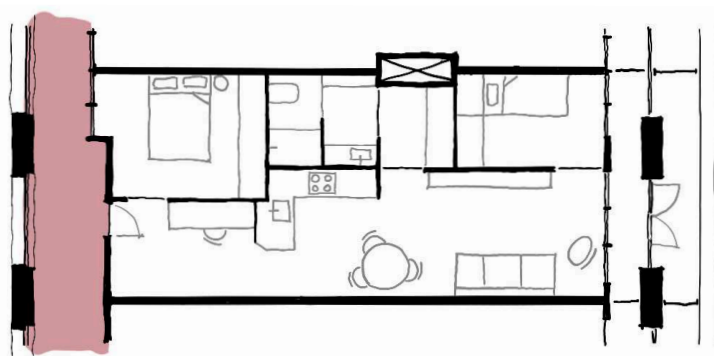
O projecto é desenvolvido em quatro pisos e cada um apresenta 100 metros de comprimento, de modo a valorizar a sua dimensão, os arquitectos conceberam o desenho da entrada no centro da edificação. Após a entrada os habitantes são recebidos por uma praça interior, onde as escadas percorrem uma dupla diagonal ascendente e visual, que interliga todos os pisos, desde o rés-do-chão às treliças no telhado.

Para além do acesso aos pisos e às habitações privadas, a construção apresenta, na extremidade da edificação, uma ampla sala comum onde os co-habitantes podem apropriar-se de forma totalmente livre.

O acesso às células privadas realiza-se através de um corredor que surge da intenção projetual do afastamento destas habitações das fachadas preexistentes, criando uma segunda fachada em madeira. Desenvolvendo um espaço intermedio comum dotado de luz e ventilação natural, esta atua como *uma sombra para o novo edifício interior, mantendo a sua presença como a fachada interna da comunidade*⁸⁴.

ESPAÇOS PRIVADOS

A célula privada apresenta na sua organização interna, uma pequena área de entrada com um apoio para estudo ou trabalho, dois quartos, cozinha, instalação sanitária, sala de estar e uma varanda interior e exterior. Esta varanda surge, como consequência do já referido afastamento da habitação da fachada.



⁸³ LAPUERTA, J.M., ESPE-GEL, C., CÁNOVAS.A - *HOUSETAG Vivienda Colectiva en Europa/European Collective Housing 2000-2021*. Madrid: TC Cuadernos, 2021, p. 209

⁸⁴ LAPUERTA, J.M., ESPE-GEL, C., CÁNOVAS.A.op.cit., p.209

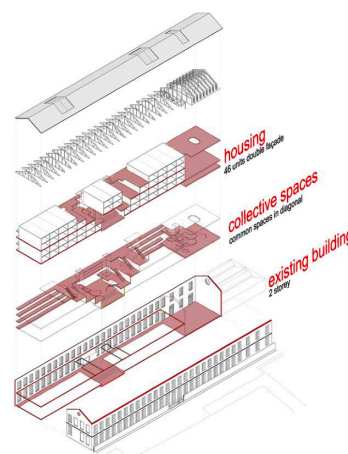
[87] Vista exterior do edifício, *Fabra & Coats*.

[88] Vista da Célula privada.

[89] Espaço comum, entre os células privadas.

[90] Corredor de acesso à células privadas.

[91] Varanda semi-exterior da Célula privada.



[92] Axonometria destruída do projeto, evidenciando o edifício existente, os espaços coletivos, as 46 células privadas, a estrutura da cobertura e por fim a cobertura com clarabóias. IR.

[93] Planta da célula privada do edifício. IR.



[94] Vista sobre o Rio Douro a partir do logradouro. FR



PARTE 03.

Proposta de Intervenção



03.1 Aproximação ao Programa

[94] Vista do Miradouro da Rua das Aldas.IR.

Uma vez realizada a análise e interpretação do objeto em estudo, ter sido recolhido o material necessário para a elaboração da nossa proposta de intervenção e sentimos que reunimos as condições necessárias para dar início, de forma consequente ao processo de construção de uma ideia de intervenção e desenvolvimento de uma solução de projeto. Naturalmente, com a evolução do processo, confrontamo-nos com a necessidade de estudar e aprofundar pontualmente determinadas questões, tendo em conta que nunca é um processo linear.

No que diz respeito à intervenção no edificado preexistente, revelamos a intenção de recuperar a forma e elementos originais da obra. Contudo, no contexto da adequação do edifício a um novo programa que atente com as necessidades da sociedade contemporânea, assumimos uma margem de transformação, desde que não compromettesse o essencial do edificado preexistente. Assim, a transformação tipológica a ocorrer no interior do edifício impunha a alteração da compartimentação de cada piso, à exceção da caixa de escadas que consideramos ser um elemento essencial, a preservar.

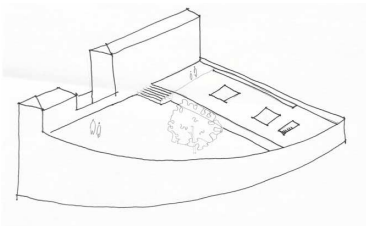
O programa a desenvolver advém da vontade de contribuir para a resolução do problema da habitação que encontramos na cidade do Porto, nomeadamente no que se refere ao desenvolvimento de novas soluções arquitetónicas que respondam aos problemas identificados e aprofundados no capítulo anterior. Referimos-nos às transformações na composição e estrutura das sociedades contemporâneas, principalmente no surgimento de novas estruturas familiares, numa integração da atividade profissional no contexto doméstico, de entre outras

Consideramos, assim, a oportunidade de explorar o conceito do *Cohousing*.- Posto isto, a nossa base programática passou pela definição de um novo programa doméstico que articula áreas privadas com áreas comuns, às quais correspondem diferentes níveis de partilha. As referidas áreas comuns, interiores e exteriores destinam-se a proporcionar momentos de convívio e de interação entre co-habitantes, com o objectivo de contrariar o crescente fenómeno de isolamento que se observa na sociedade contemporânea e que afeta todas as idades, rentabilizando um conjunto de serviços, infraestruturas e tarefas.

Após o trabalho prévio de investigação e de análise realizados, que nos permitiu interpretar e integrar adequadamente os problemas, condicionantes e desafios estabelecidos, revelou-se essencial compreender as potencialidades programáticas do nosso objeto de estudo. Contudo, considerando o projeto a rea-

⁸⁵ TÁVORA, F. — *Da Organização do Espaço*. (9a edição). Porto: FAUP publicações, 2015, p. 74.

[95] Esquisto de processo. IR.



lizar como um exercício de natureza académica, entende-se que certas limitações de ordem regulamentar e orçamental, embora relevantes, não foram assumidas como teriam que o ser num contexto de liberdade criativa no desenvolvimento da proposta de intervenção. Assim, defende-se que no contexto da dissertação estas condicionantes devem ser identificadas e encaradas como estímulos ao pensamento crítico e à inovação, e não como obstáculos à experimentação que este trabalho procura convocar.

Apesar do carácter exploratório que caracteriza o trabalho desenvolvido e da aparente desconsideração de algumas questões do real, a solução apresentada procura dar um contributo concreto no campo da recuperação e reutilização de exemplares da *casa burguesa portuense*, atualizando-a, a partir da identificação do programa e opções tipológicas que melhor serviço possam prestar.

Neste sentido, é fundamental reconhecer que, *antes de arquiteto, o arquiteto é homem, e homem que utiliza a sua profissão como um instrumento em benefício dos outros homens, da sociedade a que pertence.*

*Porque é homem e porque a sua ação não é totalmente determinada, ele deve procurar criar aquelas formas que melhor serviço possam prestar quer a sociedade quer ao seu semelhante, e para tal a sua acção implica, para além do drama da escolha, um sentido um alvo um desejo permanente de servir*⁸⁵.

03.2 Princípios de Intervenção

Reconhecer o valor da preexistência e da sua dimensão arquitetónica constitui uma das premissas fundamentais do projeto. A intervenção propõe-se, assim, preservar a traca original do edifício, distinguindo entre os elementos a manter, aqueles passíveis de adaptação e os que poderiam ou deveriam ser eliminados, com o objetivo de devolver ao edifício a sua integridade, através da supressão de adições incongruentes introduzidas ao longo do tempo e que comprometeram a sua imagem e coerência formal. Defende-se, neste sentido, que *não é necessário destruir para transformar. Para transformar, é necessário e indispensável não destruir a cidade*⁸⁶.

⁸⁶ SIZA, A. — *01Textos*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2019, p. 19.

⁸⁷ ELEB, M. e BENDIMÉRAD, S. — “Ensemble mais séparément, les lieux de la cohabitation”. Leroy Merlin Source, No. 14, Paris : Leroy Merlin, 2015, p. 31

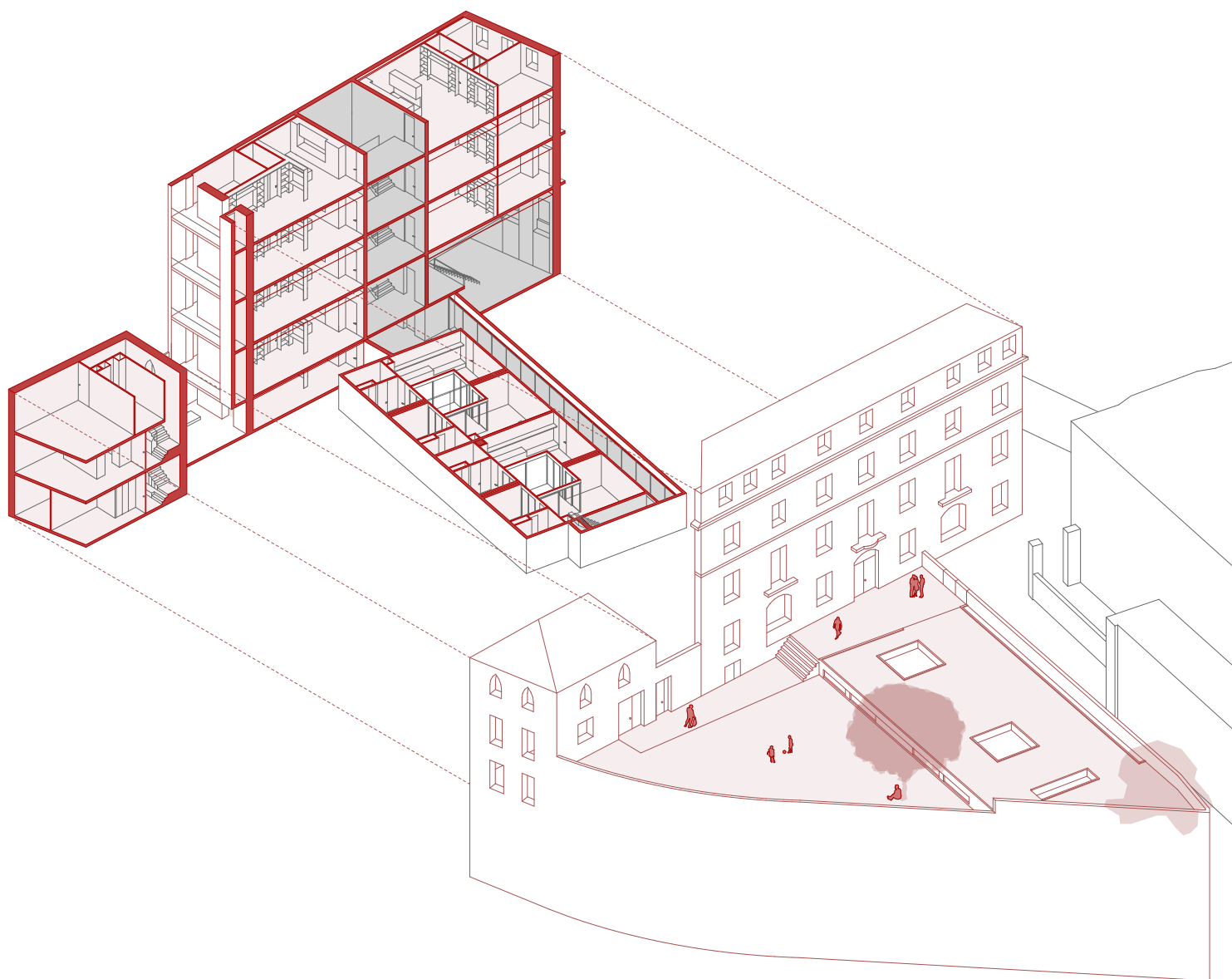
⁸⁸ ELEB e BENDIMÉRAD, op.cit., p.28

A primeira decisão projetual com implicações estruturantes na organização interna da proposta prendeu-se com a manutenção da localização da caixa de escadas. Optou-se por manter a sua posição original, no centro da construção, como forma de garantir a continuidade e coerência do percurso vertical, funcionando como elemento central e definidor da distribuição espacial.

Relativamente à matriz de organização interna dos fogos existentes, estes não respondem às exigências do modo de habitar contemporâneo. Nesse sentido, propõe-se um novo desenho tipológico, fundado no conceito de cohousing. A proposta incorpora como premissa essencial a articulação entre espaços comuns e células habitacionais privadas, promovendo a convivência entre os moradores sem comprometer a sua individualidade. O posicionamento estratégico desses espaços procura, simultaneamente, respeitar a pré-existência e assegurar a privacidade necessária. Viver juntos e separados, tornou-se, assim, um tema chave no desenvolvimento da solução. A interpretação do miradouro, enquanto extensão programática permite ainda a possibilidade de integração de novas unidades habitacionais, reforçando a articulação entre espaço coletivo e privado.

*Os espaços de convívio têm a capacidade de criar a cidade de outra forma*⁸⁷.

A articulação entre passado, presente e futuro constitui uma premissa central do projeto, materializada através do conceito de adaptabilidade, um princípio intrínseco ao modelo de cohousing ao qual se aliou o conceito de reversibilidade. Esta abordagem reflete a intenção de projetar espaços com uma visão prospectiva, permitindo que as células habitacionais e as áreas comuns se adaptem às mudanças nas necessidades dos habitantes ao longo do tempo e que, no limite, seja possível restituir a forma e espacialidade originais. Assim, a disposição inicial dos compartimentos não é entendida como definitiva, mas sim como uma base flexível passível de transformação futura. Tal como referido por Monique Eleb e Sabri Bendimérad, *por um lado, a coabitação nunca é um estado definitivo; por outro, existe sempre um grau de incerteza ligado à utilização e à economia dos espaços e serviços comuns*⁸⁸.



[96] Axonometria da Proposta.

03.2. O Projecto

O projeto desenvolve-se a partir do edificado preexistente, composto por duas edificações e pelo respetivo logradouro, no qual implantamos uma nova construção. A solução adotada, como já referido, assenta na recuperação e valorização dos valores originais da construção preexistente, respeitando a sua configuração morfológica e identidade arquitetónica na qual a fachada principal desempenha um papel central. Neste sentido, procedeu-se ao redesenho de um elemento chave, as caixilharias em madeira que passam a integrar vidro duplo. Desta forma, a fachada Sul, objeto de sucessivas alterações ao longo do tempo, foi redesenhado com o intuito de restituir a coerência e leitura formal da preexistente.

⁸⁹ Maza, R. M. de la & Peralta, A. O. - *Preexistencias y Ruinas en la obra de Eduardo Souto de Moura*, TC Cuadernos, 2018, p.13

*Projetar sobre o construído supõe um conhecimento próximo do existente, com o seu carácter intrínseco onde o cotidiano e o uso permitem a sua transformação em algo natural*⁸⁹.

Dada a natureza do projeto, tornou-se evidente, desde o início, a necessidade de desenvolver uma proposta que incorporasse os princípios do *Chousing*, nomeadamente a gradação entre os espaços comuns e os espaços privados. O objetivo foi, assim, responder simultaneamente às necessidades de cada habitante relativamente ao uso e partilha de espaços e serviços coletivos, e as suas necessidades e exigências no domínio privado, garantindo a intimidade e a individualidade no cotidiano. Neste sentido, aprofundamos estas duas dimensões, o comum e o privado, partindo de uma leitura geral para uma abordagem mais específica.

O espaço comum da intervenção é concebido como resposta às dinâmicas possibilitadas pela natureza e forma do conjunto edificado e às necessidades dos seus habitantes, com o objetivo de promover uma vivência coletiva e relacional. O acesso ao conjunto pode ser realizado por duas entradas distintas: uma pela rua de São Miguel e outra pelo interior do logradouro. Este último, configura-se como o principal espaço comum exterior da intervenção, organizado em dois patamares que se situam em diferentes cotas.

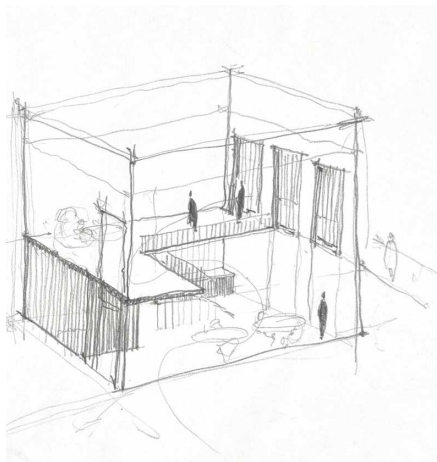
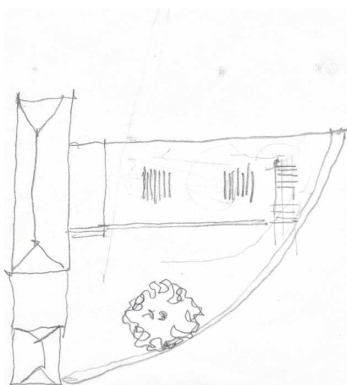
O primeiro patamar, mais elevado, estabelece continuidade com a cota da rua de São Bento da Vitória e conduz à entrada da primeira edificação preexistente. Esta plataforma corresponde, em parte, à cobertura da nova construção e é tratada como uma cobertura vegetal praticável, incorporando dois rasgos quadrangulares que funcionam como pátios privados das novas unidades habitacionais desenvolvidas.

⁹⁰ SIZA, A. - 01Textos. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2019, p. 138.

⁹¹ ELEB, M. e BENDIMÉRAD, S. – “Ensemble mais séparément, les lieux de la cohabitation”. Leroy Merlin Source, No. 14, Paris : Leroy Merlin, 2015, p.27

⁹² ELEB e BENDIMÉRAD, op.cit., p.26

[97] Esquissos de processo.IR.



O segundo patamar, acessível através de uma escada, dá acesso à segunda edificação preexistente e prolonga o espaço comum exterior. Este logradouro é, assim, entendido como uma área de convivência onde podem ocorrer diversas atividades coletivas. A criação de ambientes distintos dentro deste espaço permite promover diferentes tipos de apropriações e usos. A sua posição privilegiada oferece ainda uma vista panorâmica marcante sobre o Rio Douro, a cidade do Porto e Vila Nova de Gaia, transformando-se num espaço de contemplação e identidade coletiva.

As encostas exigem muros de pedra penosamente ajustada, plataformas abraçadas à lógica essencial da paisagem, Douro acima, a criar o vinho que depois alimenta a cidade⁹⁰.

Portas, limites e entradas. *A questão da entrada não se restringe apenas ao acesso ao espaço íntimo, mas estende-se também à forma como se estabelece a relação com os espaços partilhados nas áreas comuns⁹¹.* No contexto do edificado preexistente, as entradas desempenham um papel essencial na articulação funcional e simbólica entre diferentes zonas do conjunto, contribuindo para a definição da circulação, da hierarquia espacial e das dinâmicas de convivência.

Na proposta, como já referido, destacam-se duas entradas. A primeira, de folha única localiza-se na fachada Norte, voltada para a rua de São Miguel, dando acesso direto a um *hall* de entrada em mezanino. A segunda, de duas folhas, insere-se no eixo central da fachada nascente, coincidindo com a localização da caixa de escadas, elemento organizador do interior. Estas entradas funcionam como pontos de transição entre o espaço público da cidade, o espaço comum do logradouro e o espaço privado das habitações.

Enquanto elemento de mediação espacial estas portas são mais do que simples aberturas, são dispositivos arquitetónicos que regulam os níveis de apropriação e incentivam a interação entre os moradores. Tal como é referido por Monique Eleb e Sabri Bendimérad, *a porta não deve ser aqui considerada como um objeto ou uma simples abertura, mas sim como um limiar e como um espaço de transição com toda a sua espessura⁹².*

A caixa de escadas central, que se apresenta como o acesso vertical do edificado, caracteriza-se como um espaço mediador entre a partilha e a intimidade, conduzindo os moradores às células privadas. Atribuindo às passagens a qualidade de proporcionar o encontro entre vizinhos, como que um prolongamen-

to das áreas comuns. O desenho deste elemento é prolongado até a cave, tendo em conta que este não apresentava nenhum acesso pelo interior do edifício. A qualidade arquitetónica deste objeto estrutural impunha, desde logo a sua preservação.

O hall de entrada referido anteriormente, foi desenhado com a intenção de criar uma área destinada a acolher os moradores e que refletisse um espaço dedicado à receção e transição. Resolvido em mezanino, este atua como uma ponte entre as duas entradas da edificação articulando a circulação e reforçando a fluidez dos espaços partilhados. Desenvolve-se verticalmente até ao piso da cave, criando uma zona de convívio que serve os co-habitantes e uma área de estar coletiva exterior à esfera da célula privada à qual não existe acesso direto. A sala comum localiza-se na cave, estabelece uma relação visual e espacial com o piso térreo, beneficiando tanto do pé direito duplo que integra ambos os níveis, como da iluminação natural. Estes dois espaços, *hall* em mezanino e a sala na cave fundem-se assim numa única entidade espacial, interligada por uma escada leve e discreta que procura reforçar a fluidez entre os pisos.

A sala comum constitui-se como um espaço de partilha e convivência entre os moradores, estando equipada com uma cozinha, uma instalação sanitária e uma pequena zona de arrumos, organizados por baixo da plataforma do mezanino. A restante área permanece flexível, permitindo múltiplas apropriações pelos utilizadores, como refeições em grupo, reuniões, atividades coletivas ou momentos de lazer.

A cave evidencia um potencial de expansão do programa para além do conjunto edificado preexistente, através da criação de uma nova construção sob o logradouro. É a partir do átrio da caixa de escadas existente que se concebe a fusão entre a estrutura original e a nova intervenção, com objetivo de consolidar uma continuidade espacial e funcional em todo o conjunto. A cave acolhe, enquanto espaço de interação entre os habitantes, o átrio da caixa de escadas, a sala comum e as áreas de circulação que conduzem às células privadas.

A circulação é desenhada através de um gesto contínuo, funcionando como um espaço de interação entre residentes que deve fundir-se através de um grande momento de transição entre lugares, o comum e o privado. Paralelamente ao muro de parede preexistente que delimita este percurso, desenha-se uma linha envidraçada, leve e delicada que protege o percurso do exterior e em simultâneo permite a entrada de luz natural através dos rasgos na cobertura vegetal. Este jogo de luz e sombras convoca os sentidos e intensifica a experiência do espaço. No final do percurso uma escada rompe a cobertura e estabelece a ligação ao logradouro, encerrando o movimento com um gesto vertical de transição e descoberta.

Procuramos agora fazer uma focagem nos espaços privados, a célula da habitação. Na nossa composição e ainda na edificação em questão, concebemos três tipologias da célula privada, a Tipologia A e B, localizadas nos fogos adjacentes à caixa de escadas na edificação preexistente, e a Tipologia C que se apresenta como a célula das habitações da nova construção proposta. Devemos ainda salientar a segunda construção preexistente, que dada a reduzida dimensão foi pensada como uma célula de excepção.

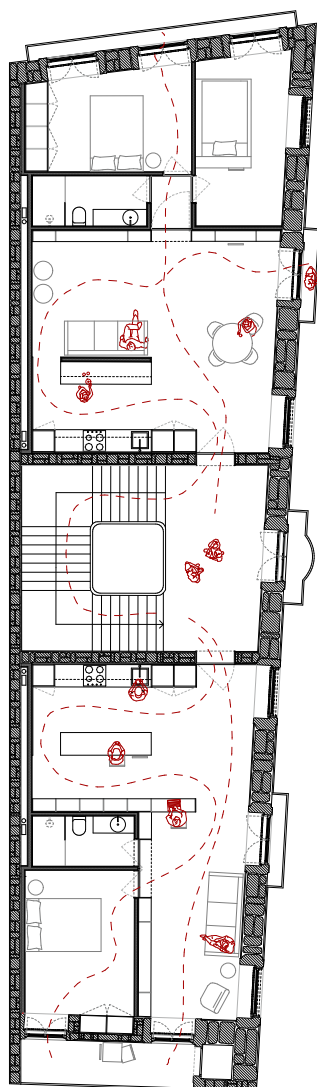
Todas as tipologias foram desenhadas com base nos princípios de *Cohousing* estudados, salvaguardando-se a privacidade necessária a cada residente. A célula proporciona um momento de privacidade a sós ou em família, constituindo-se como núcleos auto-suficientes. Partiu-se de um modelo de habitação que se constrói a partir de uma sequência de espaços, determinados ou indeterminados, que refletem uma ideia de liberdade e flexibilidade na vivência do espaço quotidiano.

O primeiro volume preexistente, de cerca de vinte e oito metros de comprimento é dividido a meio pela caixa de escadas que faz a distribuição para os oito fogos, localizando-se dois em cada piso. Nos três pisos superiores apresentam-se seis fogos habitacionais da tipologia A e B, enquanto que no rés-do-chão e na cave apenas apresenta dois fogos da tipologia B, a sul da caixa de escadas. A norte localizam-se as já as referidas áreas comuns.

A criação de duas tipologias distintas é consequência da forma e dimensão dos limites do volume preexistente, de modo a explorar o máximo aproveitamento do espaço interior de cada habitação. A sua localização na edificação, também justifica esta necessidade, que resulta das características do alçado de frente da rua, a norte e o alçado tardoz, a sul.

De forma a potenciar o aproveitamento do espaço interior de cada habitação, as entradas nos núcleos fazem-se à face da caixa de escadas, no alçado nascente, recebendo luz natural.

No que diz respeito à organização interna dos núcleos habitacionais, destacamos, em primeiro lugar a **Tipologia A**, localizada a norte da caixa de escadas. Esta habitação é desenhada de modo a propor uma gradação da partilha no interior da própria célula individual. Essa lógica é materializada através da criação de um eixo transversal que separa a área social da área de descanso, atribuindo a cada espaço uma função distinta e reduzindo ao mínimo os espaços de circulação e distribuição. O percurso dentro da habitação faz-se, assim, de forma gradativa, acompanhando o grau de intimidade dos espaços: cozinha, sala, banho e quarto.



[98] Planta Tipologia A e B, piso 1.

Ao entrar na sala privada, o habitante é imediatamente acolhido no espaço amplo destinado às atividades quotidianas, onde todas as zonas beneficiam de luz e ventilação natural, proporcionadas por dois grandes vãos localizados na fachada nascente. Este espaço integra a cozinha, uma área de refeições e a zona de estar.

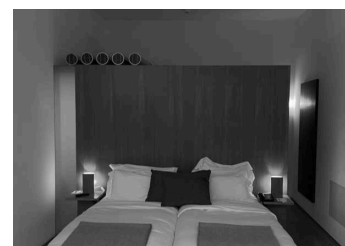
A cozinha é organizada a partir de dois volumes paralelos à parede estrutural da caixa de escadas e são compostos por conjuntos de armários e balcões que estruturam o espaço. O primeiro volume, equipado com os elementos funcionais da cozinha, encosta-se à parede de entrada da habitação, enquanto o segundo, paralelo ao primeiro, funciona como elemento de apoio. Ambos os volumes não tocam no teto com uma altura de dois metros e setenta centímetros, ganham uma dimensão objetual, funcionando como dois blocos autónomos que organizam e definem o espaço.

Os armários da cozinha são executados em madeira, materialidade que se prolonga na parede contígua, dando continuidade a um alinhamento horizontal superior na forma de um lambrim, à altura dos armários. Esta solução visa delimitar a unidade espacial da cozinha sem que esta se perca no espaço contínuo da área social.

A propósito deste dispositivo arquitetónico, convocamos a intervenção do arquiteto Eduardo Souto de Moura, no Mosteiro de Santa Maria do Bouro [99], a propósito da qual refere que: *Em relação às casas de banho dos quartos, a ideia era fazê-las parecer um armário, para não destruir a escala do espaço original*⁹³. Evocamos também o projeto de reabilitação do edifício Forrester [100], dos arquitetos Correia/ Ragazzi, obra na qual se observa a introdução de elementos semelhantes, designadamente armários com altura inferior ao pé-direito, que são usados como estratégia de desenho, funcionando como dispositivos que modelam e organizam o espaço sem comprometer a sua escala ou continuidade.

Retomando, a zona de refeições localiza-se no prolongamento do eixo de entrada da habitação, entre dois vãos que iluminam o espaço. Um destes vãos possui uma caixilharia de madeira em sistema de guilhotina, enquanto o outro apresenta uma caixilharia de batente também de madeira, com uma sacada em pedra preexistente, isto, no piso um, já que nos restantes pisos este vão mantém uma caixilharia de madeira em sistema da guilhotina.

⁹³ MOURA, Eduardo Souto de - Santa Maria do Bouro: construir uma pousada com as pedras de um mosteiro. Lisboa: White & Blue, 2004, pág. 50



[99] Reconversão do *Mosteiro de Santa Maria do Bouro* numa pousada em 1997, projectado pelo arquiteto Eduardo Souto Moura.IR.



[100] [101] Reabilitação do *edifício Forrester*, dos arquitetos Correia/Ragazzi Arquitectos, 2008, recuperação de um edifício do século XIX num local emblemático do centro histórico da cidade do Porto. Fotografias de Luis Ferreira Alves.

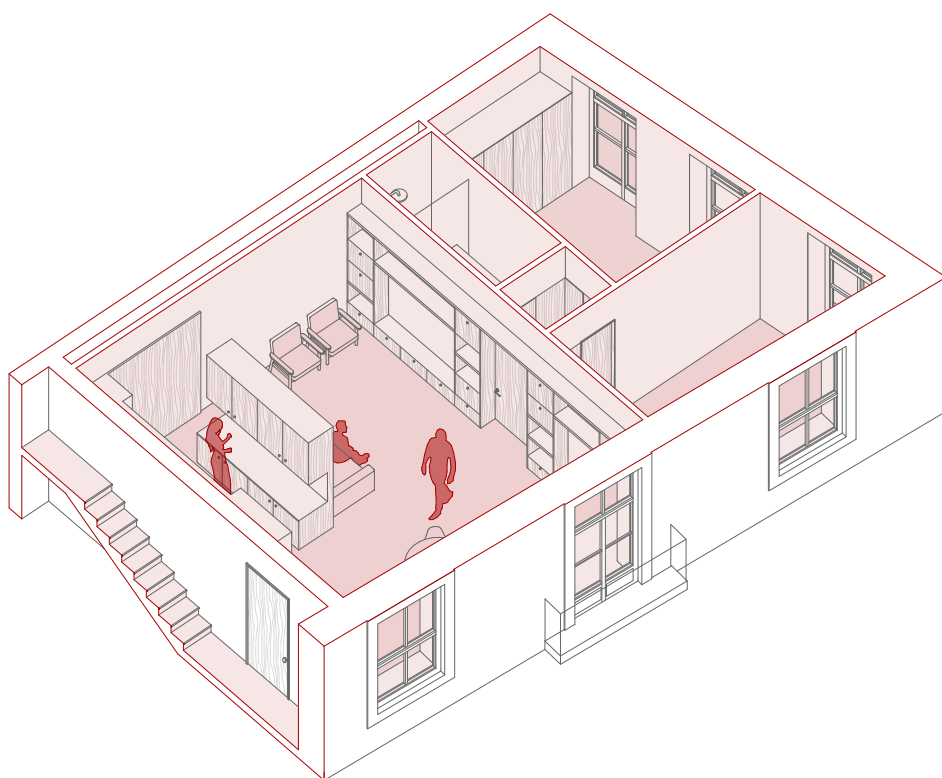
A área destinada à sala de estar é definida a partir do volume da cozinha e do já mencionado eixo transversal. Este é materializado através do desenho de uma parede divisória em pladur que vence o pé direito de três metros e trinta centímetros da habitação. Integrada nesta parede encontra-se uma estante de madeira, com dois metros e sessenta centímetros de altura, que retoma a linguagem formal e o alinhamento dos volumes da cozinha. O referido elemento apresenta seis metros e sessenta centímetros de comprimento, percorre toda a extensão do espaço, conferindo dinamismo e adaptabilidade ao uso quotidiano da habitação.

A estante assume-se como um elemento arquitetónico multifuncional que serve de apoio à sala, adaptando-se às diferentes atividades dos moradores, funcionando ora como apoio a zona de refeições, ora como nicho para a televisão, ora como espaço de trabalho ou estudo. Simultaneamente, oferece capacidade de armazenamento.

Integrada na estante, uma porta pivotante em madeira permite o acesso à zona dos quartos, garantindo a separação e privacidade deste núcleo mais íntimo da habitação. Atravessando este limiar, revestido com um lambrim de madeira, que confere proporção ao espaço e continuidade material à linguagem da célula. Este espaço distribui os acessos ao banho, ao quarto principal e um segundo compartimento de dimensão ligeiramente mais reduzida pensado como um espaço complementar à habitação, que se adapta às necessidades dos moradores, funcionando como um quarto adicional, escritório ou outro uso flexível.

O quarto principal apresenta-se como um espaço amplo, com paredes de pladur, onde, no prolongamento do alinhamento da porta, surge um lambrim de madeira que se dobra sobre si mesmo para formar o armário embutido. O espaço é iluminado por dois vãos com caixilharia de batente em madeira, que se abrem para uma varanda corrida, com sacada em pedra preexistente, a qual acompanha toda a extensão da fachada norte.

O segundo compartimento, embora de menor dimensão, mantém a mesma lógica material. Um lambrim de madeira acompanha o alinhamento da porta e dobra-se para a parede adjacente, sugerindo uma continuidade formal e funcional. O espaço é igualmente iluminado por dois vãos, um com caixilharia de madeira em sistema da guilhotina e outro com caixilharia de batente, que permite o acesso direto à mesma varanda corrida da fachada norte.



[102] Axonometria Tipologia A

Prosseguimos com a explicação da **Tipologia B**, localizada a sul da caixa de escadas. Embora esta partilhe os mesmos princípios arquitetónicos da tipologia anterior, a sua organização interna revela diferenças significativas, resultantes das condicionantes impostas pelos limites do edificado preexistente.

Tal como na tipologia A, esta habitação foi concebida com o objetivo de estabelecer uma gradação na partilha de espaços dentro da célula habitacional privada. Para tal, recorre-se à introdução de dispositivos espaciais que permitem hierarquizar os níveis de privacidade entre as diferentes áreas da casa. O percurso espacial é, assim, estruturado de forma sequencial, passando pela cozinha e zona de refeições, sala de estar, casa de banho, quarto e, por fim, a varanda.

À entrada da célula privada, o habitante é acolhido pelas zonas destinadas às atividades de lazer, as quais se estendem ao longo da habitação. Esta disposição promove um afastamento intencional da fachada nascente, composta por três vãos: dois com caixilharia de madeira em sistema de guilhotina e um central, com caixilharia de batente em madeira, acompanhado de uma sacada em pedra preexistente no primeiro piso. Nos restantes pisos, este vão central mantém o sistema de guilhotina. Este afastamento visa maximizar a entrada de luz natural e favorecer a fluidez espacial ao longo da habitação.

A cozinha, que se posiciona junto à parede de meação da caixa de escadas, reflete a simetria em relação à cozinha da Tipologia A, quer na volumetria, quer na materialidade. A principal diferença reside na transformação do segundo volume, originalmente um armário com bancada de apoio, numa ilha central, que funciona como elemento de apoio tanto à cozinha como à zona de refeições.

Paralelamente à ilha, é introduzida uma estante de madeira, com 2,60 metros de altura, cujas características retomam o elemento central da Tipologia A. Esta estante atua como dispositivo organizador do espaço, dobrando-se perpendicularmente para envolver os compartimentos do banho e do quarto. Estes espaços são delimitados por paredes em pladur que acompanham a altura do pé-direito, com 3,20 metros. À semelhança da tipologia anterior, a estante assume uma função mediadora entre as áreas de lazer e de descanso, incorporando duas portas pivotantes que dão acesso ao banho e ao quarto.

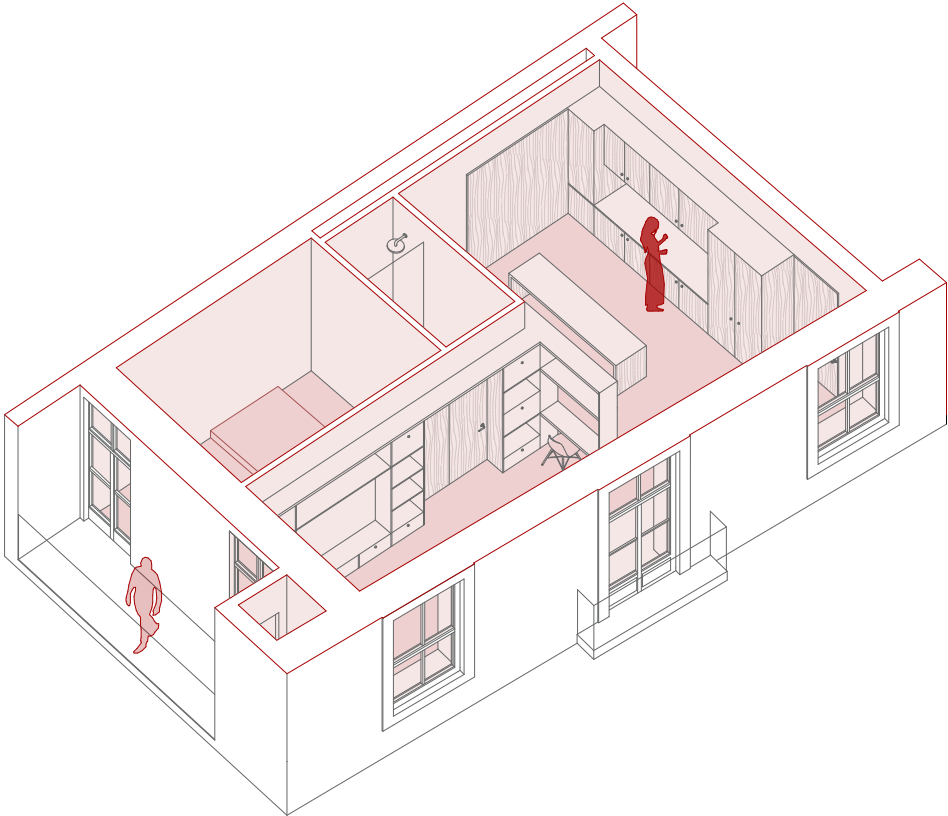
O quarto está implantado junto à parede de meação e ao alçado sul, com ligação direta ao terraço. A espessura da parede do alçado preexistente permite a integração de um armário embutido em madeira, sendo as restantes paredes rebocadas. A sala de estar, por sua vez, organiza-se através da continuidade das estantes e situa-se paralelamente ao quarto, com acesso direto à varanda.

A varanda, acessível tanto a partir do quarto como da sala, é definida por vãos com caixilharia de batente em madeira. Na sua extremidade nascente, foi mantida a área correspondente ao antigo sanitário da habitação original. Este pequeno espaço, com 90 por 80 centímetros, foi reconvertido num compartimento de arrumos, de apoio à habitação.

De modo a resolver de forma clara e eficiente as infraestruturas da construção, optou-se por concentrá-las ao longo do eixo vertical da parede de meação do edifício. Esta decisão estratégica permite organizar de forma racional o espaço, facilitando intervenções futuras. Mais do que uma solução meramente técnica, esta decisão responde a uma intenção projetual mais abrangente, de explorar o conceito da reversibilidade. Ou seja, caso surja, no futuro, a necessidade de alterar o uso dos espaços, ou de repôr a forma original a organização das infraestruturas ao longo de um eixo fixo e acessível possibilita essa transformação sem implicar de demolição monta.

Tal como é referido por Monique Eleb e Sabri Bendimérad, *a questão das salas com equipamentos e condutas de alimentação e exaustão que são mais difíceis de movimentar. Uma solução é posicioná-los ao longo das paredes divisórias para limpar as divisões*⁹⁴.

⁹⁴ ELEB, M. e BENDIMÉRAD, S. — “*Ensemble mais séparément, les lieux de la cohabitation*”. *Leroy Merlin Source*, No. 14, Paris : Leroy Merlin, 2015, p.27

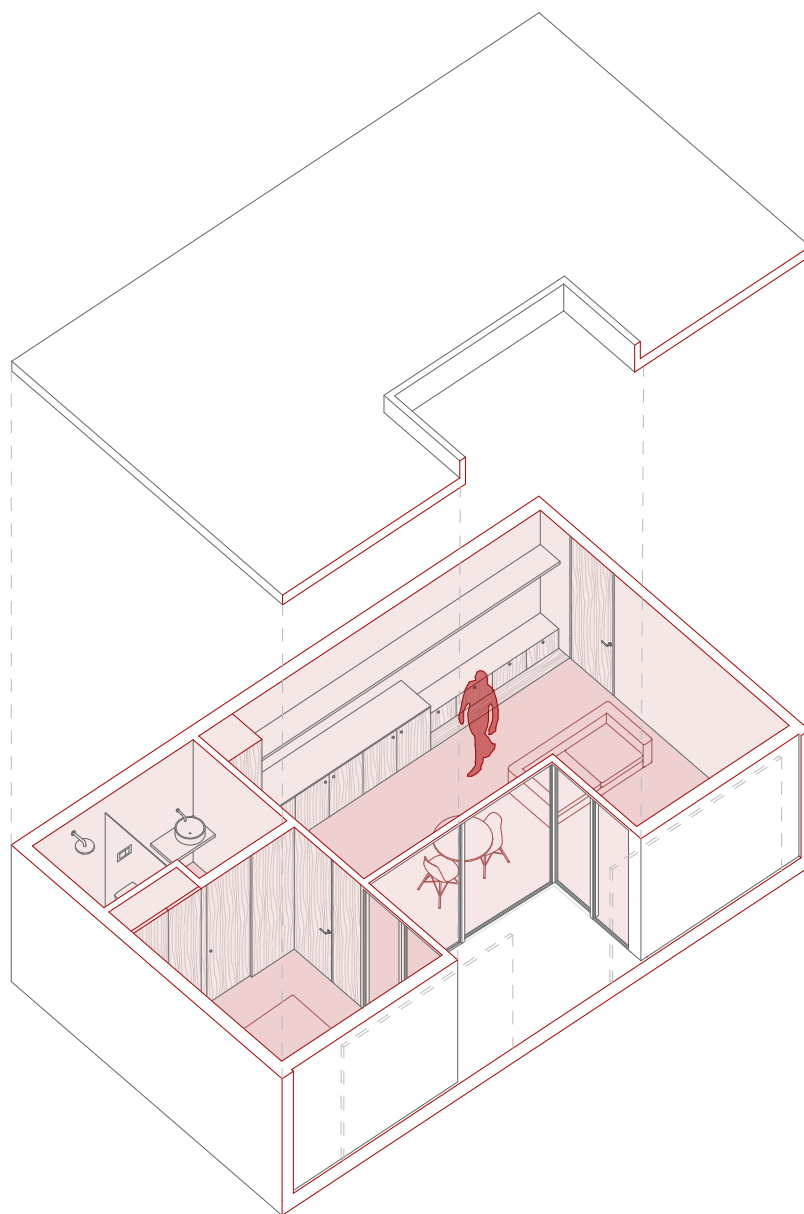


[103] Axonometria Tipologia B

Abordamos, agora, algumas questões formais das tipologias, no que respeita à altura dos espaços interiores. Desde logo, decidimos uniformizar o pé-direito das habitações para 3,20 metros, contrariando as variações existentes na estrutura preexistente. No entanto, devido às condicionantes da construção original, no terceiro piso e na cave mantivemos um pé-direito inferior, fixado em 2,70 metros. Para a execução dos tetos, optou-se pela utilização de gesso cartonado, permitindo uma solução construtiva leve e adaptável às diferentes cotas internas.

Durante o processo de definição dos módulos tipo A e B, revelou-se necessário proceder a pequenos ajustes no desenho das células-tipo, de modo a garantir a sua adaptação às especificidades do edifício preexistente. A adequação dos pés-direitos foi um dos aspetos mais relevantes nesta adaptação, implicando que os armários de madeira previamente descritos, no terceiro piso e na cave, elementos centrais na modelação e organização do espaço, fossem redimensionados para ocupar a totalidade do pé-direito disponível.

A cave, também revela necessidade de adaptação. A varanda originalmente pertencente à Tipologia B foi convertida num pátio, criando uma zona exterior privativa para a habitação, espaço que funciona como elemento mediador entre as construções preexistentes. O pátio, espaço preexistente é transposto do rés-do-chão para a cave, dando agora, acesso ao logradouro através de uma escadaria. Ainda nesta habitação, destaca-se a forma como foi resolvida a entrada de luz natural. Para tal, foram aproveitados os rasgos de luz já existentes, sendo um deles reposicionado com o intuito de responder de forma mais eficaz às exigências espaciais da tipologia. Para além disso, o pátio contribui também para a iluminação e ventilação naturais da habitação.



[104] Axonometria Tipologia C

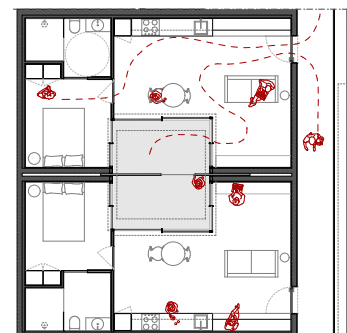
Abordamos, por fim, a **Tipologia C**, localizada na nova construção proposta. Esta, como já referido, localiza-se sob o logradouro preexistente, e é composta por quatro células de habitação que se organizam em torno de dois pátios. A decisão de conceber habitações enterradas, articuladas em torno de pátios exteriores, surge da intenção de minimizar a descaracterização do desenho original do logradouro e da sua envolvente. Trata-se, assim, de uma abordagem projetual que procura respeitar a morfologia existente, integrando a nova intervenção de forma discreta e sensível ao contexto.

O desenho da organização interna desta tipologia reflete os já referidos princípios do *cohousing*, contudo esta apresenta um nível de partilha mais elevado em relação à tipologia A e B, na medida em que estas habitações usufruem de um espaço comum a cada duas, um pátio, de 3,30 metros por 3,70 metros. Os co-habitantes vivem cada um no seu núcleo privado sendo que, o espaço partilhado, o pátio, se localiza adjacente a cada um e diretamente acessível.

Convocamos a obra Terrassenhaus Berlin, projetada pelos arquitetos Brandlhuber+Emde, Burlon+Muck Petzet Architects, já anteriormente estudada, na qual os terraços são concebidos como extensões da habitação, promovendo a interação entre habitantes e a permeabilidade do espaço. Esta abordagem, embora em grande escala, aproxima-se da ideia de espaço comum que procuramos explorar através do desenho dos pátios, promovendo uma relação fluida entre o espaço privado e comum e o interior e exterior.

Com o objetivo de garantir um equilíbrio entre partilha e privacidade, foi desenhado um dispositivo espacial no próprio pátio que permite mediar visualmente a relação entre os dois fogos. Este dispositivo é composto por dois painéis móveis, instalados sobre o eixo de divisão entre as duas habitações, que permitem ao habitante controlar a permeabilidade visual e espacial do pátio. Dessa forma, é possível isolá-lo parcial ou totalmente, criando dois pátios de menor escala e promovendo momentos de maior privacidade.

A célula privada utiliza o pátio como elemento estruturante da sua organização interna. Os limites do pátio definem a distribuição espacial, promovendo uma gradação funcional do interior. Após a entrada, o habitante é recebido pelos espaços de uso quotidiano, sala, cozinha e zona de refeições, que se desenvolvem de forma contínua, abraçando o pátio envidraçado. A caixilharia, de correr, foi desenhada para potenciar a permeabilidade entre interior e exterior, diluindo os limites físicos entre ambos.



0 1 2m

[105] Planta Tipologia C, duas células privadas desenhadas a volta do pátio.

⁹⁵ LAPUERTA, J.M., ESPE-
GEL, C., CÁNOVAS.A - *HOU-
SETAG Vivienda Colectiva en
Europa/European Collective
Housing 2000-2021*. Madrid: TC
Cuadernos, 2021, pag. 48

A afirmação reflete o princípio de projecto desenvolvido pelos arquitetos ILO, na sua obra *Tila Housing*, construída em 2011, em Helsinquia, na Finlândia.

O projecto baseia-se na ideia de fornecer aos moradores um espaço bruto, permitindo que o morador determine as subdivisões necessárias do desenho da organização interna da célula de acordo com as suas necessidades. Onde apenas as áreas da casa de banho são fixadas, e serve como base de infraestruturas da cozinha. A premissa do estilo de vida na célula privada, blocos loft, é que os ocupantes misturam diferentes funções dentro de um único espaço.

12 ELEB, M. e BENDIMÉRAD, S. – “Ensemble mais séparément, les lieux de la cohabitation”. Leroy Merlin Source, No. 14, Paris : Leroy Merlin, 2015, p.28

[106] Projecto Bloco loft, *Tila Housing*, arquitetos ILO. Fotografia de Stefan Bremer.



No espaço de entrada, é desenhado um armário corrido em madeira que integra a cozinha e acompanha o percurso até à zona de descanso. Este armário tem 2,70 metros de altura, correspondente ao pé-direito da habitação, e desce para os 50 centímetros de altura, no alinhamento da sala. A materialidade da cozinha prolonga-se, dobrando-se para revestir a parede de pladur que separa a zona social da zona de descanso. O acesso ao quarto ao banho é feito através de uma porta pivotante, posicionada no alinhamento do pátio, reforçando a continuidade espacial e formal do conjunto.

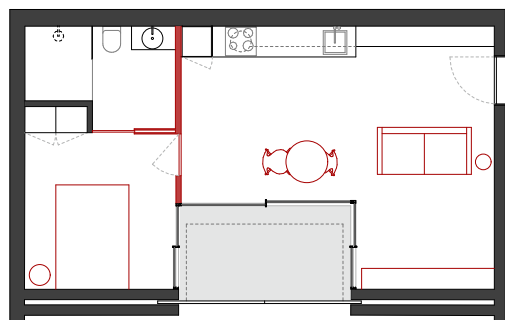
A organização interna da célula reflete a exploração do conceito de **adaptabilidade**, anteriormente estudado. Este conceito refere-se à capacidade de reorganizar o espaço habitacional de forma a responder às necessidades futuras dos seus ocupantes, assegurando que o bem-estar proporcionado pelas condições atuais não comprometa o das gerações futuras. Neste âmbito, considera-se a possibilidade de associação e dissociação de espaços dentro da estrutura existente.

Surge então a reflexão, *e se fosse possível obter a área útil do apartamento como um “espaço em bruto”, para que fosse possível organizar a residência de acordo com as necessidades de cada um?*⁹⁷

Assim, *uma sala perto da entrada pode tornar-se um pequeno estúdio independente, se o espaço da rede o permitir; ou um escritório. Um apartamento pode ser dividido em duas partes e dois apartamentos podem ser unidos. (...) Isto envolve pensar antecipadamente nos métodos de construção com maior probabilidade de permitir a adaptação ou transformação.*⁹⁵

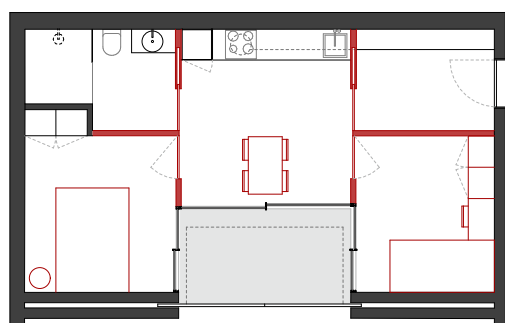
Para viabilizar estas possibilidades, adotou-se a utilização de paredes em pladur, permitindo uma planta livre, em que apenas a casa de banho e a cozinha mantêm as infraestruturas fixas, localizadas no eixo da parede limite da habitação. Esta solução favorece a reconfiguração dos espaços interiores e a sua evolução ao longo do tempo, uma vez que as paredes não desempenham função estrutural.

Deste modo, foram desenvolvidas diferentes hipóteses de apropriação e transformação das células privadas, conforme ilustrado na [figura 107] .

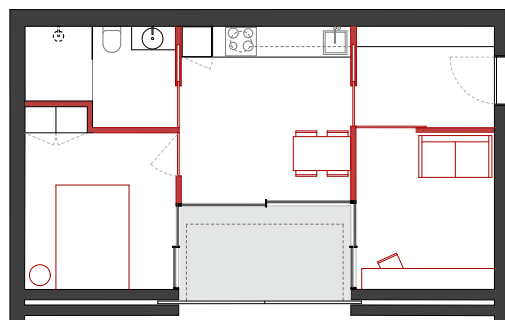


[107] Foram concebidas quatro hipóteses de organização da habitação em torno do pátio, explorando diferentes possibilidades de compartimentação e apropriação do espaço interior:

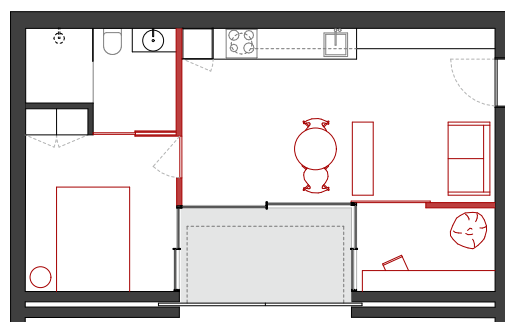
1. Célula base da tipologia: Configuração original, onde os espaços de sala, cozinha e área de refeições se articulam num ambiente contínuo, separado da zona privada composta por quarto em suíte.



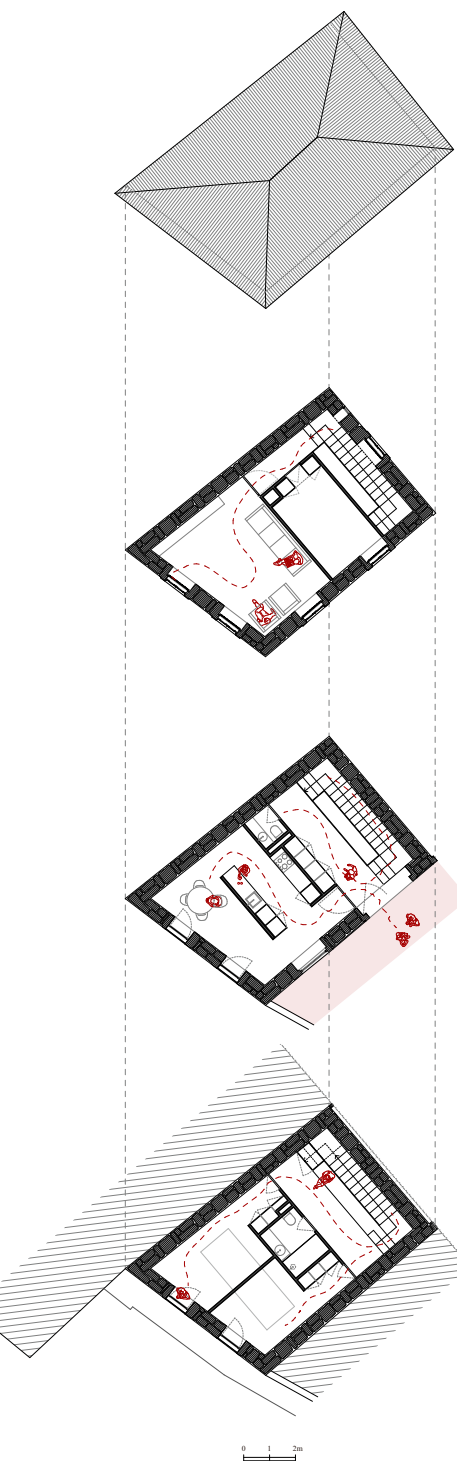
2. Criação de um segundo quarto: O espaço é compartimentado para introduzir um segundo quarto. Apresenta um vestíbulo de entrada, seguido pela cozinha e área de refeições, que funciona como espaço de distribuição para os dois quartos e para o banho partilhado.



3. Criação de uma sala fechada: A compartimentação visa a criação de uma sala independente. A organização inclui um vestíbulo de entrada, cozinha e área de refeições, que distribui o acesso à sala e à o banho partilhado.



4. Criação de uma área de escritório: A proposta prevê a separação de uma zona destinada a escritório. Os espaços de sala, cozinha e refeições mantêm-se integrados e em diálogo, enquanto o escritório é separado destes. O quarto em suíte permanece como espaço privado e isolado das restantes áreas.



Após a apresentação das diferentes tipologias da célula privada, procede-se à descrição da tipologia excepcional do projeto. Esta, corresponde à segunda construção preexistente, de menores dimensões, localizada na extremidade da implantação. Tendo em conta as características morfológicas do volume existente, optou-se pela criação de uma **habitação em triplex**. Apesar de apresentar um maior grau de isolamento em relação às restantes habitações do conjunto, esta unidade mantém o acesso e usufruto dos espaços comuns da intervenção.

A habitação organiza-se em três níveis: cave, rés-do-chão e primeiro piso, mantendo-se o objetivo central de preservar a linguagem e a materialidade da construção preexistente. A nova organização interna distribui-se da seguinte forma: a cave destina-se aos espaços privados (quartos); o rés-do-chão acolhe a cozinha e a área de refeições; e o primeiro piso é reservado à sala e a um espaço de uso indefinido. A circulação vertical é assegurada por uma caixa de escadas em “U”, posicionada junto ao alçado norte. Esta beneficia de iluminação natural através dos vãos preexistentes localizados no primeiro piso, com a luz a propagar-se verticalmente pelo vazio central da escada.

No rés-do-chão, a entrada é feita através de um átrio que funciona como espaço de distribuição da habitação. Este espaço integra duas portas, uma de acesso à instalação sanitária de serviço e outra à cozinha, e armários embutidos que servem funcionalmente o átrio. A cozinha é composta por dois volumes, reinterpretando o desenho adotado na Tipologia A, e integra ainda uma área de refeições. O espaço apresenta três vãos: um preexistente, com caixilharia em sistema de guilhotina no alçado nascente, e dois vãos redesenhados, com caixilharia de batente e guarda de vidro, adaptados às necessidades do novo programa.

Na cave, a organização espacial reflete a do piso superior: um átrio central distribui o acesso aos dois quartos, localizados em extremidades opostas. Entre ambos, situa-se o núcleo funcional composto por armários embutidos e o banho. O átrio aproveita ainda a área de entrada de luz proveniente do vazio das escadas para a criação de um pequeno espaço de leitura. Apesar de ser designado como cave, este piso apresenta uma fachada voltada a sul, com vãos que replicam as características formais e posicionais dos do rés-do-chão, garantindo iluminação e ventilação naturais adequadas.

No primeiro piso, um pequeno vestíbulo distribui o acesso à sala, iluminada por três vãos preexistentes com caixilharia de batente, e a um espaço de uso indefinido. Este compartimento, também iluminado por um vão semelhante aos da sala, foi intencionalmente deixado em aberto, permitindo ao habitante apropriar-se do mesmo segundo as suas necessidades, seja como quarto, escritório ou outro uso.

Antes de se alcançar esta solução final em triplex, foram exploradas diferentes alternativas tipológicas, nomeadamente a criação de habitações independentes, uma por piso. No entanto, as limitações formais impostas pelos acessos e pela geometria do volume tornaram essas soluções impraticáveis, conduzindo à atual proposta integrada.

Com esta intervenção arquitectónica, no *Miradouro da Vitória*, procura-se conceber um desenho informado e consciente *dotado de uma nova utilização, o carácter do edifício e da arquitectura são renovados sem que se eliminem os seus elementos de composição iniciais, particularmente importantes num sentido histórico, de identificação no tempo e num contexto sociocultural e urbano*. Projectamos as habitações de modo a garantir *toda a liberdade e autonomia de uma casa particular, juntamente com os benefícios dos espaços, recursos e serviços coletivos*⁹⁶.

*O desenho é uma forma de comunicação, com o eu e com os outros. Para o arquiteto, e também, entre muitos, um instrumento de trabalho; uma forma de aprender, compreender, comunicar, transformar: de projeto. (...) Todos os gestos, também um gesto de desenhar, estão carregados de história, de de inconsciente memória, de incalculável, de anónima sabedoria*⁹⁷.

Foi através do desenho, este instrumento privilegiado de trabalho, de investigação e de compreensão profunda do real e das circunstâncias que o enquadram, que procuramos de forma informada e rigorosa ensaiar uma solução de reativação de uma *casa burguesa portuense* abandonada, operando uma nova atualização do programa doméstico, a partir da exploração de conceitos como o *cohousing*, de *adaptabilidade e reversibilidade*.

[108] Plantas da cobertura, do primeiro piso, do rés do chão e da cave do volume da habitação em *triplex*.

⁹⁶ Correia/Ragazzi Arquitectos. (2025, 19 de março). *Edifício Forrester: Reabilitar o Séc. XIX*. Reflexão escrita no âmbito da Conferência na Università Roma Tre, 2024.

⁹⁷ SIZA, A. - 01Textos. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2019, p. 29.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação culmina na proposta de intervenção, com a qual o edificado preexistente é reinterpretado e adaptado às exigências da sociedade contemporânea, através de uma solução que procura simultaneamente responder às necessidades futuras. O trabalho desenvolvido permitiu-nos ensaiar novos modos de habitar, fundados no conceito de *cohousing*, conciliando a memória do edificado com um olhar voltado para o futuro. Através da reabilitação do património construído da cidade, procura-se dar continuidade à evolução da *casa burguesa portuense*, sustentada por princípios fundamentais como a reversibilidade, adaptabilidade e o conforto. Assim, a proposta apresentada ensaia uma resposta que se desejou oportuna e consciente intervenção sobre edificado preexistente através da busca de um equilíbrio entre o existente e o novo, entre continuidade, desenvolvendo uma solução que procura e inovação. Respeitar a identidade do passado, responder as exigências do presente, e do futuro, numa lógica de transformação contínua inter-relacionada.

Na cidade do Porto, o modo de habitar a casa tem vindo a transformar-se desde a origem da burguesia portuense até a contemporaneidade, refletindo uma evolução do espaço doméstico ditada por uma sucessiva alteração das dinâmicas sociais. A tradicional habitação burguesa unifamiliar oitocentista portuense, foi na sua origem marcada pelo seu carácter privado. Progressivamente foram sendo explorados novos sentidos de uso coletivo que refletem uma maior abertura à dimensão pública das habitações. Estas transições são reflexo de uma adaptação da cidade às novas necessidades da sociedade. Neste contexto, o conceito de *cohousing* emergiu como uma resposta pertinente aos desafios da sociedade contemporânea, cada vez mais marcada pelo isolamento social.





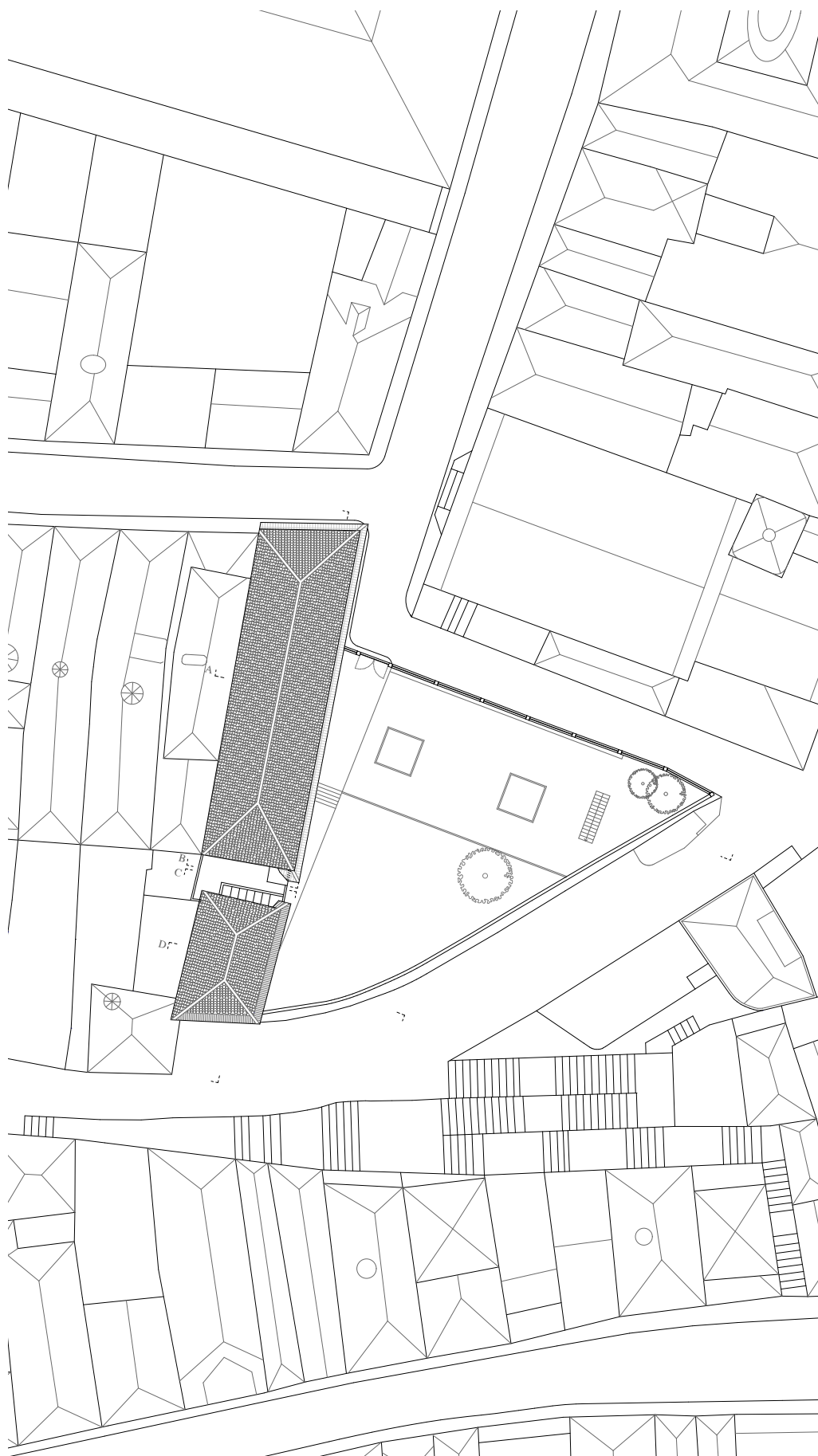
GRADO
S. BENTO
DA VITORIA

RUA
S. MIGUEL

SANTA
VITÓRIA

GRADO
S. BENTO
DA VITORIA

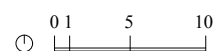
DESENHOS DA PROPOSTA



[110]

Planta de Cobertura

esc. 1:500



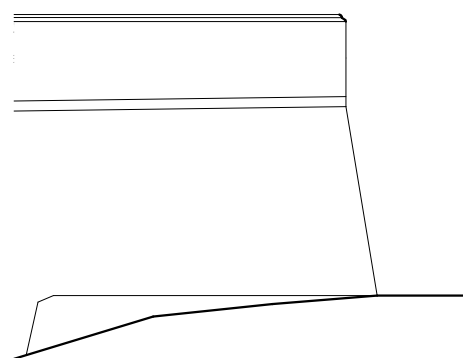


0 1 2 5

[111]

Alçado Norte

esc. 1:150



0 1 2 5

[112]

Alçado Sul

esc. 1:150



0 1 2 5

[113]

Corte Trasversal B.

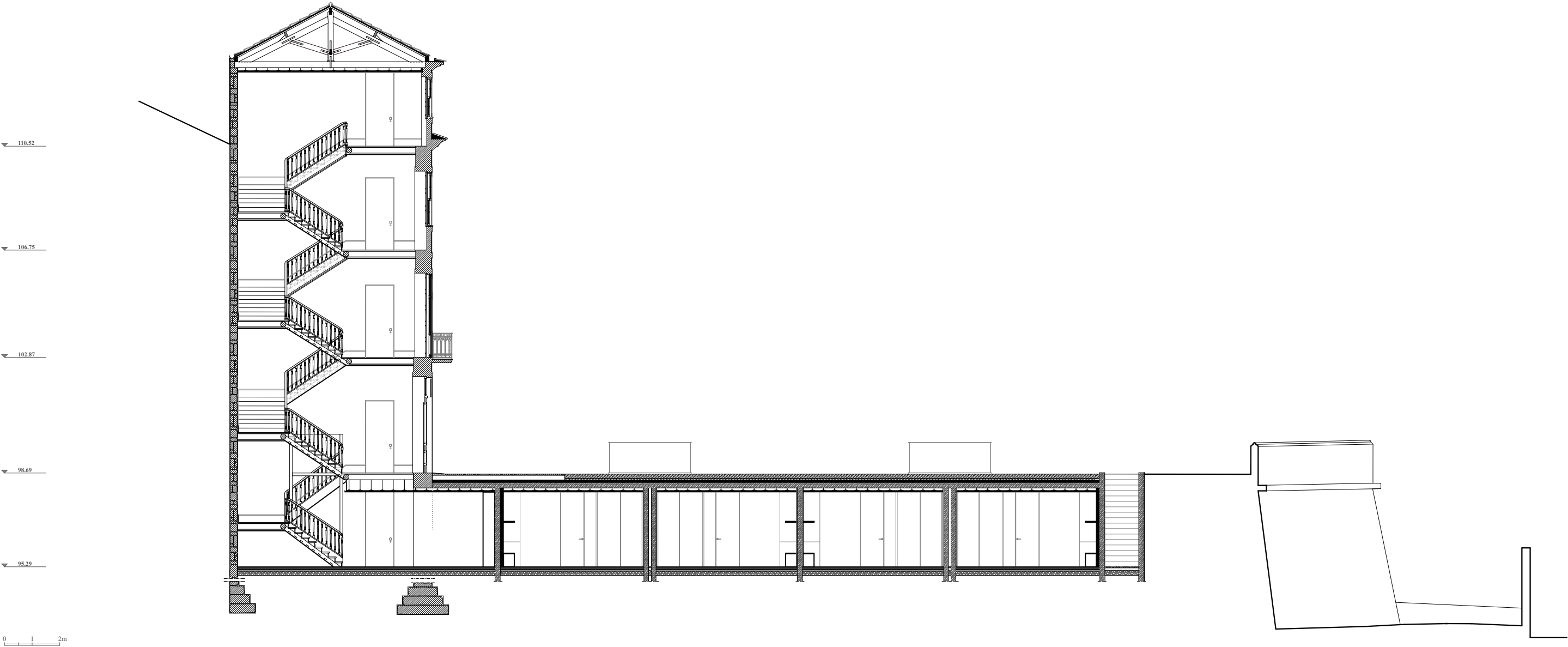
esc. 1:150



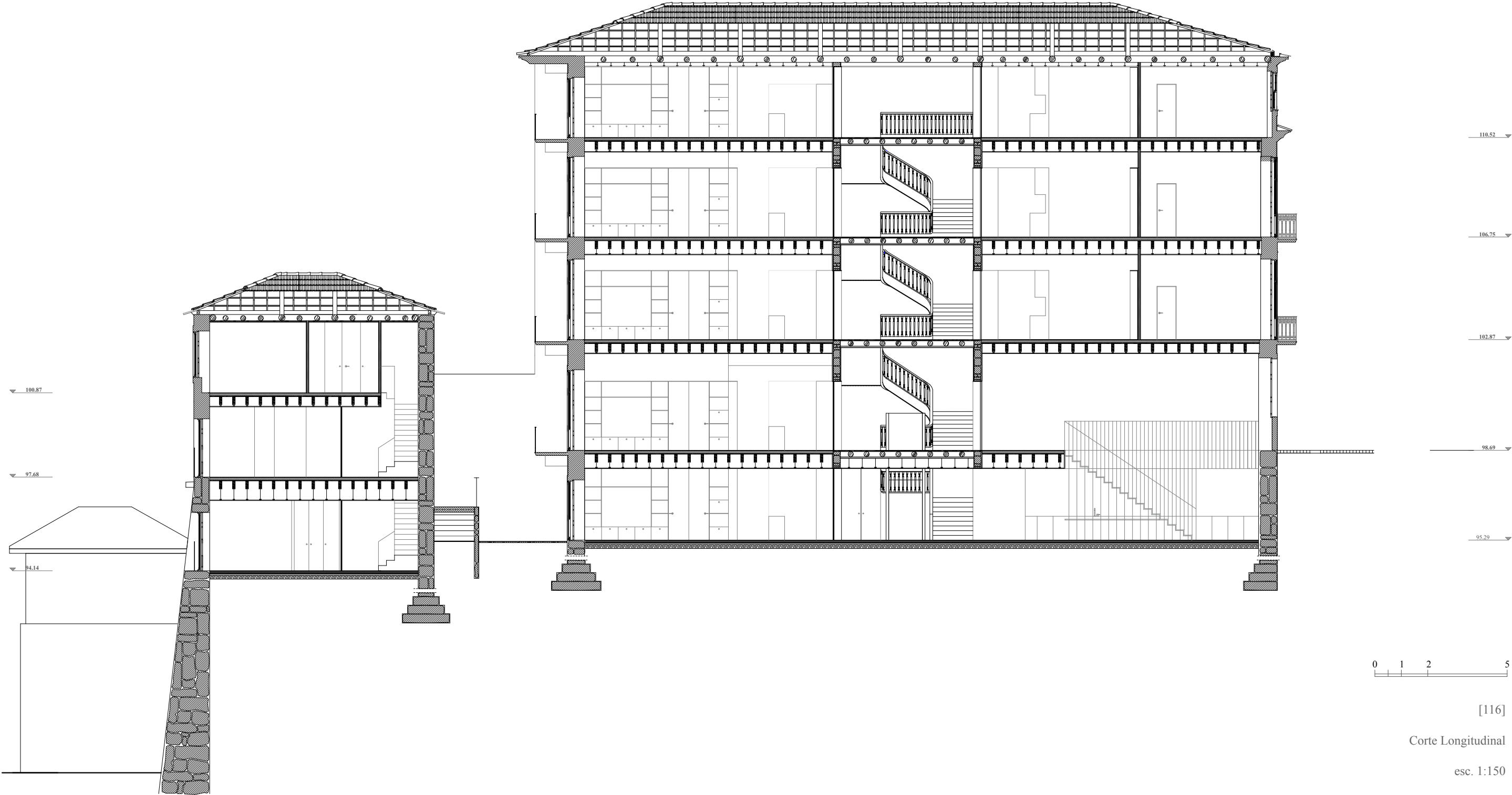
[114]

Alçado Nascente

esc. 1:150



[115]
Corte Transversal A
esc. 1:150

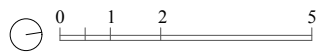
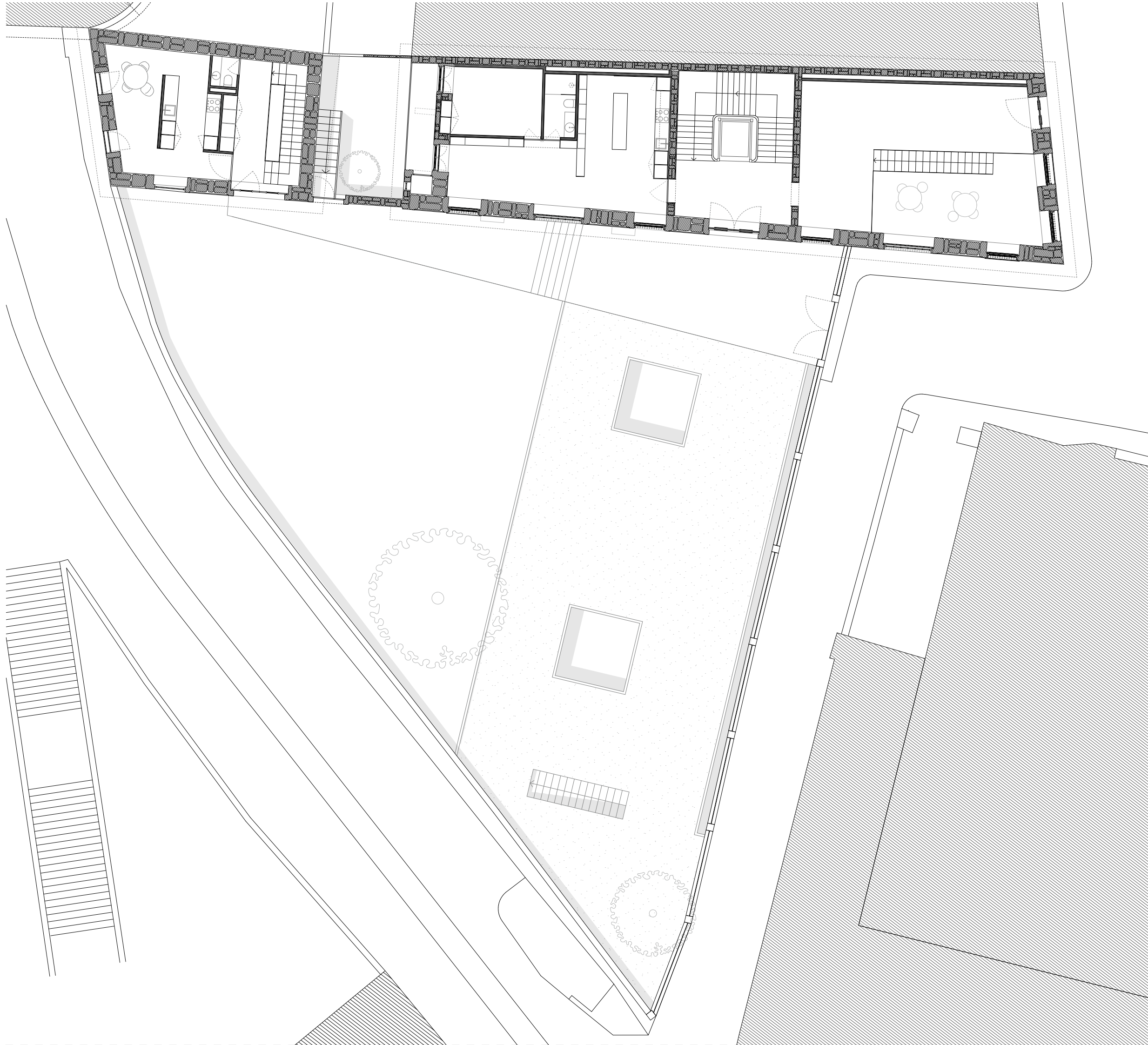




[117]

Planta Cave

esc. 1:150

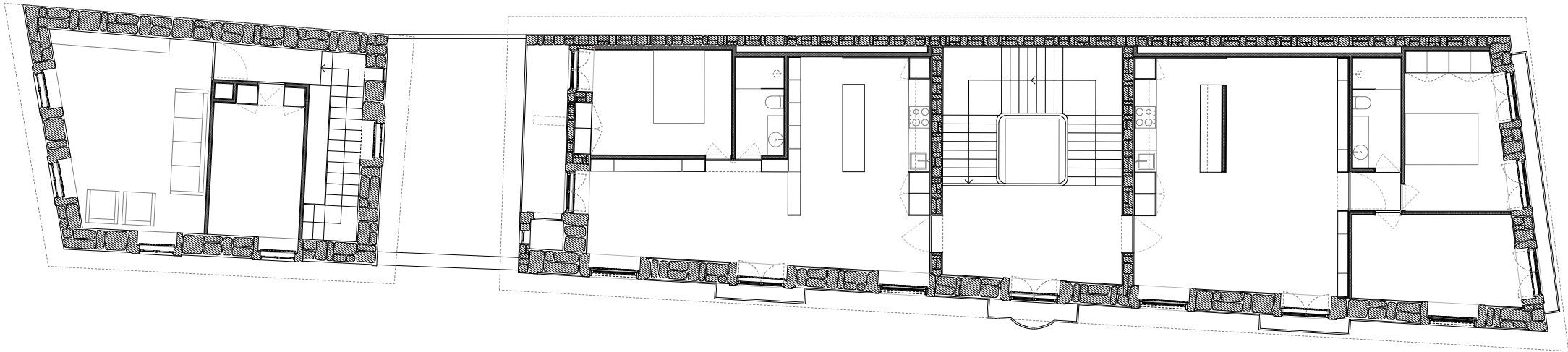


[118]

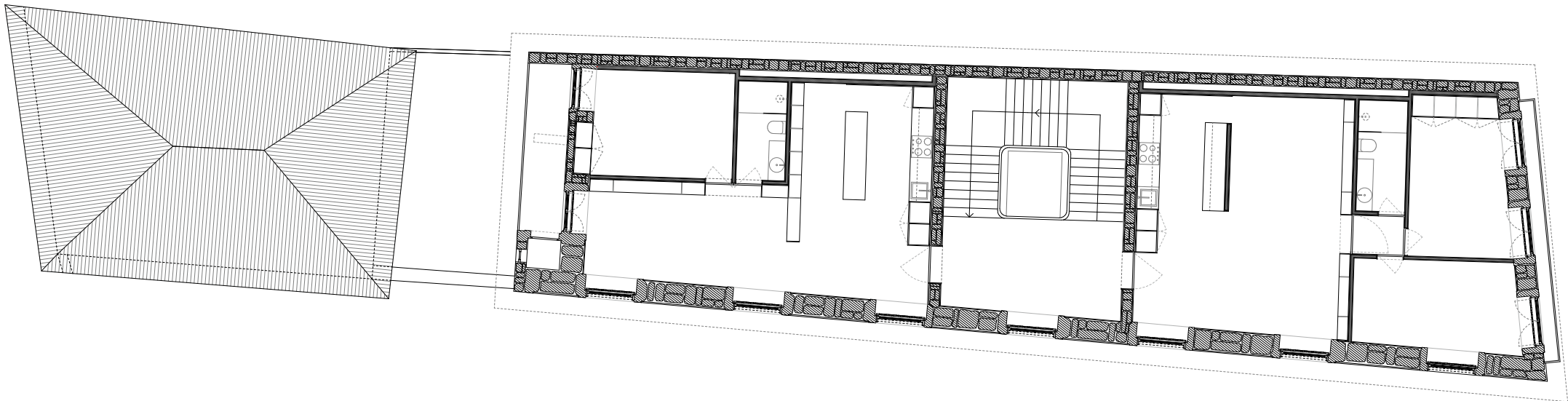
Planta do Rés do Chão

esc. 1:150

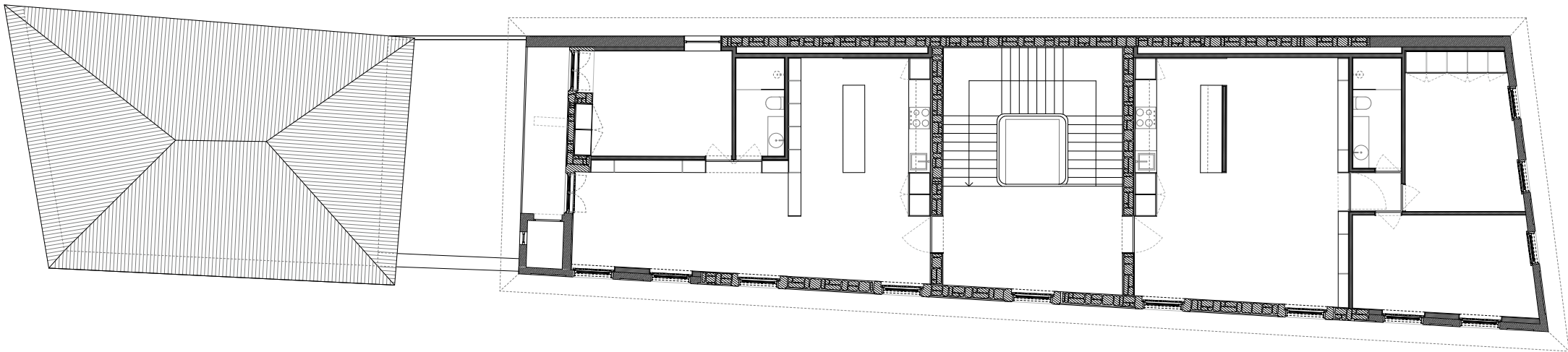
[119]
Planta Piso 3
esc. 1:150

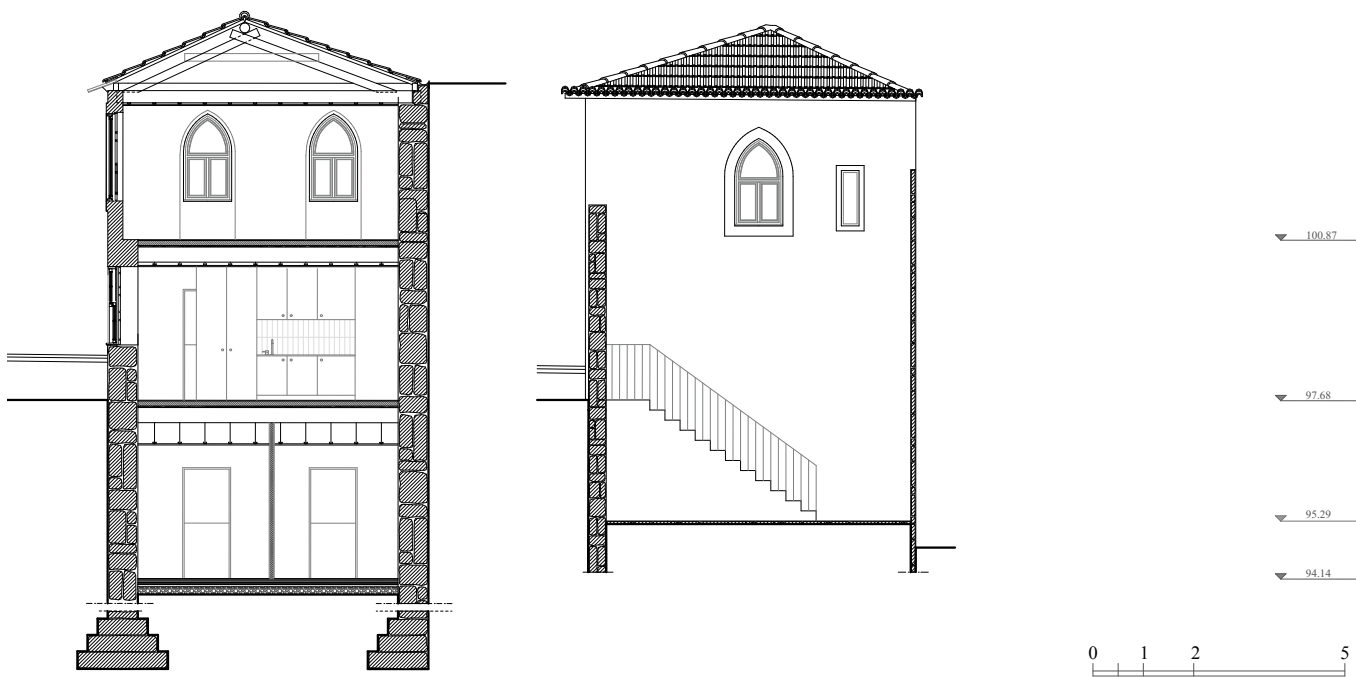


[120]
Planta Piso 2
esc. 1:150



[121]
Planta Piso 1
esc. 1:150





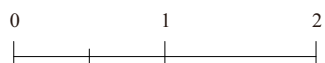
[122]

Corte Transversal D

[123]

Corte Transversal C

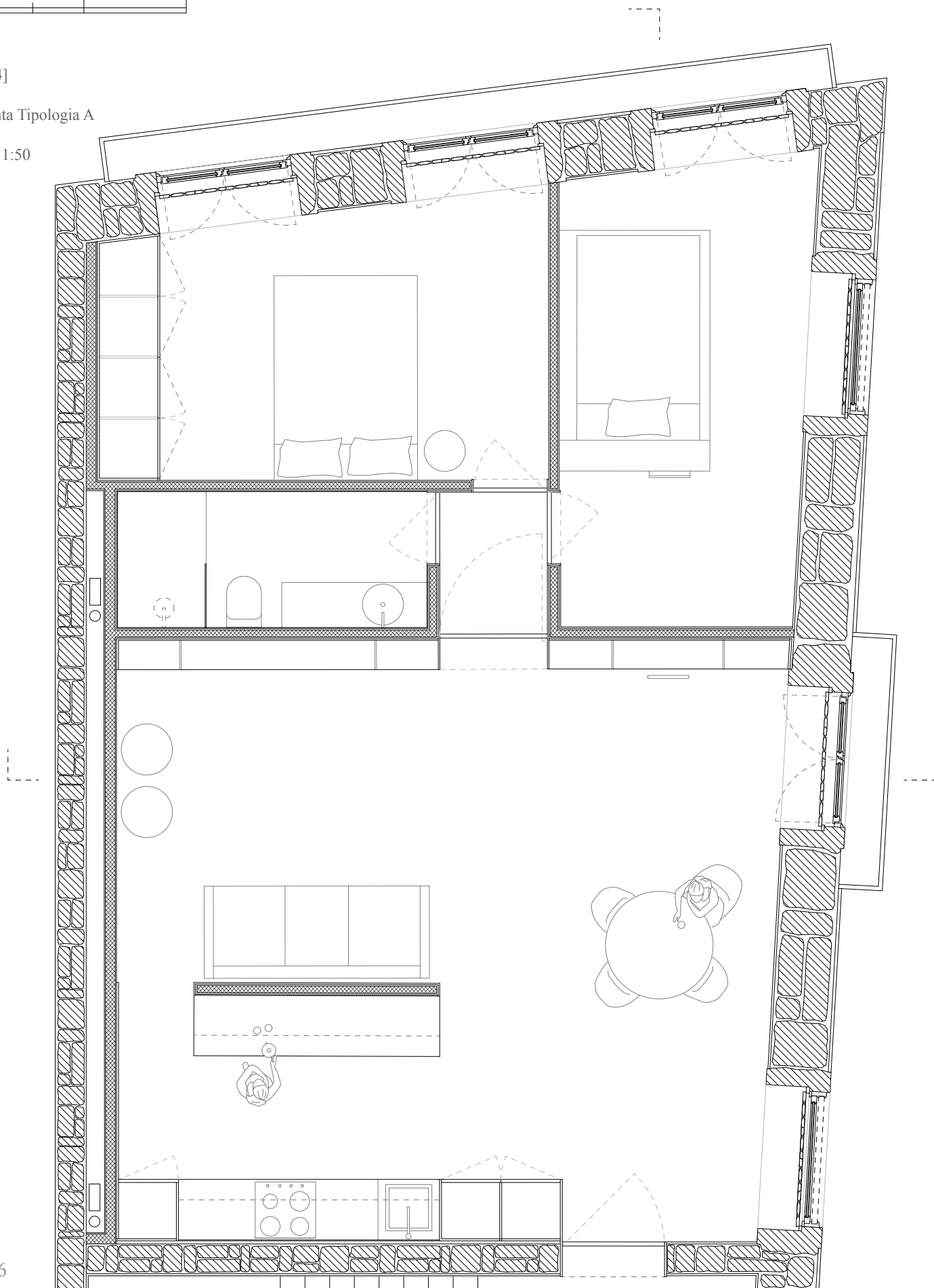
esc. 1:150

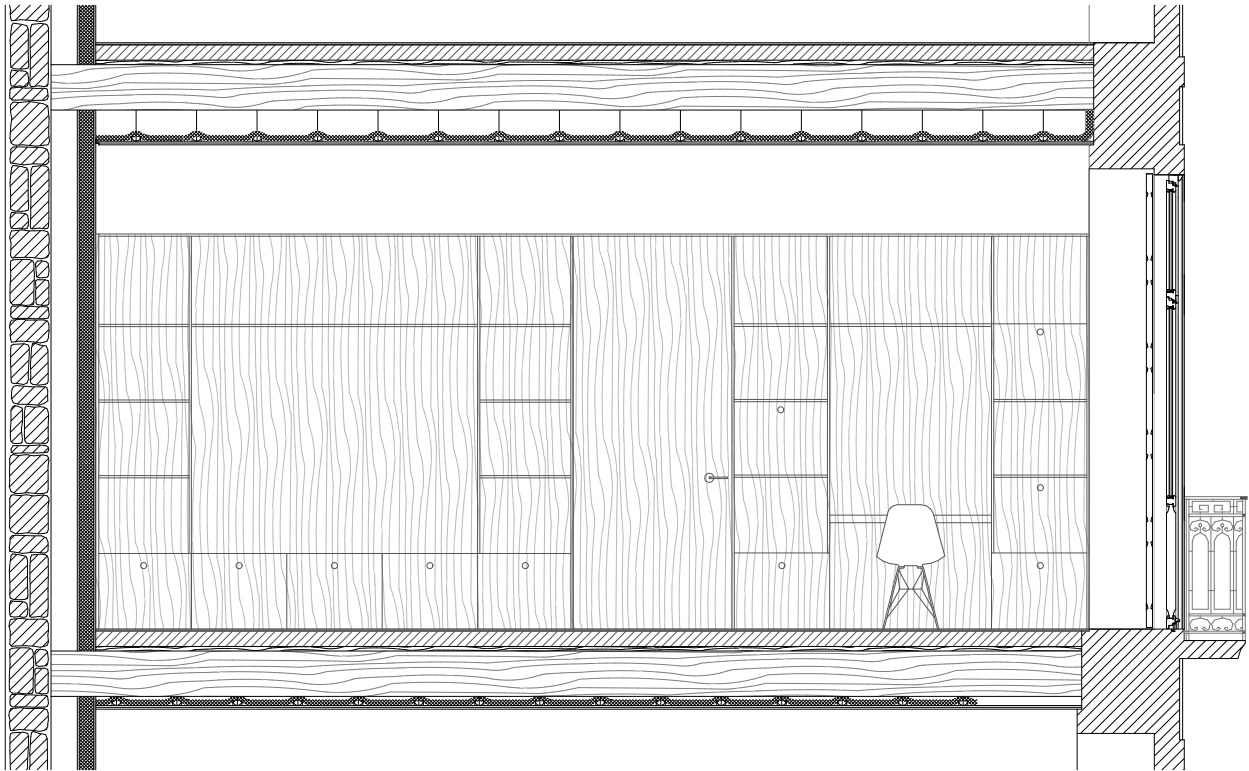


[124]

Planta Tipologia A

esc. 1:50

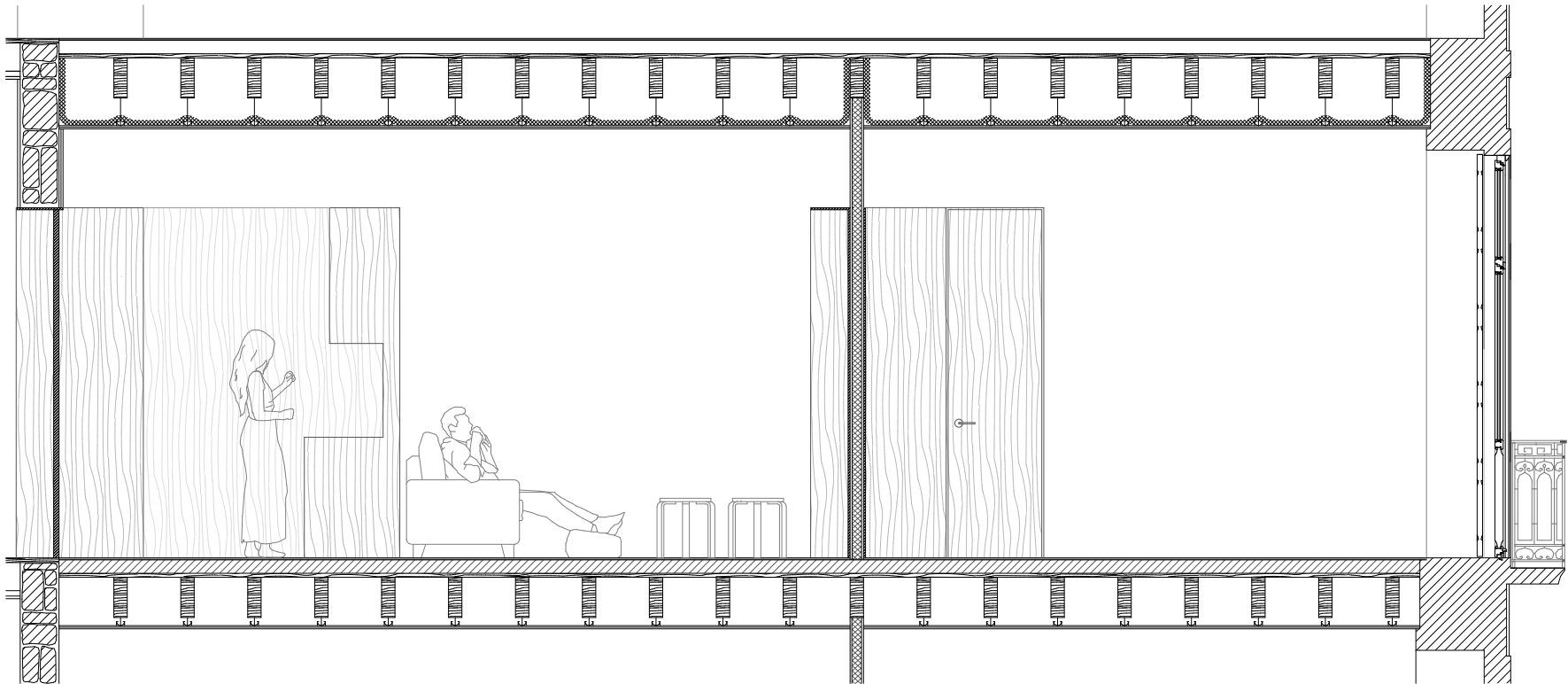




[125]

Corte Transversal, tipologia A

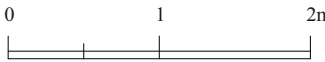
esc. 1:50



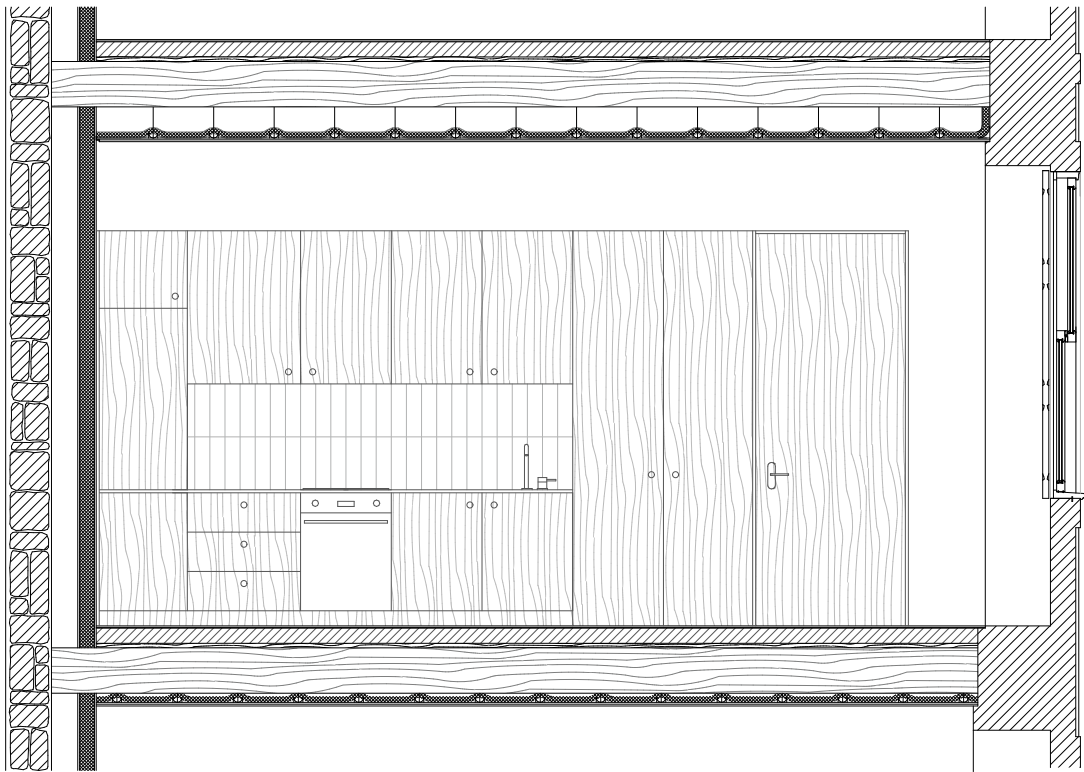
[126]

Corte Longitudinal, tipologia A

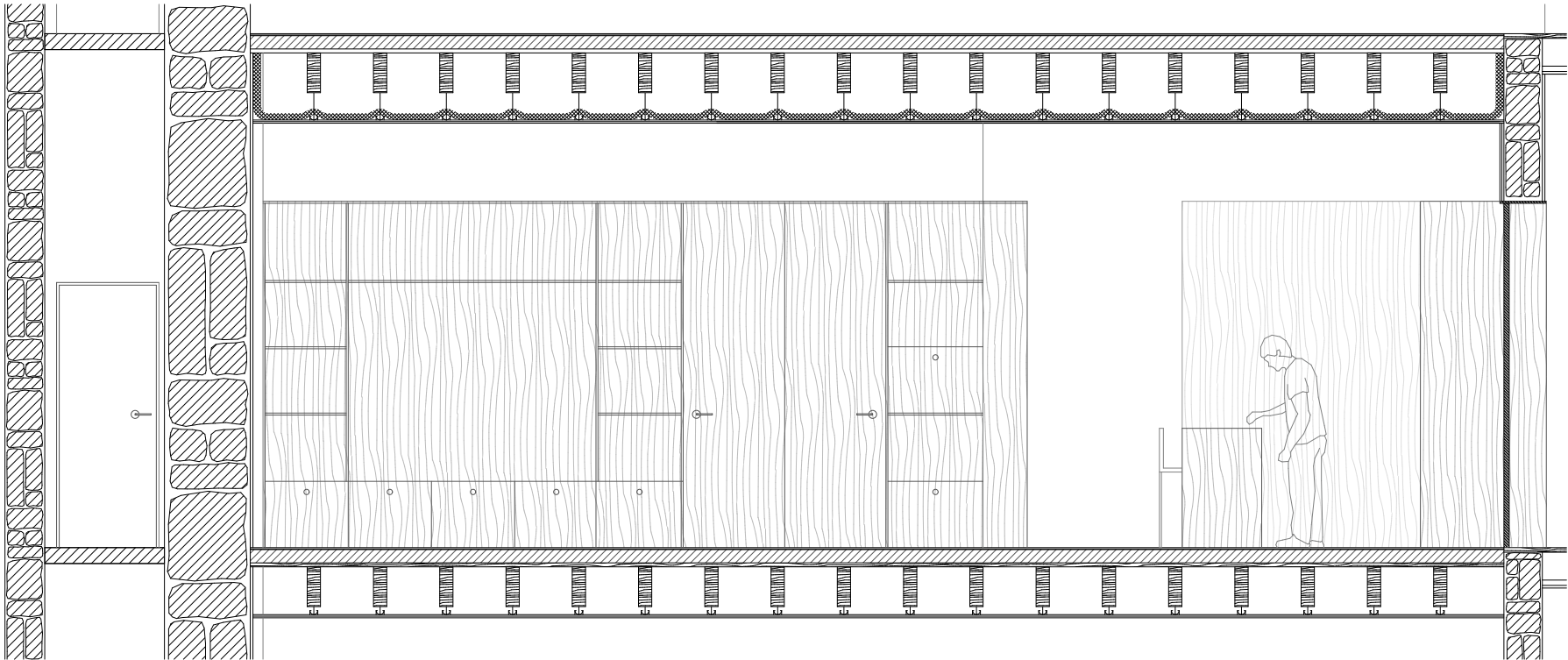
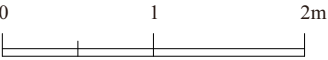
esc. 1:50

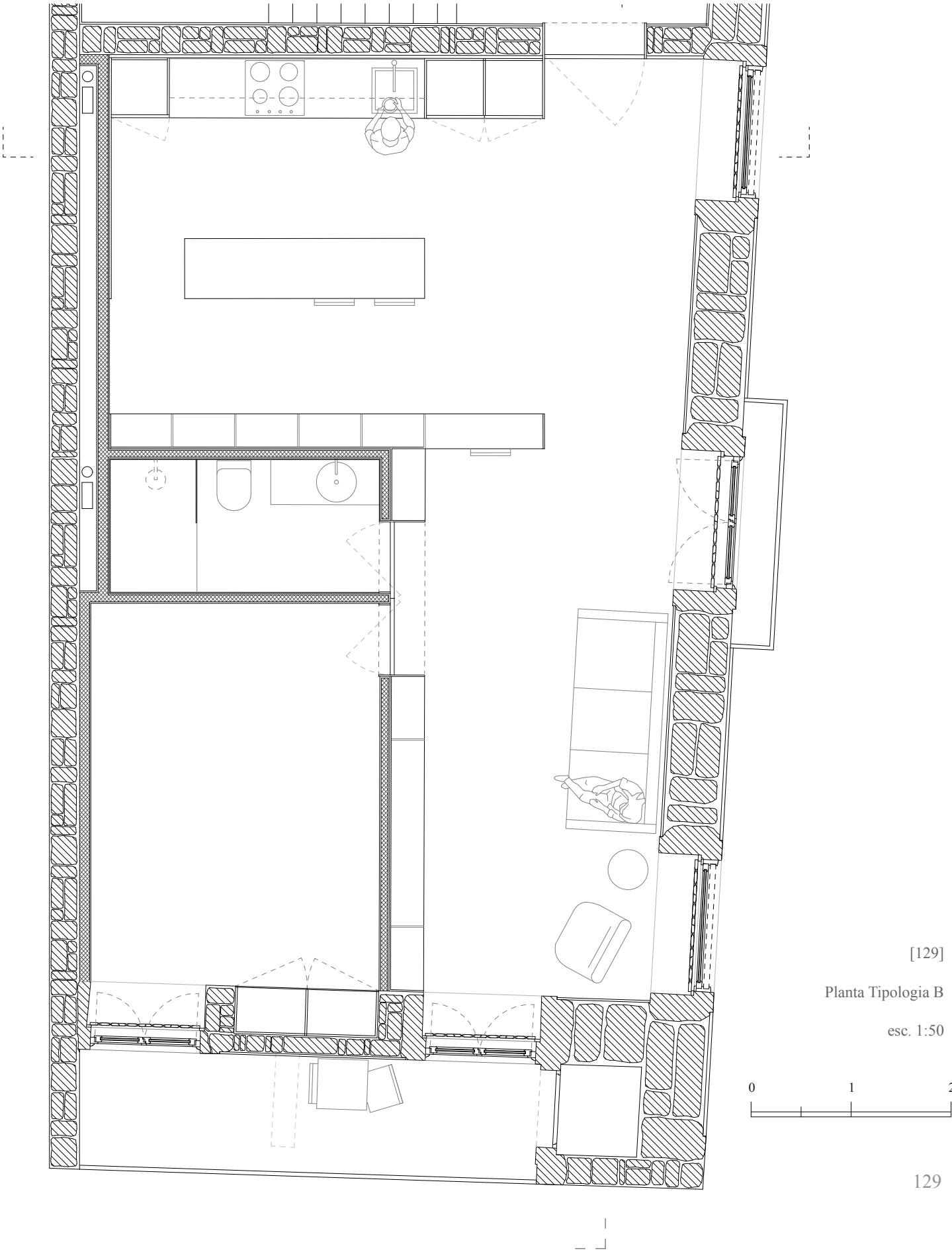


[127]
Corte Transversal, tipologia B
esc. 1:50



[128]
Corte Longitudinal, tipologia B
esc. 1:50

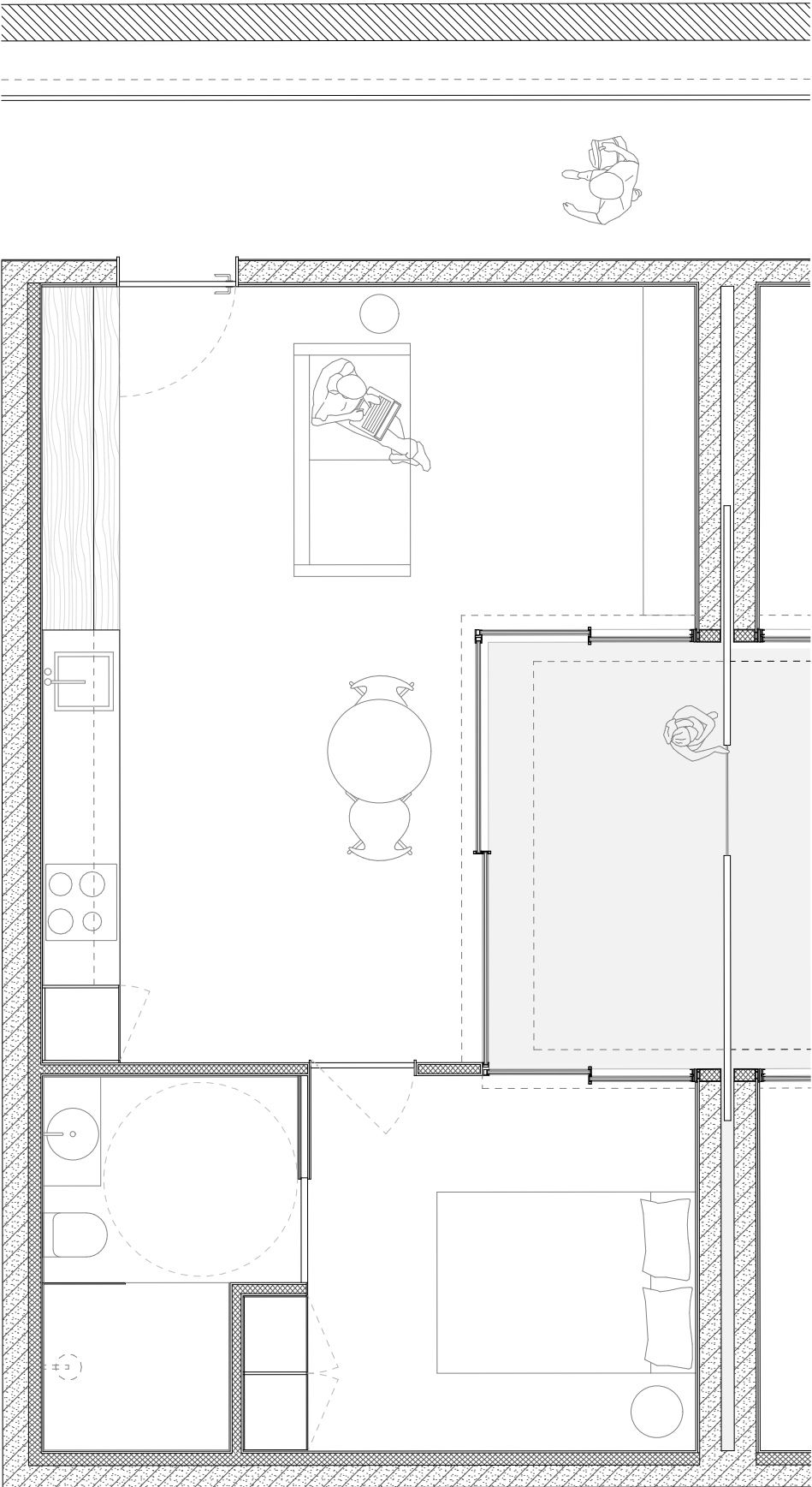
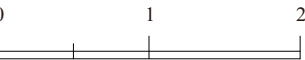


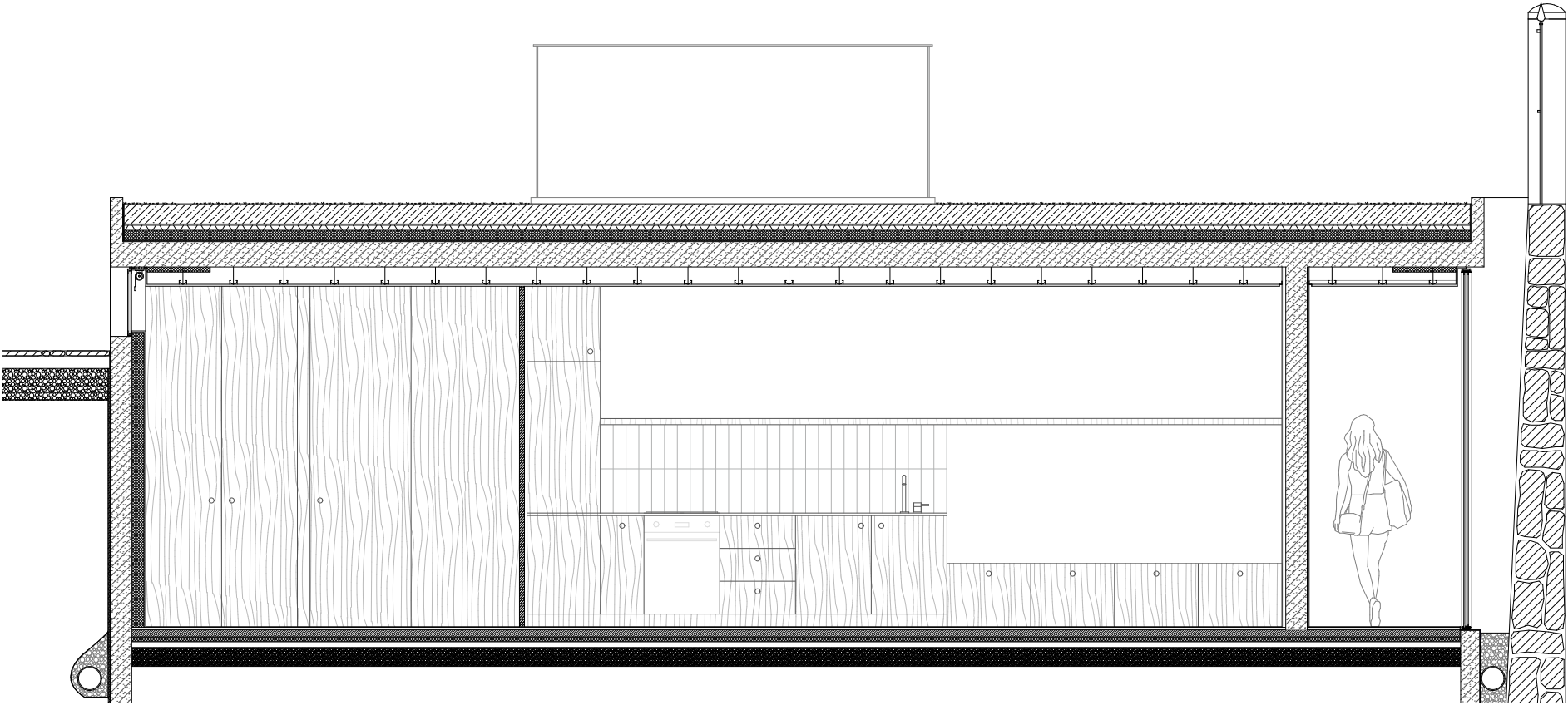


[130]

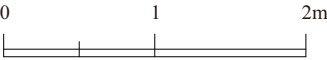
Planta Tipologia C

esc. 1:50

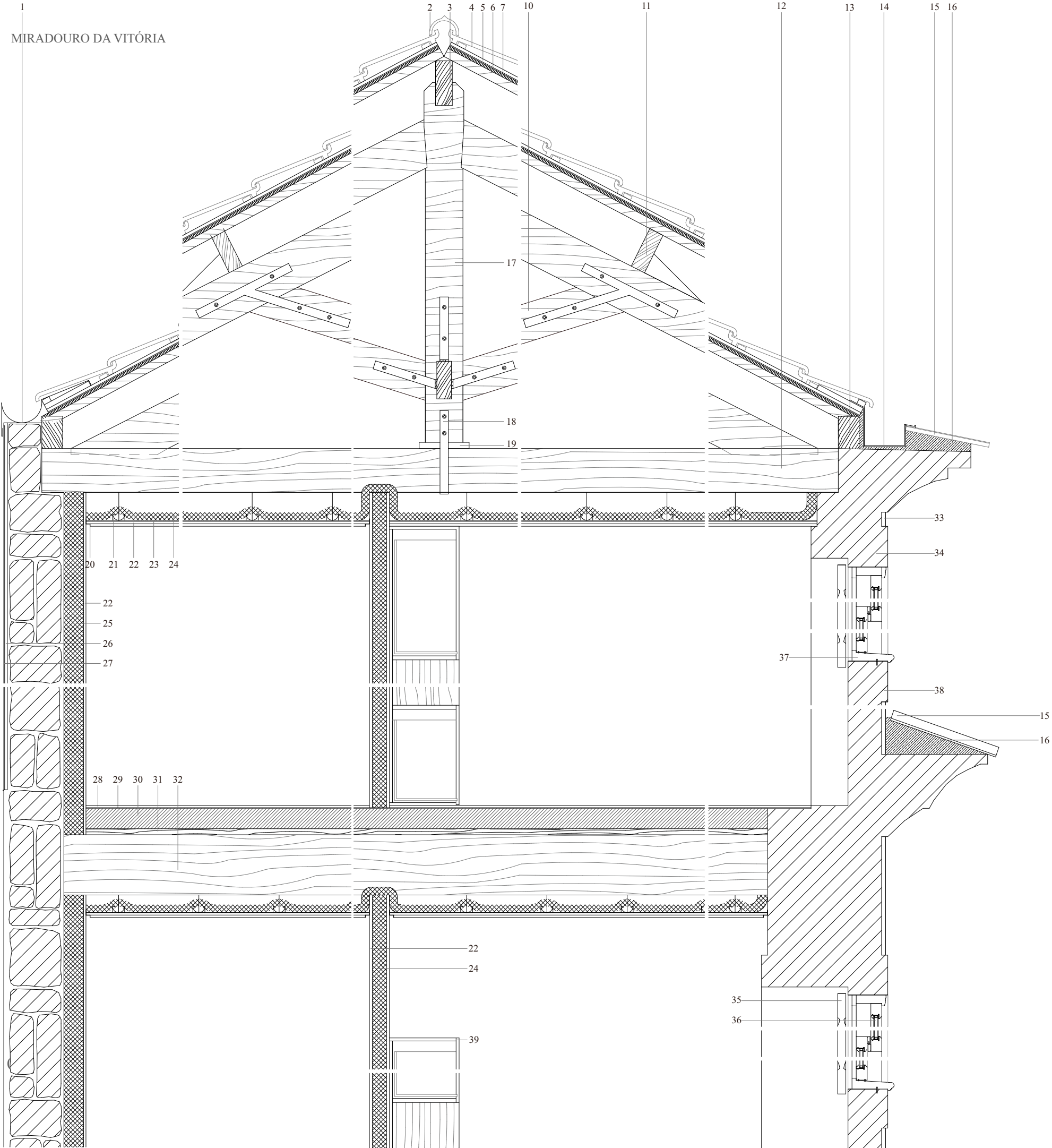




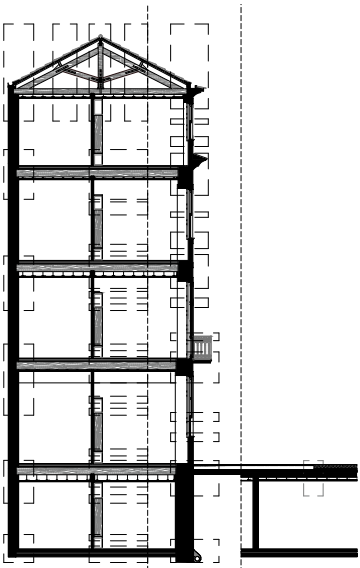
[131]
Corte Longitudinal, tipologia C
esc. 1:50



1
MIRADOURO DA VITÓRIA



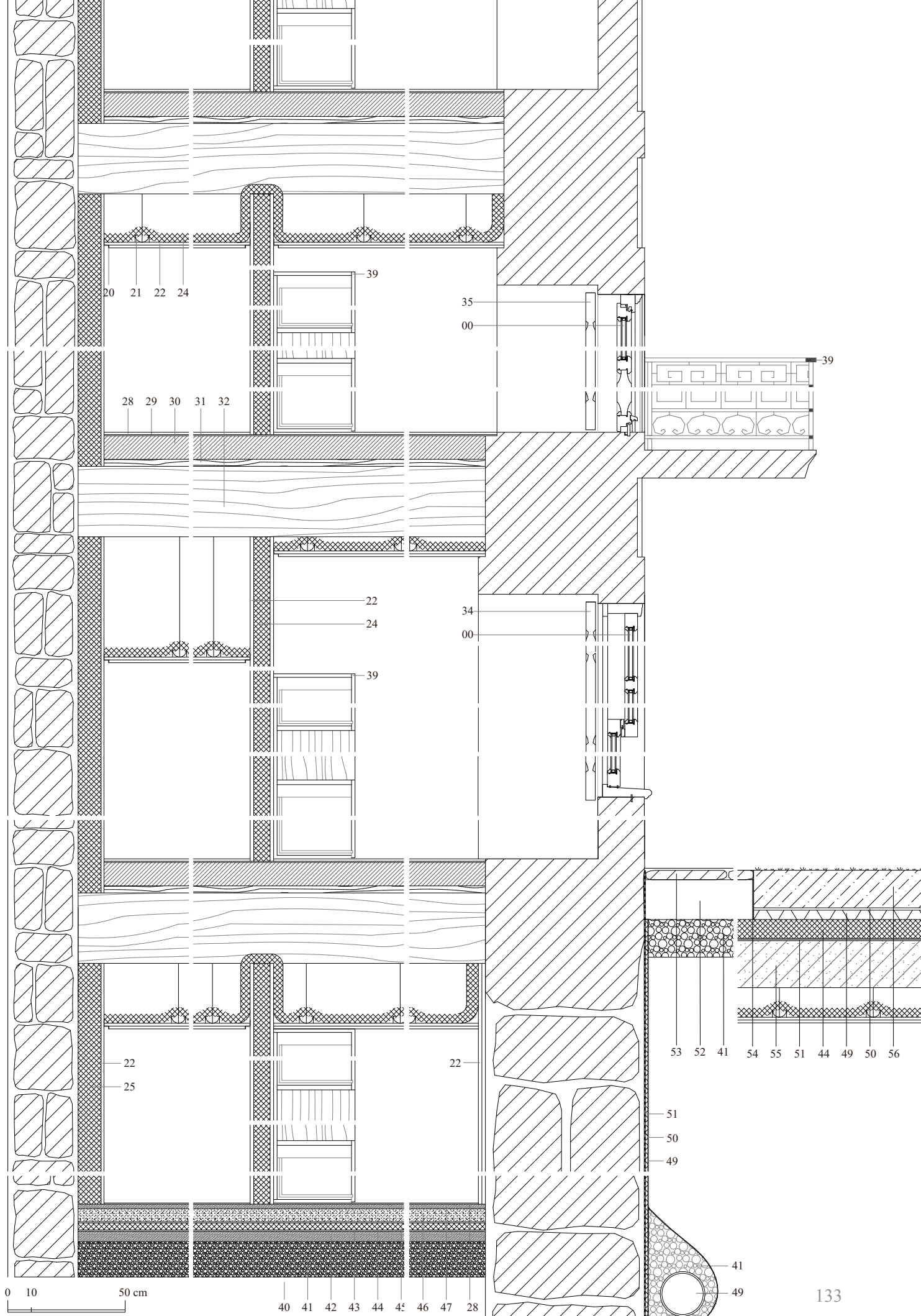
- | | |
|--------------------------------------|---|
| 1. Algeroz | 30.Argamassa de Autonivlante |
| 2. Telão | 31.Estrutura de Madeira |
| 3. Viga de cumeeira | 32.Viga de Madeira |
| 4. Telha Marselha | 33.Reboco |
| 5.Contra-ripado | 34.Lancil de padieira |
| 6.Membrana permeável ao vapor | 35.Portadas de Madeira |
| 7.Forro em madeira | 36.Caixilharia de Guilhotina de Madeira |
| 8.Barrote | 37.Tábua de peito |
| 9. Perna | 38.Lancil de peito |
| 10.Escora | 39.Armario de MDF lacado |
| 11.Madre | 40.Solo |
| 12.Linha | 41.Caixa e brita |
| 13.Contra Frechal | 42. Regularização |
| 14.Algeroz | 43.Impermeabilização |
| 15.Beirado com Telha Cerâmica | 44.Isolamento termico - polistirene extrudido |
| 16.Argamassa de acertamento da tenha | 45.Filme de Polietileno |
| 17. Pendural | 46.Betonilha armada |
| 18.Braçadeira de Aço Galvanizado | 47.Camada de brita |
| 19.Calço | 48.Dreno |
| 20.Peça de remate | 49.Manta Geotextil |
| 21.Perfil Metálico | 50.Manta Drenante |
| 22.Gesso Cartonado | 51.Telas de Impermeabilização com Tela Asfáltica |
| 23.Barreira pára-vapor | 52. Massame de Betão Armado com Rede Metálica Eletrosoldada |
| 24.Isolamento acustico - Lã Mineral | 53.Pedra |
| 25.Poliestireno Extrudido | 54.Rufo |
| 26.Impermeabilização de Asfalto | 55.Lage de betão |
| 27. Soletos de ardósia | 56. Substrato Vegetal |
| 28.Vinilico | |
| 29.Manta de Isolamento Acustico | |

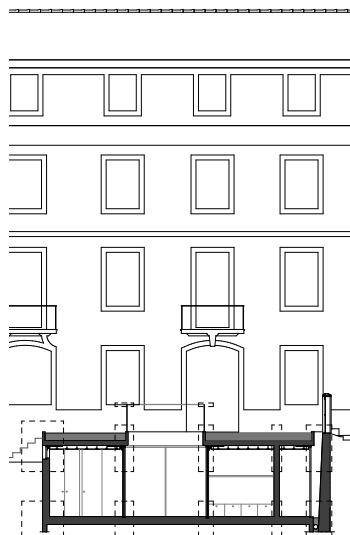


[132] [133]

Planta Corte Construtivo

esc. 1:20



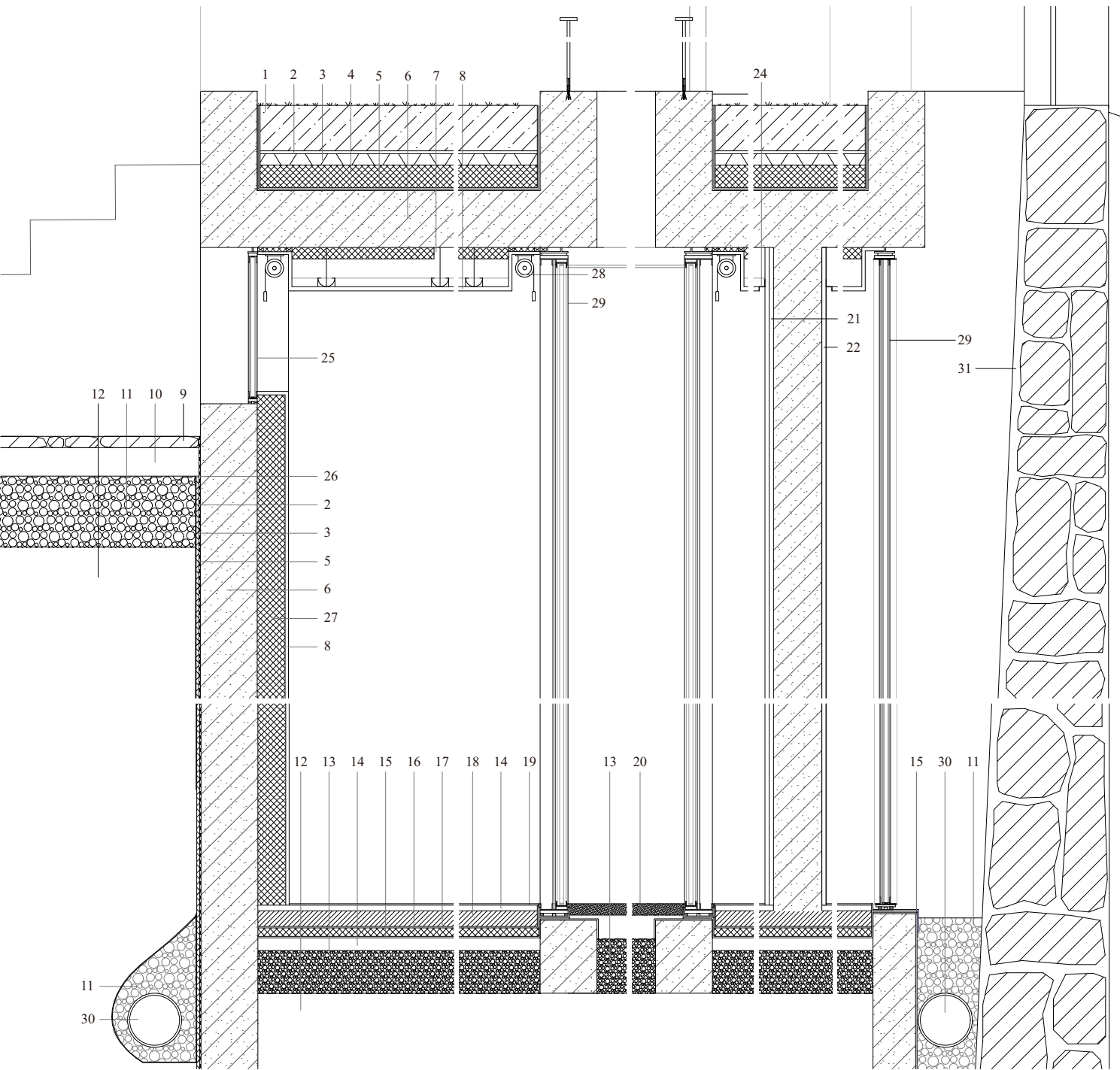


[134]

Corte Construtivo 1

esc. 1:20

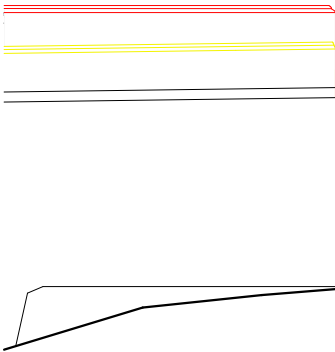
1. Substrato Vegetal
2. Manta Geotextil
3. Manta Drenante
4. Polistereno Extrudido
5. Telas de Impermeabilização com Tela Asfáltica
6. Betão Armado
7. Isolamento
8. Gesso Cartonado
9. Pedra
10. Massame de Betão Armado com Rede Metálica Eletrosoldada
11. Caixa de Brita
12. Solo
13. Camada de Brita
14. Regularização
15. Impermeabilização
16. Isolamento térmico
17. Filme de polietileno
18. Betonilha armada
19. Vinílico
20. Placas de pedra
21. Pannel Duplo de Gesso Cartonado Acustico
22. Pannel MDF Folheado
23. Calha para afixação de gesso cartonado
24. Peça de Remate
25. Caixilharia Fixa de Alumínio
26. Rufo
27. Poliestireno Extrudido
28. Blackout
29. Caixilharia de Correr de Alumínio
30. Dreno



DESENHOS VERMELHOS E AMARELOS

Legenda :

	elementos a demolir
	elementos a construir
	elementos a manter
	entranças da preexistente



0 1 2 5

[135]

Alçado Sul

esc. 1:150

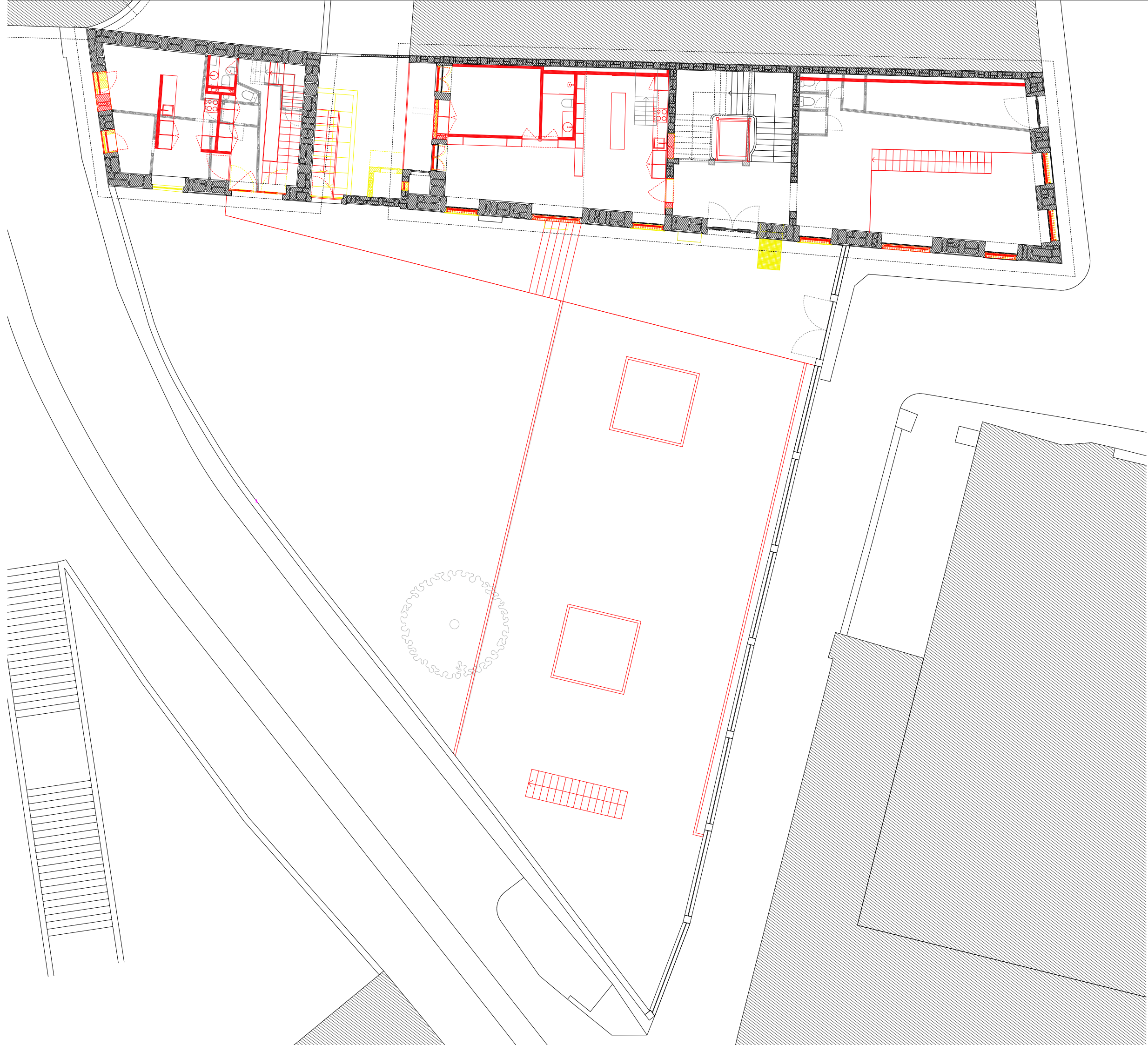


0 1 2 5

[138]

Planta Cave

esc. 1:50

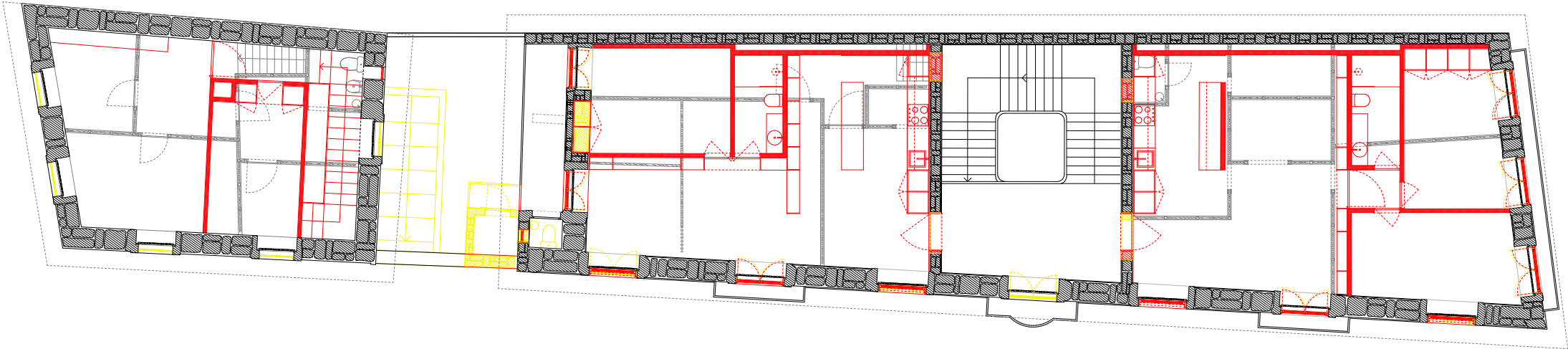


[139]

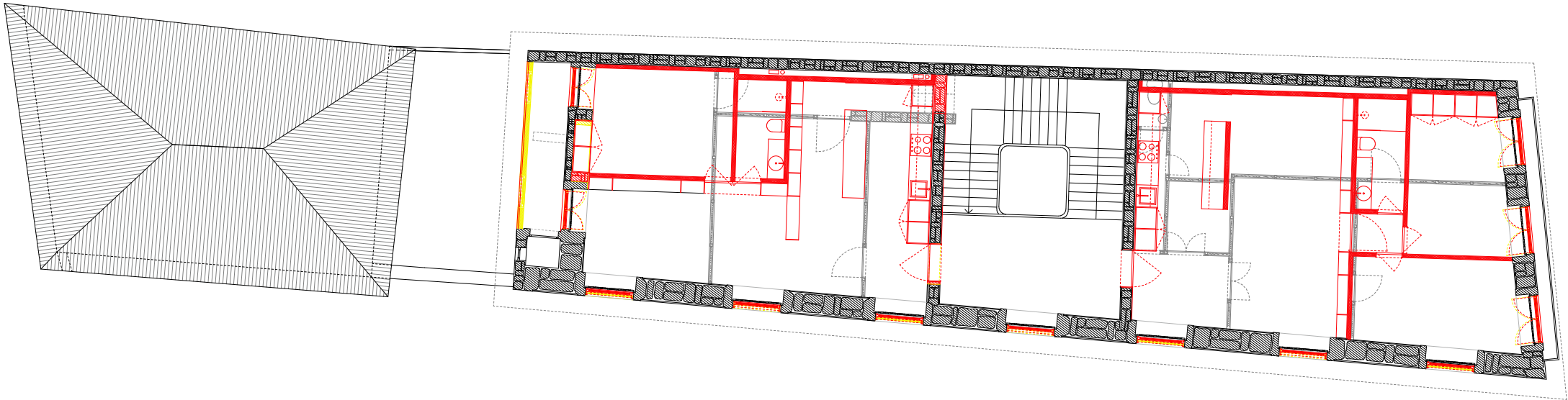
Planta do Rés do Chão

esc. 1:50

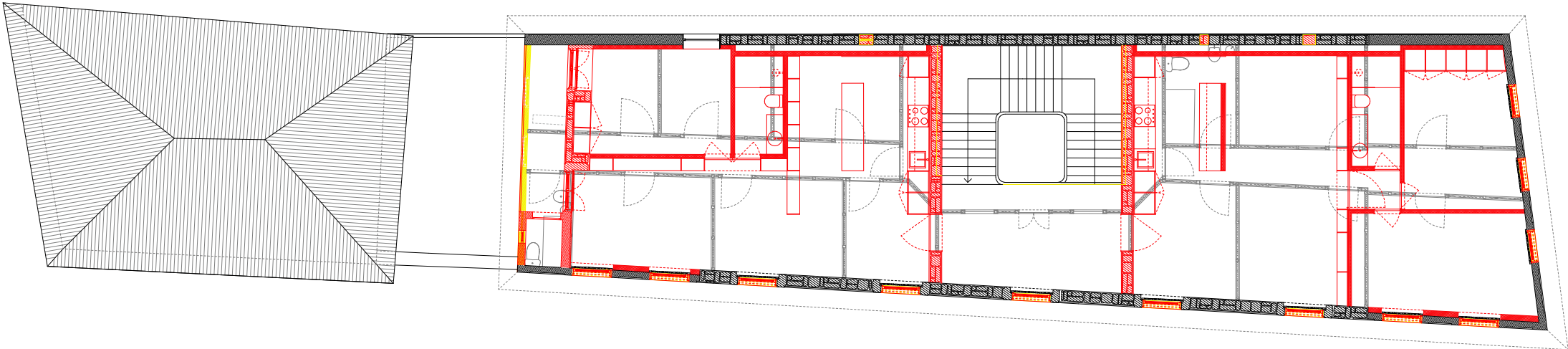
[140]
Planta Piso 3
esc. 1:150



[141]
Planta Piso 2
esc. 1:150



[142]
Planta Piso 1
esc. 1:150





[137]

Alçado Nascente

esc. 1:50

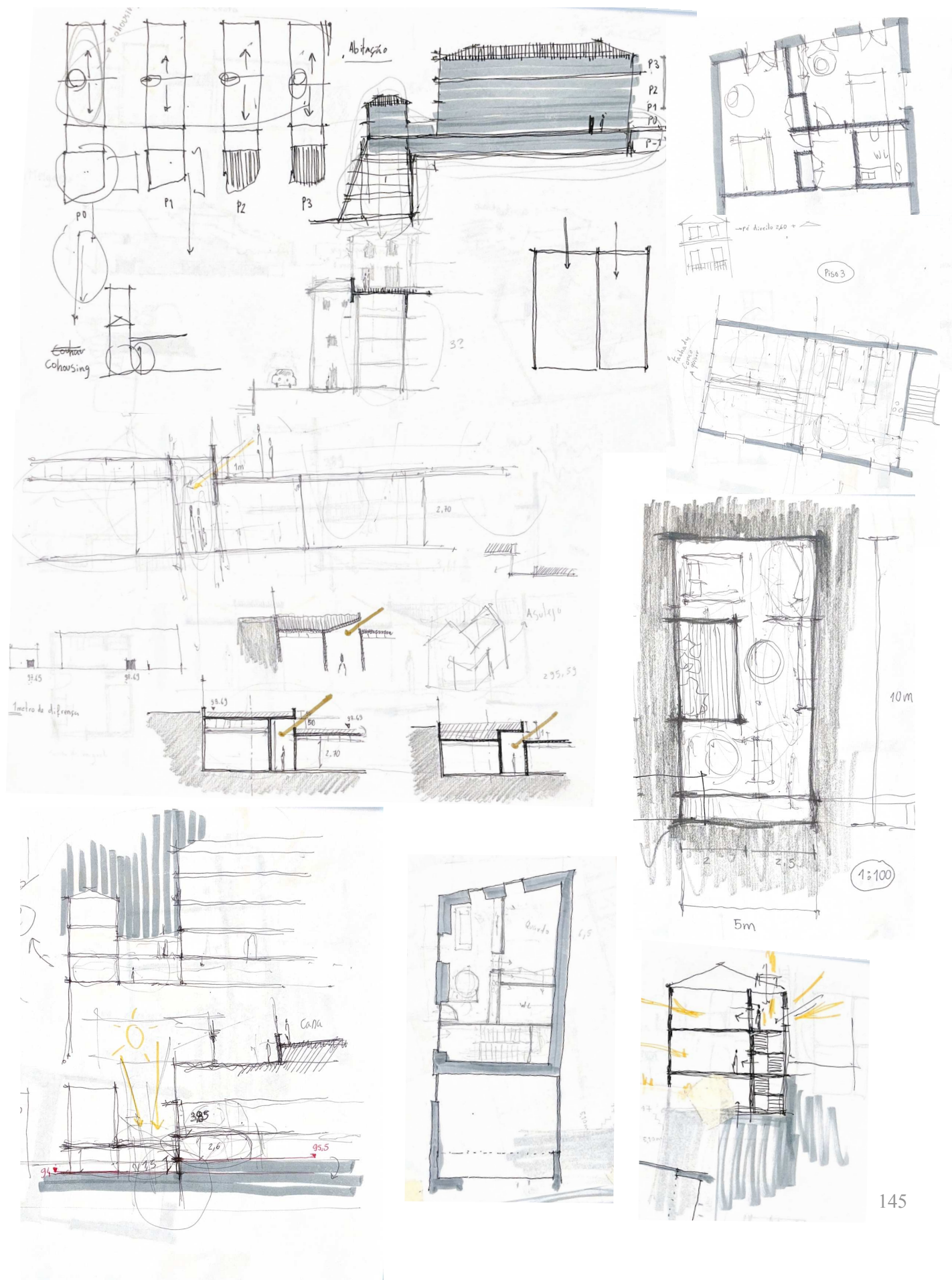


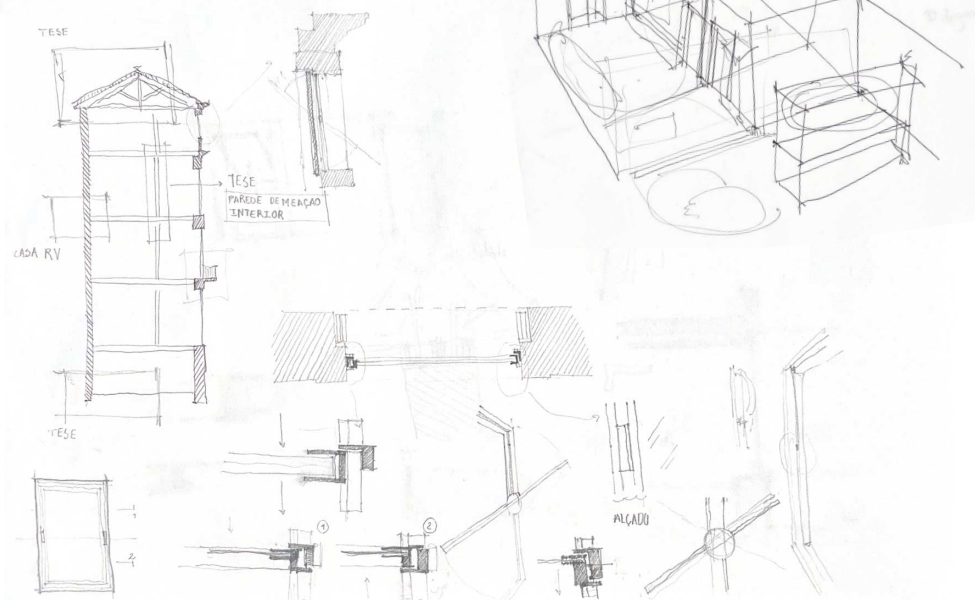
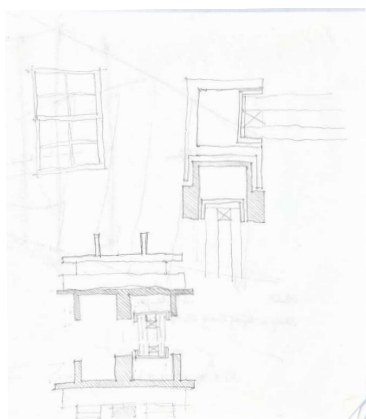
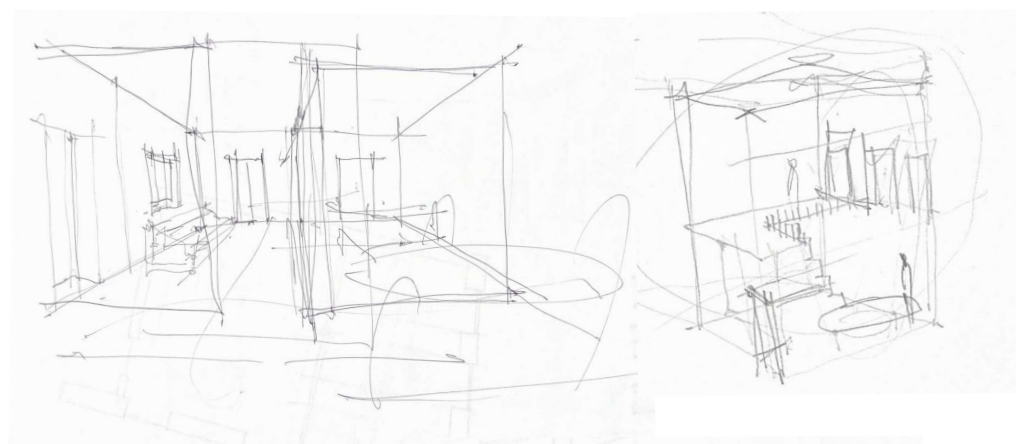
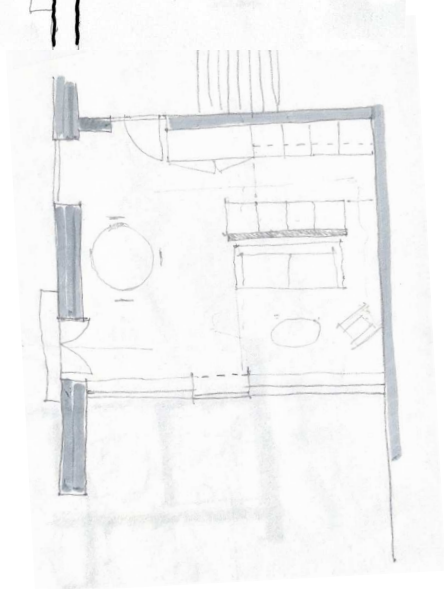
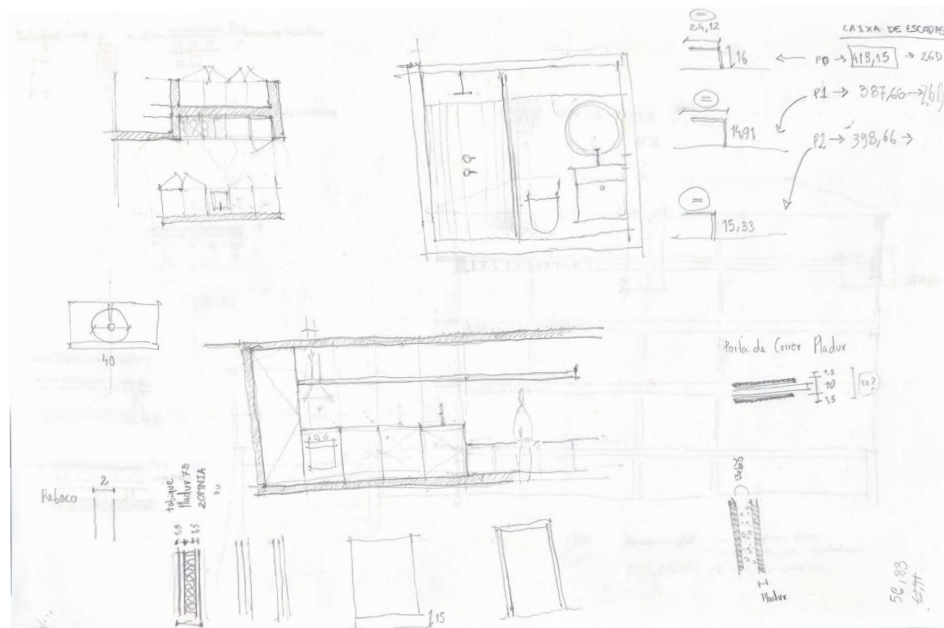
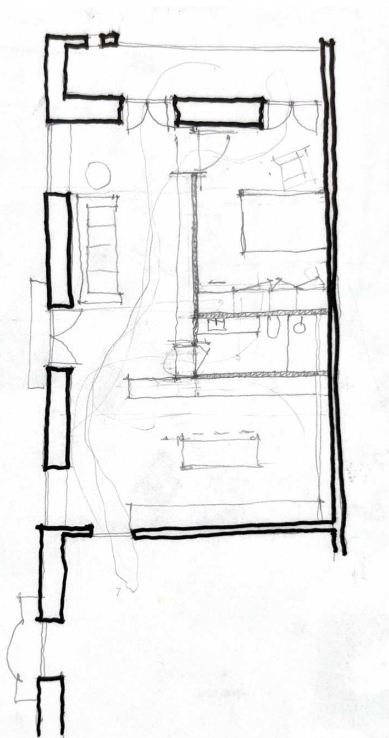
[143]

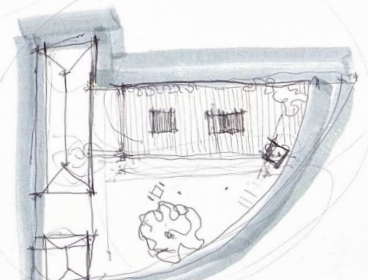
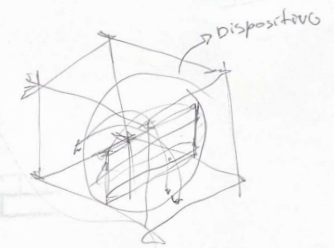
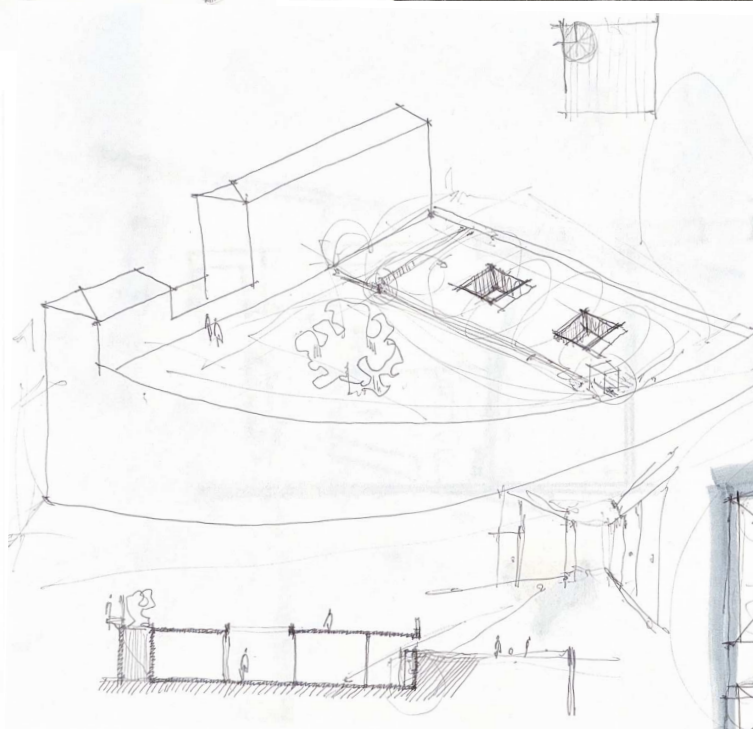
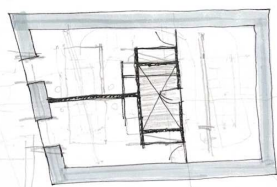
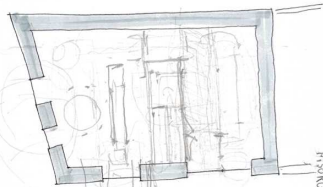
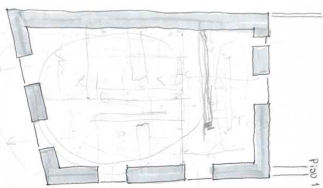
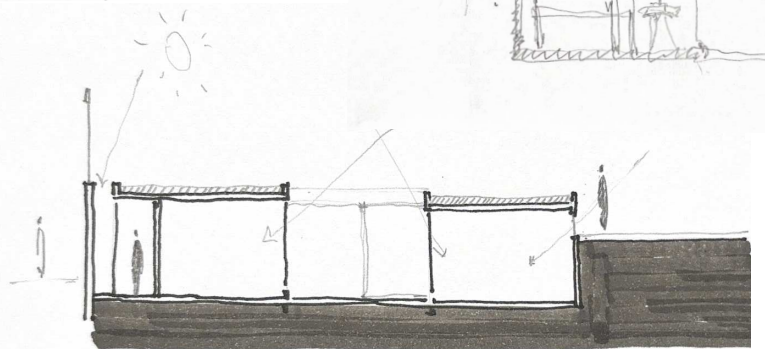
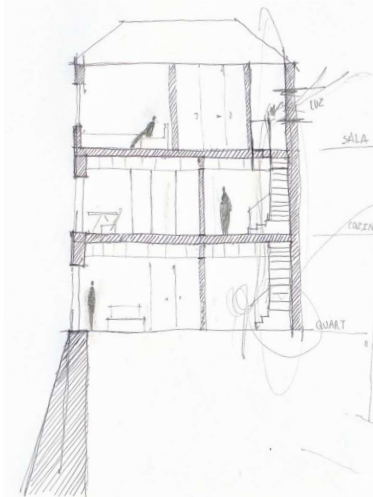
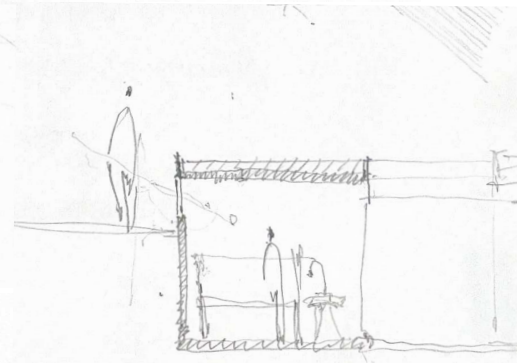
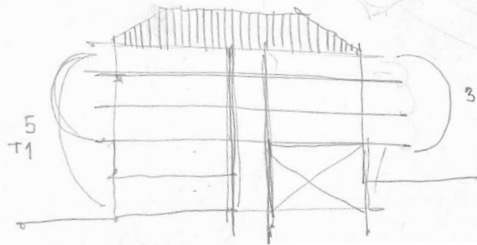
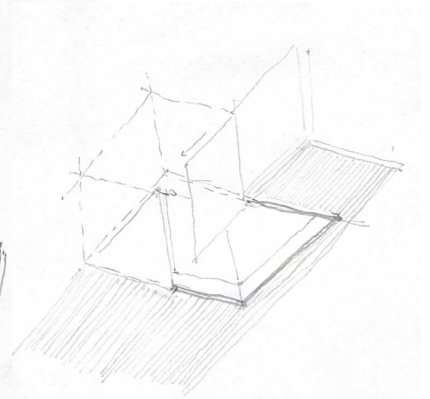
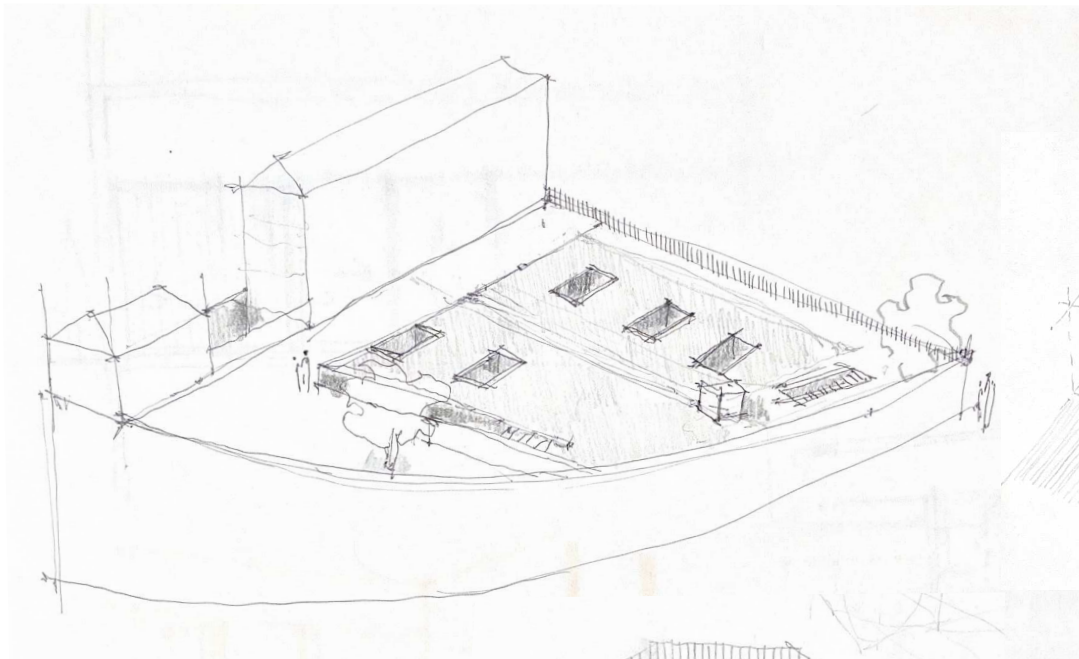
Alçado Tardoz

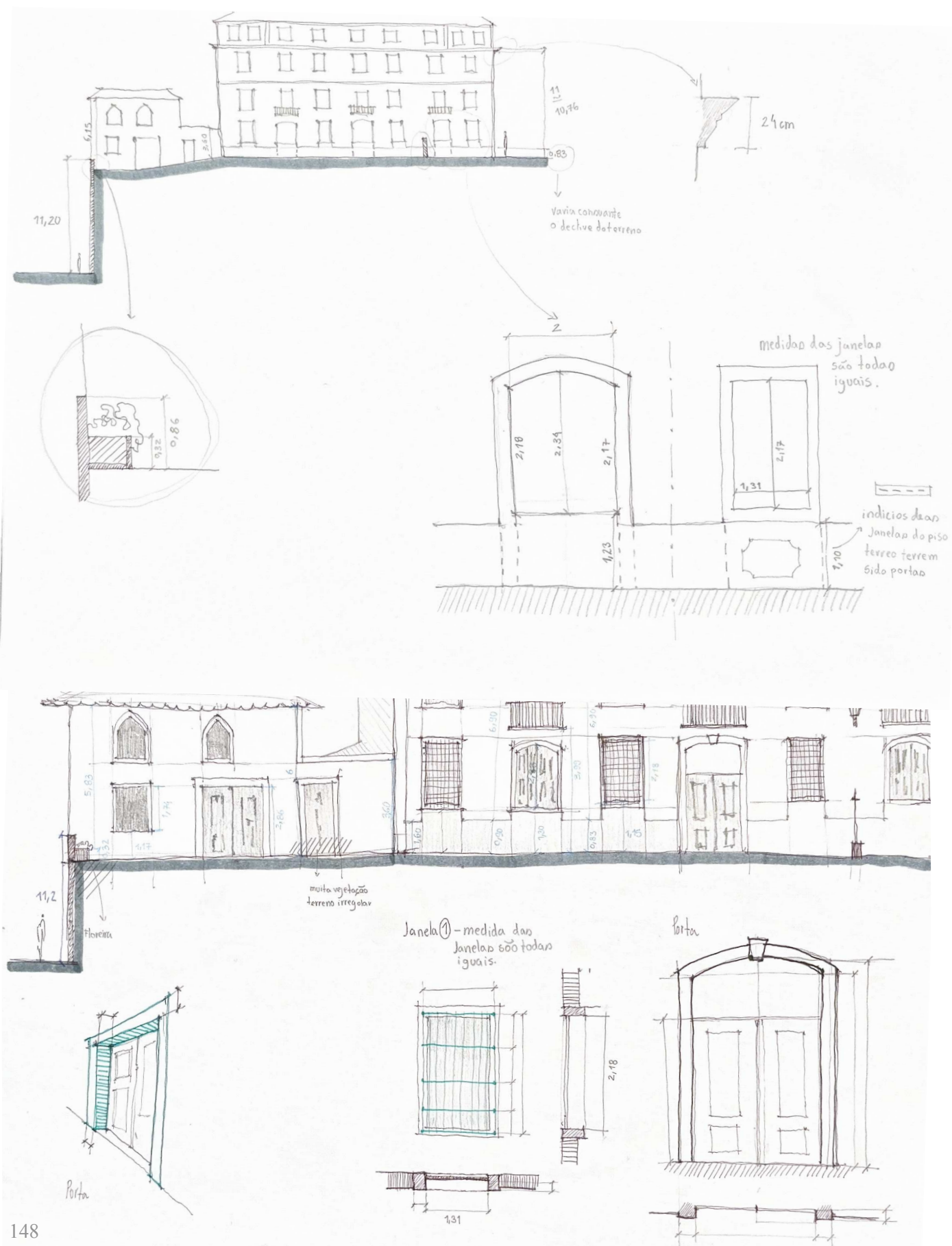
esc. 1:150

ESQUISSOS DE DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO









ANALISE E DESENVOLVIMENTO DA CASA BURGUESA

Porto Mercantilista

Séc XVII
1600 1700
?

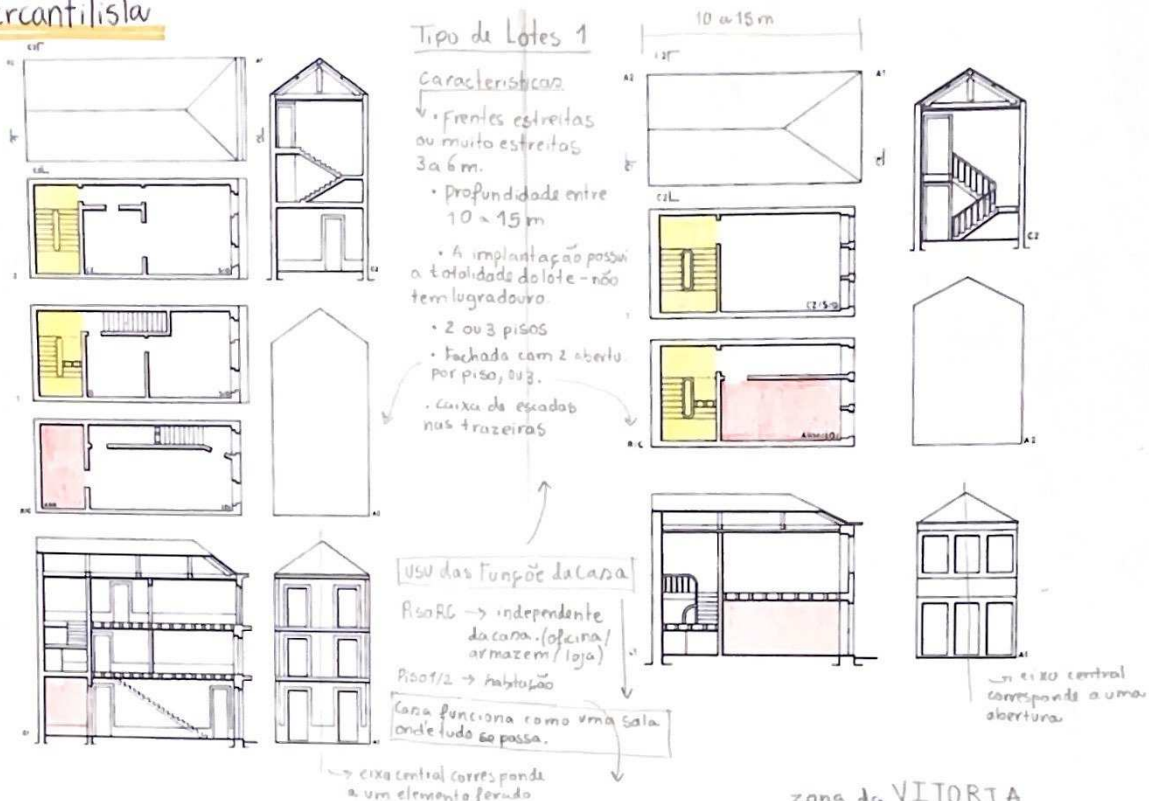


Fig. 33 Edifício de habitação de uma só frente, sem logradouro, localizado em quarteiro compacto contra a pendente, casa de escadas nas traseiras, fachada com dois vãos, piso térreo com uso misto 1º e 2º para habitação (desenho do autor, esc. 1:250)

Tipo de lotes 2

zona da VITÓRIA, nos quarteiros mais regulares

Características

- "Frentes estreitas" entre 3 a 6 m
- Profundidade entre 20 a 30 m
- Caixa de escadas central
- dispõem de logradouro
- fachada das traseiras



Fig. 39 Edifício de habitação com frente para duas ruas, localizado em quarteiro compacto, casa de escadas central, fachada com dois vãos, eventualmente com três, piso térreo com uso misto 1º e 2º para habitação. Simulação do rebaixamento do tipo de habitação representado na fig. 33

Fig. 40 Edifício de habitação com duas frentes, com logradouro, localizado em quarteiros de ocupação menos densa, casa de escadas central, distribuição de vãos idêntica aos exemplos anteriores, 16 e 3, acrescentado no final de séc. XIX, com solução para dois vãos (desenho do autor, esc. 1:250)

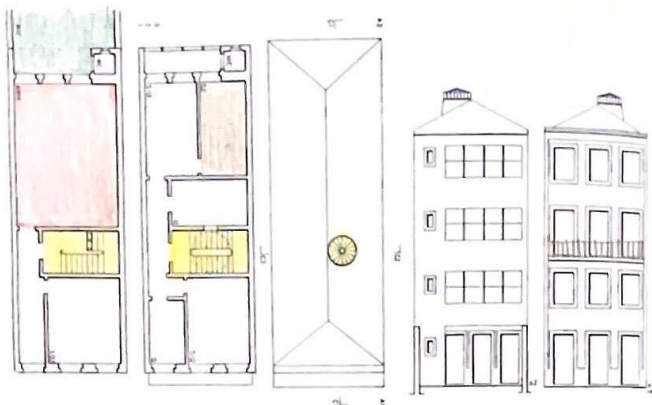


Fig. 49 Edifício de habitação com duas frentes e logradouro, localizado em quarteirão de interior amplo, caixa de escadas central com iluminação vertical, com dois ou três vãos nas fachadas; o aumento de pisos reproduz um tema dos pisos existentes; as cornijas localizam-se no último piso e nas traseiras

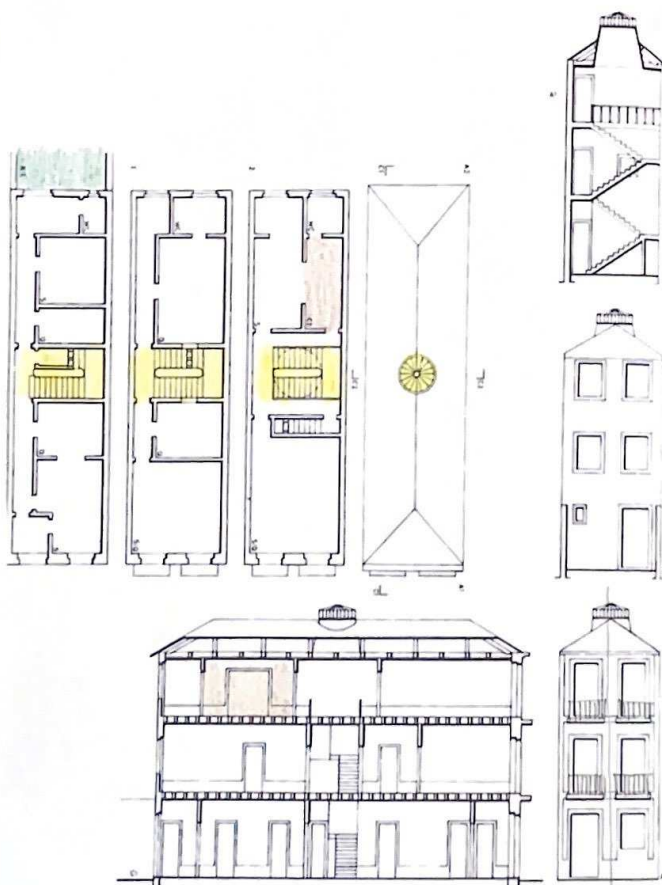


Fig. 51 Edifício de habitação tipologicamente idêntico ao anterior, aumenta a profundidade, o que permite duas alcovas, uma de cada lado da caixa de escadas (desenho do autor, esc. 1:250)

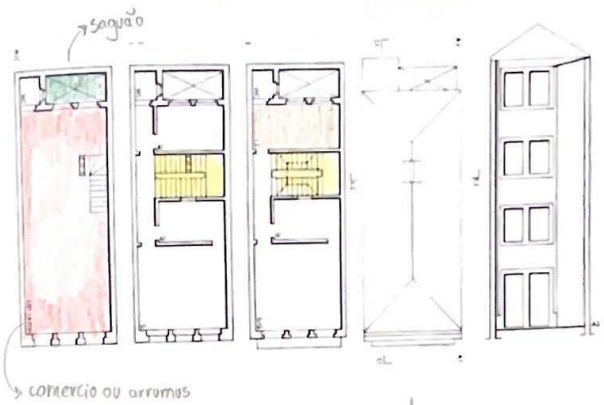
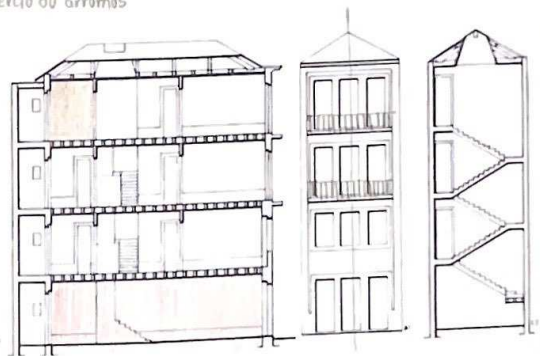


Fig. 50 Edifício de habitação idêntico ao da fig. 49, varia a relação com o logradouro que em terreno de forte pendente fica reforçado a uma espécie de saguão (desenho do autor, esc. 1:250)



Características

- mantem os mesmos princípios em relação ao lote e com a rua do tipo 2 anterior → porém → frentes ligeiramente maiores e construções mais profundas.
- Desenho de Conjunto
 - eixo de simetria
 - tratamento especial em gavetões
 - edifícios centrais do arruamento.
 - uso sistemático dos principais elementos da composição
- Frentes entre os 5 e 7m.
- Profundidade apresenta 2 subgrupos → 12m, 22m.
- Apresenta logradouro com várias dimensões.
 - saguão ou pequeno pátio, quando o lote se apresenta em terreno acidentado.

- duas frentes.
- Caixa de escadas central → com claraboia
- maior número de pisos → 3/4/5 pisos.

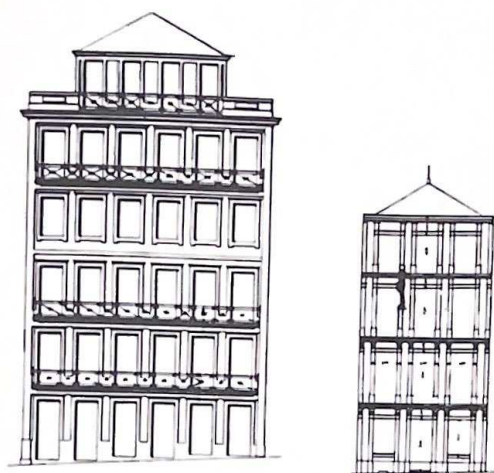
USO DA CASA

- Piso térreo com entrada independente e destinado a comércio/ oficina/armazém/ arrumos.
- Cozinha no último piso.
- Varandas/sacadas/associação de cantarias.
- hierarquização do dimensionamento das janelas.
- Varandas corridas de uma parede de meação a outra.
 - a ltras dos vãos superiores
 - número vãos é quase sempre 3.

Habitação unifamiliar

Porto Iluminista

XVIII → segunda metade
 XIX → primeira metade
 1750 → 1850 ?



Porto Liberal XIX → segunda metade

1º Grupo - Continuidade com a tipologia polifuncional Almadina

Características

- todas as características da época anterior.
 - rudimentares instalações sanitárias nas traceiras.
 - aumento do pé-direito.
 - aumento da área de arrecadação e armazéns.
 - lugradouros → organizados como jardins e ortas.
- ↳ solução de centro urbano → continuar o preenchimento dos arruamentos da época anterior.

Fig. 60 Edifícios de habitação e comércio de Oitocentos que continuam a tipologia almadina

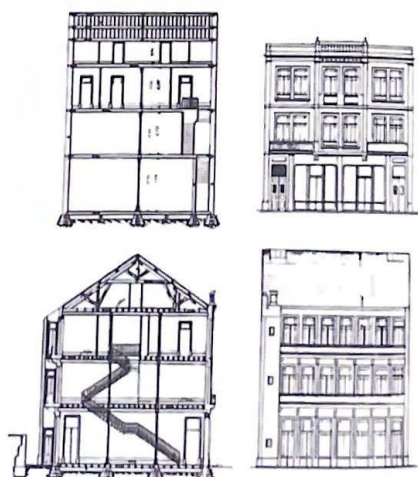
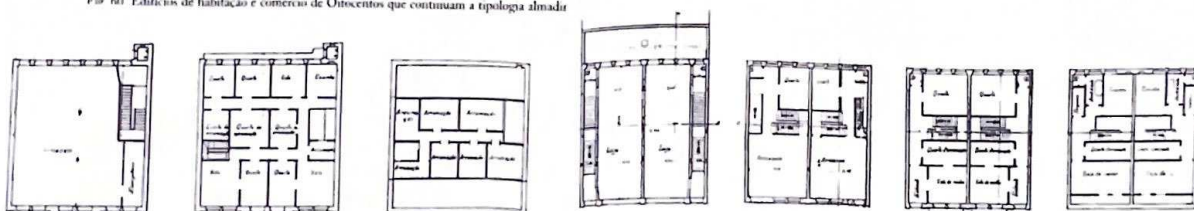


Fig. 61 Edifício de habitação e comércio; verifica-se a associação lateral de dois lotes e uma solução especial para os escos verticais (1906, Livro "Plantas de casas" n.º 188)

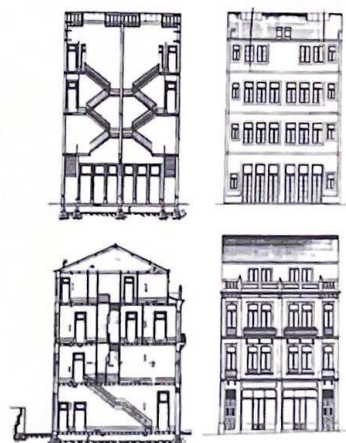
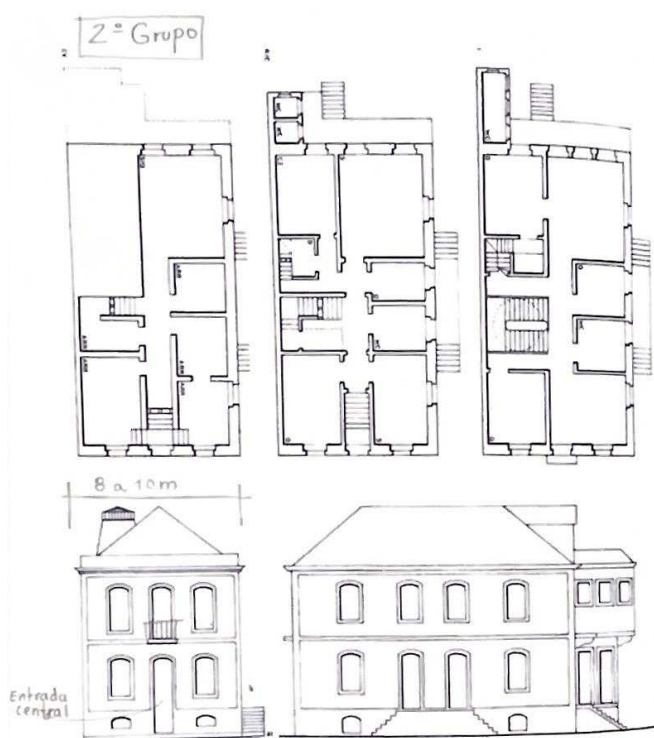


Fig. 62 Edifícios de habitação e comércio, geminados e simétricos; a frente do lote é a dominante, pelo que a localização central da casa de escadas em relação aos pisos da habitação garante a organização tradicional, variante da fig. 61 (1906, Livro "Plantas de casas" n.º 188)



TIPO RARO

Fig. 77 Variante com três frentes e acesso lateral e directo ao arruamento, ao logradouro, à garagem. A racionalização ou a funcionalidade da edificação em relação ao espaço público resolve-se, na nova tradição urbana, à custa do investimento individualista. Não há projecto global e sistémico para arruamentos de serviço (desenho do autor, esc. 1:250) (ver fig. 78)

— não pela matriz da organização mas pela sua relação com o lote

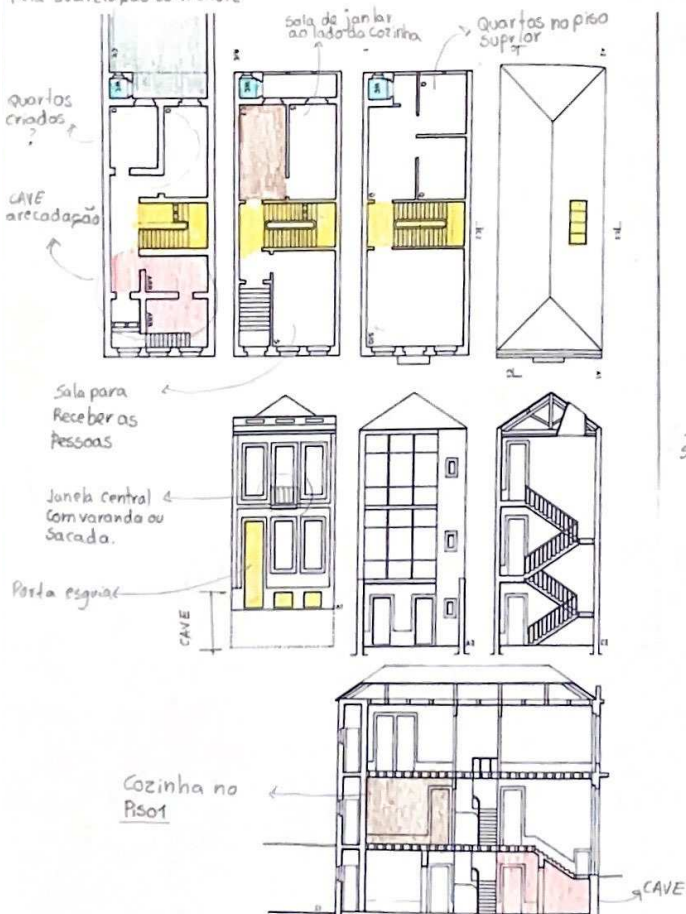


Fig. 73 A mesma tipologia com variação de profundidade, tal como acontece com a tipologia almadina (desenho do autor, esc. 1:250)

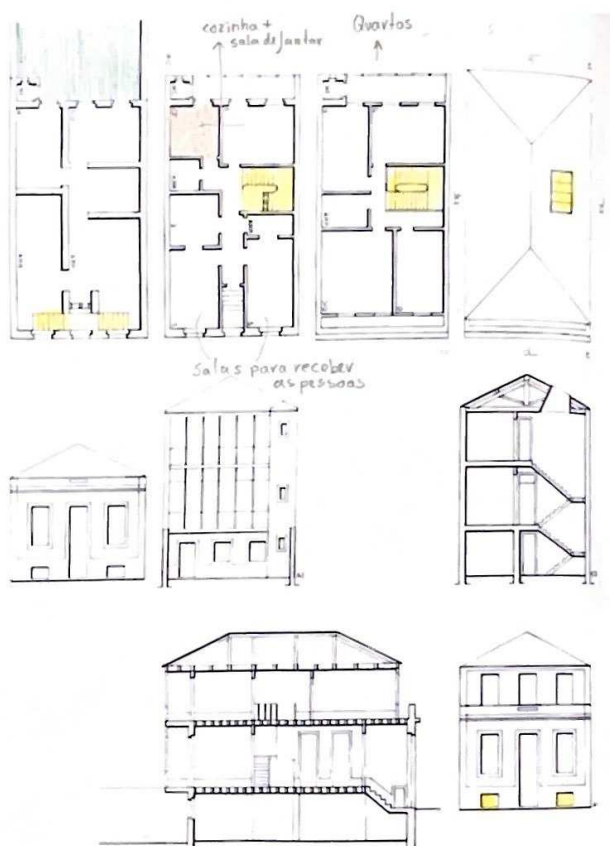


Fig. 75 Variante da tipologia com porta central, verifica-se que a localização da casa de escadas não se modifica. Esta localização permanece no centro da construção desde fins do séc. XVII

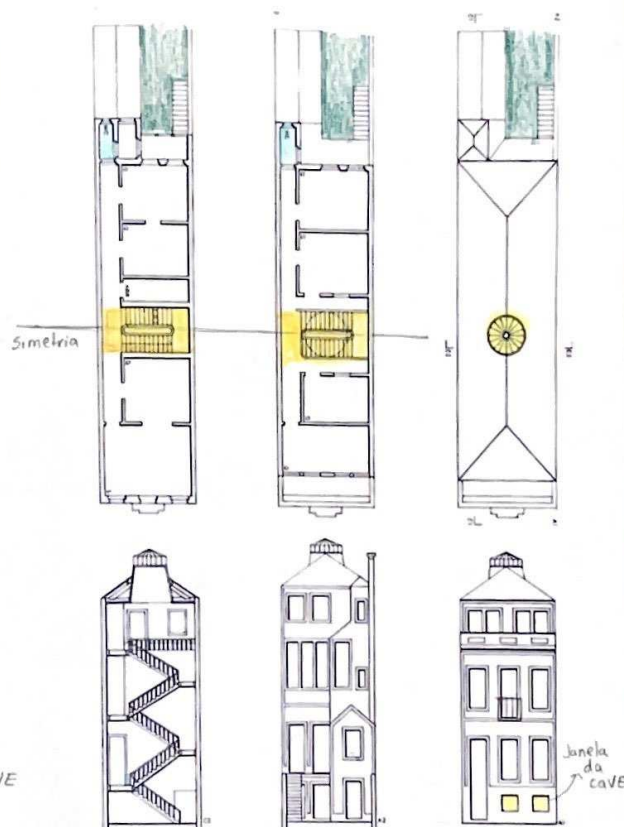
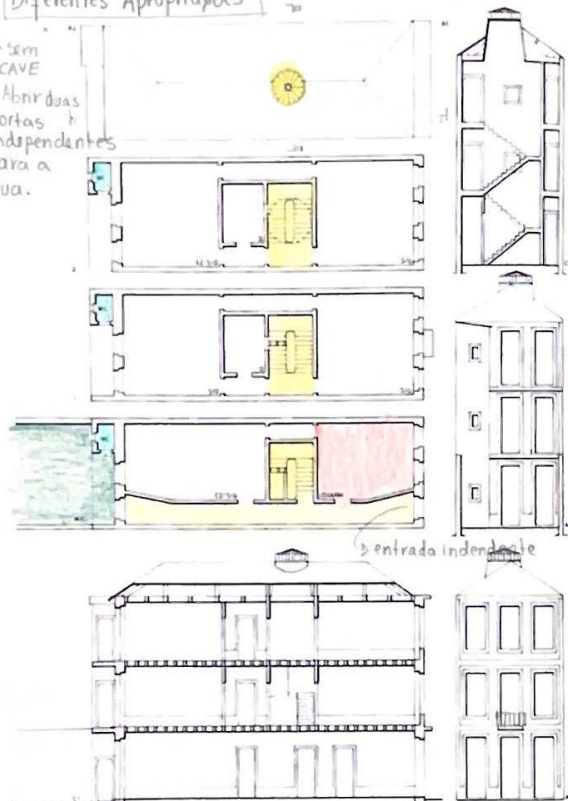


Fig. 70 Tipo de habitação unifamiliar, monofuncional, com rei-de-chão sobrelevado e cave iluminada, programa de habitação extenso, simétrico com a habitação grega. Interpretação de modelos de 1890 no Porto (desenho do autor, esc. 1:250) (ver fig. 71)

Diferentes Apropriações

- sem CAVE
- Abertura de portas independentes para a Rua.



→ 3 portas: edifício unifamiliar, com comércio no R/C e possível "ilha" no logradouro.

Fig. 84 Exemplo da tipologia da fig. 83, com possibilidade de funcionar com uma loja e uma pequena

de autor, esc. 1:250

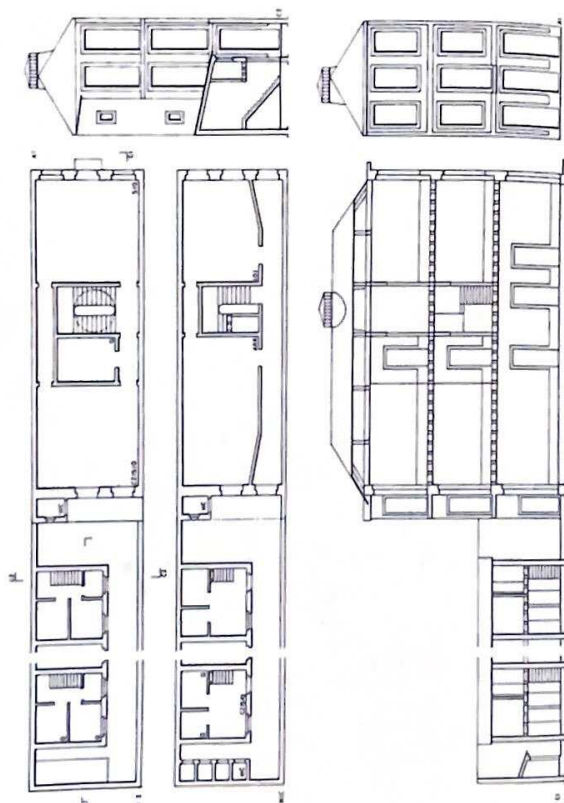
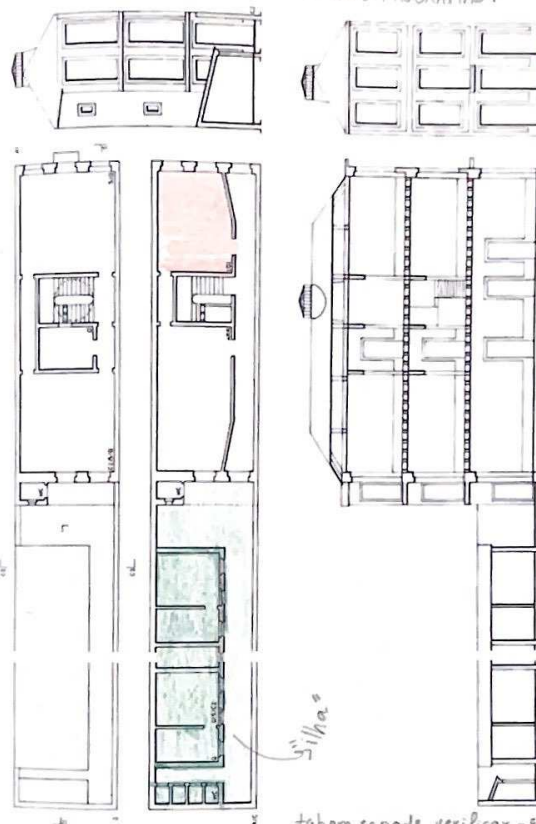


Fig. 86 Exemplo da tipologia da fig. 83 com o logradouro ocupado por uma "ilha" de dois pisos (desenho do autor, esc. 1:250)

→ variações tipológicas que estabelecem condições completamente distintas. ADAPTAÇÃO destas construções a NOVOS PROGRAMAS:



também se pode verificar a transformação ou pequena fábrica

Fig. 85 Exemplo da tipologia da fig. 83 com o logradouro ocupado por uma "ilha" de piso térreo (desenho do autor, esc. 1:250)

2º Grupo - casa burguesa monofuncional

Características

- função única de habitar-unifamiliares.
- de 2/3 ou 4 pisos.
- lote de superfície plana de implantação.
- Fentes de 6 m e nunca inferiores a 5,5 m.
- Profundidade entre 15 e 20 m.
- Existência de CAVE Sobreelevada com aberturas para a rua. → implementados programa exclusivos da habitação → Zona de serviço/armazem. CAVE Semicerrada
- Rés-do-chão semi-elevado.
- Caixa de escadas central.
- Iluminada por uma claraboia.
- Porta de entrada junto a parede de meação e poucas com entrada central.
- entrada através de escadas para vencer o piso da cave
- normalmente com a existência de escadas de serviço que articula todos os pisos.
- pisos organizados de forma simétrica em relação às escadas.
- Casa de banho na varanda.
- Cozinha → desce para o primeiro piso, nas traseiras

→ o fim de um ciclo de tipologia de habitação

MATRIAS → introdução do gulejo como revestimento.

→ porta da entrada esguia e alta.

→ 3 vãos de base na fachada. → janela central com varanda ou sacada.

Porto Liberal

localizados

- Centro muralhado
- Foz do Douro
- Campanhã

Outro tipo

o Palacete

- 4 frentes
- lotes mais amplos
- implantava na frente de rua





[148] Fotografia aérea da área metropolitana da Cidade do Porto. IR. fevereiro.2025.

fontes e referências

bibliografia

FERNANDES, Francisco Barata - *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade*. Porto: FAUP Publicações, 1999.

FERRÃO, Bernardo José, TÁVORA, Fernando. - *Projecto e Transformação Urbana do Porto na Épca dos Almadás; 1758/1813*. Porto: FAUP Publicações, 1997.

LAPUERTA, José Maria, ESPEL, Carmen, CÁNOVAS, Andrés - *HOUSE-TAG Vivienda Colectiva en Europa/European Collective Housing 2000-2021*. Madrid: TC Cuadernos, 2021.

MOTA, N. - *A Arquitectura do Quotidiano, Público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX*. Editora : Edarq, 2010.

SIZA, Álvaro. — *01Textos*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2019.

TÁVORA, Fernando. — *Da Organização do Espaço*. (9a edição). Porto: FAUP publicações, 2015.

VALENTIM, N. , ALARCÃO, P. - *Projecto e património arquitectónico, contexto arqueológico, edificado espaço público*. Porto: CEAPA / FAUP, 2023.

VESTBRO, Dick Urban — *Living together: Cohousing ideas and realities around the world*. Estocolmo: Division of urban and Regional Studies, KTH, e Kollektivhus NU, 2010.

artigos

BARRATTA, Adolfo, FINUCCI, Fabrizio, GABRIELE, Stefano, METTA, Annalisa, MONTUORI, Luca, PALMIERI, Valerio – *Cohousing. Problemi e progetti per la riqualificazione del patrimonio esistente*. Pisa: Edizioni ETS, 2014.

CECILIA, Fernando Márquez & LEVENE, Richard - “IBAVI 2019-2023, una investigación coletiva”, *El Croquis*, (219), 2013.

DERIU, Fiorenza, BECCUB, Giovanni — “Giovani e «secondo welfare». Il social cohousing, una risposta innovativa alle incertezze presenti e future”. *Innovare il welfare, Percorsi di trasformazione in Italia e in Europa*, Milão: Espanet Conference, 2011.

ELEB, Monique e BENDIMÉRAD, Sabri – “Ensemble mais séparément, les lieux de la cohabitation”. *Leroy Merlin Source*, No. 14, Paris : Leroy Merlin, 2015.

GLASS, P. Anne — *Lessons Learned From a New Elder Cohousing Community*, Universidade de Georgia, 2013.

LIETAERT, Matthieu — *Cohousing e condomini solidali*. Florença: Aam Terra Nuova, 2007.

MARCUS, Cooper, DOVEY, K. — *Cohousingan option for the 1990s*. In *Progressive Architecture*, 1991.

MOTA, Nelson- “At Home com a Burguesia do Porto. Fronteiras entre o Público e o Privado”, in *Família, Espaço e Património*, Carlota Santos, Porto: CITCEM, 2011, pp.519-545.

MOURA, Eduardo Souto de - *Santa Maria do Bouro: construir uma pousada com as pedras de um mosteiro*. Lisboa: White & Blue, 2004.

MAZA, Ricardo Merí de la & PERALTA, Álvaro Olivares - *Preexistencias y Ruinas en la obra de Eduardo Souto de Moura*, *TC Cuadernos*, (138-139), 2018, pp. 8-13.

RAMOS, Rui - “Nelson Mota, A Arquitectura do Quotidiano. Público e Privado no Espaço Doméstico da Burguesia Portuense no Final do Século XIX”, *Jornal dos Arquitetos, ser independente*, nº240, 2010, pp.124-125.

ROLDÁN, José, BERENGUÉ, Mercè- “Fabra y Coats, patrimonio industrial mas vivienda social en Barcelona”, *Conarquitectura*, nº 74, abril 2020, pp. 89-98.

WANG, Wilfried - *Tavora, Siza, Souto-Moura. Una identidad no lineal*, *Arquitectura* (261), 1986.

WILLIAMS, J. — *Predicting an American future for cohousing*. In *Futures*, 2008.

KROKFORS, Karin – “Co-Housing in the Making”, *Built environment*, vol. 38, nº 2. Reino Unido: Alexandrine press. 2012, pp.309-314.

trabalhos académicos

TEIXEIRA, Joaquim José Lopes - *Descrição do Sistema Construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX*. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica (...) Porto: FAUP, 2004.

VITORINO, Marta - *Cohousing: estratégias de desenho e escalas do habitar em comum*, Dissertação de mestrado, Porto: FAUP, 2017.

documentos técnicos

Arquivo Municipal do Porto, G-8/2007-864 - *Relatório de avaliação dos prédios, sito à rua de S.Bento da Vitória nos 1/1A e nos 5/17, e do terreno de logradouro, que lhes é fronteiro*, 1992, pp.1-7.

Camara Municipal do Porto - *Processo de Obra, para o número 12 da Rua de São Bento da Vitória e os números 1, 3 e 5 da Rua de São Miguel*, 2017, pp.1-160.

webgrafia

Correia/Ragazzi Architectos. (Consultado a 2025, 19 de março). *Edifício Forrester: Reabilitar o Séc. XIX*. Reflexão escrita no âmbito da Conferência na Università Roma Tre, 2024. <https://www.correiaragazzi.com/edificioforresterporto>.

índice de imagens

- [CAPA] Vista do Miradouro da Rua das Aldas. IR.agosto.2025. (pp.02-03)
- [01] Vista a partir de Vila Nova de Gaia. IR.junho.2025. (pp.10-11)
- [02] Vista do Cais de Gaia. IR.junho.2025. (pp.16-17)
- [03] Fases de desenvolvimento da Cidade do Porto.FERNANDES, F. B. - *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade*. Porto: FAUP Publicações, 1999, p.84 (p.19).
- [04] Esquisto de processo, edifícios de uma só frente do Porto *Mercantilist*. Fragmentos do *caderno de processo*. IR.fevereiro.2025. (p.19).
- [05] FERNANDES, op. cit. p.134 (p.21).
- [06] FERNANDES, op. cit. p.132 (p.21).
- [07] Esquisto de processo, edifícios de duas frentes do Porto *Mercantilist*. Fragmentos do *caderno de processo*. IR.fevereiro.2025. (p.22).
- [08] FERNANDES, op. cit. p.138 (p.22).
- [09] FERNANDES, op. cit. p.139 (p.22).
- [10] Gravura da cidade do Porto, vista de Vila Nova.pintura de Pier Maria Baldi.1669.Em depósito no arquivo da CM. <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of->
- [11] Representação da Cidade do Porto vista de Vila Nova. final da do século XVIII.Manuel Marques de Aguillar.1791. <https://mnsr.museusemonumentospt.pt/categoria-de-colecao/gravura/> .janeiro.2025.(p.25).
- [12] Esquisto de processo, edifícios de duas frentes do Porto *Iluminista*.Fragmen-
tos do *caderno de processo*. IR.fevereiro.2025. (p.26)
- [13] FERNANDES, op. cit. p.158 (p.27).
- [14] FERNANDES, op. cit. p.157 (p.27).
- [15] Representação da Cidade do Porto.1850.Em depósito no arquivo da CM. gravura de Isidore-Laurent.<https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/428382/?q=Isidore-Laurent> .janeiro.2025.(p.28).
- [16] FERNANDES, op. cit. p.183 (p.29).
- [17] Esquisto de processo, edifícios de duas frentes do Porto liberal.Fragmen-
tos do *caderno de processo*. IR.fevereiro.2025. (p.30)
- [18] FERNANDES, op. cit. p.193 (p.31).
- [19] FERNANDES, op. cit. p.198 (p.31).
- [20] Gravura da Cidade do Porto, vista da bateria da Vitória.1884.Em depósito no Arquivo Histórico Municipal do Porto. <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/573602/?q=Ilustração+Universal> .novembro.2024. (p.32).

- [21] FERNANDES, op. cit. p.200 (p.33).
- [22] FERNANDES, op. cit. p.210 (p.34).
- [23] Vista da Rua de são Miguel. IR.agosto.2025. (p.36)
- [24] Planta topográfica da cidade do Porto.autoria do arquitecto Joaquim da Costa Lima.1839.Em depósito no Arquivo Histórico Municipal do Porto. <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/315549/?q=Joaquim+da+Costa+Lima+1839> .outubro.2024.(p.38).
- [25] Planta do projeto de alinhamento da Rua da Vitória.1851.Em depósito no Arquivo Histórico Municipal do Porto. <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/335656/?q=Joaquim+da+Costa+Lima+Júnior+vitoria> .setembro.2024.(p.38).
- [26]Planta topográfica da cidade do Porto das quadriculas 259 e 238.sob a direção de Augusto Gerardo Teles.Ferreira.188?-1892.Em depósito no Arquivo Histórico Municipal do Porto.<https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/519581/?q=Augusto+Gerardo+Teles> e <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/519539/?q=Augusto+Gerardo+Teles> .outubro.2024.(p.38).
- [27] Esquisso interpretativo do objecto de intervenção.Fragmentos do *caderno de processo*. IR.fevereiro.2025. (p.39).
- [28] Esquisso interpretativo do objecto de intervenção.Fragmentos do *caderno de processo*. IR.fevereiro.2025. (p.39).
- [29] Esquisso interpretativo do objecto de intervenção.Fragmentos do *caderno de processo*. IR.fevereiro.2025. (p.40).
- [30] Fotoplano da Cidade do Porto nº15.1958.Em depósito no Arquivo Histórico Municipal do Porto.<https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/852714/?q=Fotoplano> .outubro.2024.(p.41).
- [31] Vista da Rua de São Bento da Vitória. IR.agosto.2025. (p.42)
- [32] Fotografia aérea da área metropolitana da Cidade do Porto. google earth.IR.fevereiro.2025. (p.43).
- [33] Fotografia aérea da área metropolitana da Cidade do Porto. google earth.IR.fevereiro.2025. (p.43).
- [34] Esquisso *in loco* - um primeiro olhar sobre a preexistência. Fragmentos do *caderno de processo*. IR.novembro.2024. (p.14).
- [35] Planta coberturas levantamento. IR.novembro.2024. (p.45).
- [36] Alçado Norte levantamento. IR.novembro.2024. (p.46).
- [37] Alçado Nascente levantamento. IR.novembro.2024. (p.47).
- [38] Alçado Sul levantamento. IR.novembro.2024. (p.48).
- [39] Corte Transversal B levantamento.IR.novembro.2024. (p.48).
- [40]Corte longitudinal levantamento.IR.novembro.2024. (p.49).

- [41] Planta do Rés do Chão levantamento. IR.novembro.2024. (p.50).
- [42] Planta do Piso 1 levantamento. IR.novembro.2024. (p.51).
- [43] Planta do Piso 2 levantamento. IR.novembro.2024. (p.51).
- [44] Planta do Piso 3 levantamento. IR.novembro.2024. (p.51).
- [45] Corte Trasversal A levantamento. IR.novembro.2024. (p.52).
- [46] Corte Trasversal D levantamento. IR.novembro.2024. (p.53).
- [47] Corte Transversal C levantamento. IR.novembro.2024. (p.53).
- [48] Vista da Rua de São Bento da Vitória. IR.agosto.2025. (p.54)
- [49] Vista do Alçado nascente do nosso objecto de estudo do interior do miradouro. IR.agosto.2025. (p.56)
- [50] Esquisso de processo do objecto de intervenção. Fragmentos do *caderno de processo*. IR.fevereiro.2025. (p.57).
- [51] Vista parcial do Morro da Vitória, tirada do Terreiro da Sé. 1972. Em depósito no Arquivo Histórico Municipal do Porto. dezembro.2024. (p.58).
- [52] Vista do Morro da Vitória. Maria Marques. 2009. <https://www.flickr.com/photos/59616233@N00/3559614488/in/photostream/>. março.2025. (p.59)
- [53] Vista da Rua de São Miguel. IR.agosto.2025. (p.60)
- [54] Vista do cruzamento da Rua da Bateria da Vitória e da Rua da Vitória. IR.agosto.2025. (p.60)
- [55] Vista da Rua da Vitória. IR.agosto.2025. (p.60)
- [56] Vista sob a cidade do Porto, tirada do interior da nossa área de intervenção. IR.agosto.2025. (p.61)
- [57] Vista do alçado tardoz do objecto de estudo do interior do miradouro. IR.agosto.2025. (p.61)
- [58] Esquema de Vistas das imagens atrevas da Planta de implantação. IR.agosto.2025. (p.61)
- [59] Vista da Rua da Vitória sobre a cidade do Porto. IR.agosto.2025. (p.62).
- [60] Fotografia aérea da cidade do Porto: fiada 18, n.º 347. 1939-1940. Em depósito no Arquivo Histórico Municipal do Porto. <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/587801/?>. janeiro.2025. (pp.64-65)
- [61] VITORINO, Marta - *Cohousing: estratégias de desenho e escalas do habitar em comum*, Dissertação de mestrado, Porto: FAUP, 2017. p.64 (p.67)
- [62] VITORINO, op. cit. p.64 (p.67)
- [63] As três escalas do cohousing. IR.agosto.2025. (p.73).
- [64] Vista interior do projeto *Share House LT*. Fotografia de Masao Nishikawa. 2013. <https://www.archdaily.com/497357/lt-josai-naruse-inokuma-architects> .maio.2025. (p.74).
- [65] Vista exterior do projeto *Share House LT*. Fotografia de Masao Nishikawa. 2013. <https://www.archdaily.com/497357/lt-josai-naruse-inokuma-architects> .maio.2025. (p.74).

- [66] Vista interior do projeto *Share House LT*. Fotografia de Masao Nishikawa.2013. <https://www.archdaily.com/497357/lt-josai-naruse-inokuma-architects> .maio.2025. (p.74).
- [67] Vista interior do projeto *Share House LT*. Fotografia de Masao Nishikawa.2013. <https://www.archdaily.com/497357/lt-josai-naruse-inokuma-architects> .maio.2025. (p.74).
- [68] Vista interior do projeto *Share House LT*. Fotografia de Masao Nishikawa.2013. <https://www.archdaily.com/497357/lt-josai-naruse-inokuma-architects> .maio.2025. (p.74).
- [69] Vista interior do projeto *Share House LT*. Fotografia de Masao Nishikawa.2013. <https://www.archdaily.com/497357/lt-josai-naruse-inokuma-architects> .maio.2025. (p.74).
- [70] Desenho digital de Representação volumétrica da distribuição dos espaços públicos e privados do projeto *Share House LT*. IR.agosto.2025. (p.75).
- [71] Desenho digital das Plantas piso RC, piso 1, piso 2, onde estão destacadas as áreas comuns do projeto *Share House LT*. IR.agosto.2025. (p.75).
- [72] Vista exterior do edifício, *Terrassenhaus Nahes Berlin*. Fotografia de Erica Overmeer.2018. <https://www.metalocus.es/es/noticias/terrassenhaus-berlin-por-brandlhuber-emde-burlon-muck-petzet> .maio.2025.(p.76).
- [73] Vista dos terraços comuns do edifício, *Terrassenhaus Nahes berlin*. Fotografia de David Von Becker.2018.<https://archive.obsessivecollectors.com/ARCH-features-Terrassenhaus-Berlin> .maio.2025.(p.76).
- [74] Vista exterior do edifício, *Terrassenhaus Nahes Berlin*. Fotografia de Erica Overmeer.2018. <https://arquitecturaviva.com/works/terrassenhaus-berlin> .maio.2025. (p.76)
- [75] Fachada principal do edifício *Terrassenhaus Nahes Berlin*. Fotografia de Erica overmeer.2018. <https://www.german-architects.com/de/projects/view/terrassenhaus-berlin-lobe-block> .maio.2025. (p.76)
- [76] Célula privada, do edifício *Terrassenhaus Nahes Berlin*. Fotografia de David Von Becker.2018. <https://archive.obsessivecollectors.com/ARCH-features-Terrassenhaus-Berlin> .maio.2025.(p.76).
- [77] Desenho digital da Planta modular do edifício, que apresenta acesso direto ao terraço comum do projeto *Terrassenhaus Nahes Berlin*. IR.agosto.2025. (p.77).
- [78] Desenho digital da axonometria do projeto *Terrassenhaus Nahes Berlin*. IR.agosto.2025. (p.77).
- [79] Espaço comum, entre as células privadasn do projeto *Habitação e Escola de Infância*.Fotografia de Johannes Marburg.2017. <https://divisare.com/projects/372050-bonhote-zapata-architectes-johannes-marburg-housing-and-nursery-in-chene-bougeries> .maio.2025.(p.78).

- [80] Vista exterior do projeto *Habitação e Escola de Infância*. Fotografia de Johannes Marburg. 2017. <https://divisare.com/projects/372050-bonhote-zapata-architectes-johannes-marburg-housing-and-nursery-in-chene-bougeries> .maio.2025. (p.78).
- [81] Espaço comum, entre as células privadas do projeto *Habitação e Escola de Infância*. Fotografia de Johannes Marburg. 2017. <https://divisare.com/projects/372050-bonhote-zapata-architectes-johannes-marburg-housing-and-nursery-in-chene-bougeries> .maio.2025. (p.78).
- [82] do projeto *Habitação e Escola de Infância*. Fotografia de Johannes Marburg. 2017. <https://divisare.com/projects/372050-bonhote-zapata-architectes-johannes-marburg-housing-and-nursery-in-chene-bougeries> .maio.2025. (p.78).
- [83] Espaço comum, entre as células privadas do projeto *Habitação e Escola de Infância*. Fotografia de Johannes Marburg. 2017. <https://divisare.com/projects/372050-bonhote-zapata-architectes-johannes-marburg-housing-and-nursery-in-chene-bougeries> .maio.2025. (p.78).
- [84] do projeto *Habitação e Escola de Infância*. Fotografia de Johannes Marburg. 2017. <https://divisare.com/projects/372050-bonhote-zapata-architectes-johannes-marburg-housing-and-nursery-in-chene-bougeries> .maio.2025. (p.78).
- [85] Desenho digital da Planta modular do edifício, que apresenta acesso direto ao patamar comum do projeto *Habitação e Escola de Infância*. IR. agosto. 2025. (p.79).
- [86] Planta do Piso Tipo com espaços comuns evidenciados do projeto *Habitação e Escola de Infância*. IR. agosto. 2025. (p.79).
- [87] Vista exterior do projeto *Fabrica Fabra & Coats*. Fotografia de Jordi Surroca. 2019. <https://www.archdaily.cl/cl/950479/46-viviendas-en-antigua-fabrica-fabra-and-coats-rolan-plus-berengue> . (p.84).
- [88] Vista interior do projeto *Fabrica Fabra & Coats*. Fotografia de Jordi Surroca. 2019. <https://www.archdaily.cl/cl/950479/46-viviendas-en-antigua-fabrica-fabra-and-coats-rolan-plus-berengue> . (p.84).
- [89] Vista interior do projeto *Fabrica Fabra & Coats*. Fotografia de Jordi Surroca. 2019. <https://www.archdaily.cl/cl/950479/46-viviendas-en-antigua-fabrica-fabra-and-coats-rolan-plus-berengue> . (p.84).
- [90] Vista interior do projeto *Fabrica Fabra & Coats*. Fotografia de Jordi Surroca. 2019. <https://www.archdaily.cl/cl/950479/46-viviendas-en-antigua-fabrica-fabra-and-coats-rolan-plus-berengue> . (p.84).
- [91] Vista interior do projeto *Fabrica Fabra & Coats*. Fotografia de Jordi Surroca. 2019. <https://www.archdaily.cl/cl/950479/46-viviendas-en-antigua-fabrica-fabra-and-coats-rolan-plus-berengue> . (p.84).
- [92] Desenho digital da axonometria do projeto *Fabrica Fabra & Coats*. com base na imagem <https://www.tccuadernos.com/blog/fabra-i-coats-rolan-berengue-arquitectes/> . IR. agosto. 2025. (p.85).

- [93] Desenho digital da Planta modular do edifício, que apresenta acesso direto ao patamar comum do projeto *Fabrica Fabra & Coats*. IR.agosto.2025. (p.85).
- [93] Vista sobre o Rio Douro a partir do logradouro. IR.agosto.2025. (pp.86-87)
- [94] Vista do Miradouro da Rua das Aldas. IR.agosto.2025. (p.88)
- [95] Esquissos de processo.Fragments do *caderno de processo*. IR.fevereiro.2025. (p.90)
- [96] Axonometria. IR.stembro.2025. (p.92).
- [97] Esquissos de processo.Fragments do *caderno de processo*. IR.fevereiro.2025. (p.94)
- [98]Planta do Piso 1, evidencia da tipologia A e B. IR.agosto.2025. (p.96).
- [99] Célula dos quartos Mosteiro de Santa Maria do Bouro. IR.março.2025. (p.97).
- [100] Edifício Forrester Correia/Ragazzi Arquitectos.Fotografia de Luis Ferreira alves.2008.<https://www.archdaily.com.br/br/01-83147/reabilitacao-do-edificio-forrester-slash-correia-slash-ragazzi-arquitectos> .julho.2025.(p.97).
- [101] Edifício Forrester Correia/Ragazzi Arquitectos.Fotografia de Luis Ferreira alves.2008.<https://www.archdaily.com.br/br/01-83147/reabilitacao-do-edificio-forrester-slash-correia-slash-ragazzi-arquitectos> .julho.2025.(p.97).
- [102] Axonometria Tipologia A. IR.stembro.2025. (p.99).
- [103] Axonometria Tipologia B. IR.stembro.2025. (p.102).
- [104] Axonometria Tipologia C. IR.stembro.2025. (p.104).
- [105]Fragmento da Planta da Cave, evidencia da tipologia C. IR.agosto.2025. (p.105).
- [106] Projecto Bloco loft, *Tila Housing*, arquitetos ILO.Fotografia de Stefan Bremer.2011.<https://www.architonic.com/en/pr/tila-housing/5103963/> .julho.2025.(p.106).
- [107] Quatro hipóteses de organização da habitação através da planta tipologia C. IR.agosto.2025. (p.107).
- [108] Plantas da cobertura, do primeiro piso, do rés do chão e da cave do volume da habitação em *triplex*. IR.agosto.2025. (p.108).
- [109] Vista da Rua São Bento da Vitória, a partir da qual se podem observar os alçados Norte e Nascente da nossa área de intervenção.IR.agosto.2025. (pp.112-113).
- [110] Planta coberturas. IR.agosto.2025.(p.115).
- [111] Alçado Norte. IR.agosto.2025. (p.116).
- [112] Alçado Sul. IR.agosto.2025. (p.117).
- [113] Corte Transversal B.IR.agosto.2025. (p.118).
- [114] Alçado Nascente. agosto.2025. (p.119).

- [115] Corte Trasversal A. IR. agosto. 2025. (p.120).
- [116] Corte Longitudinal. IR. agosto. 2025. (p.121).
- [117] Planta da Cave. IR. agosto. 2025. (p.122).
- [118] Planta do Rés do Chão. IR. agosto. 2025. (p.123).
- [119] Planta do Piso 1. IR. agosto. 2025. (p.124).
- [120] Planta do Piso 2. IR. agosto. 2025. (p.124).
- [121] Planta do Piso 3. IR. agosto. 2025. (p.124).
- [122] Corte transversal D. IR. agosto. 2025. (p.125).
- [123] Corte transversal C. IR. agosto. 2025. (p.125).
- [124] Planta tipologia A. IR. agosto. 2025. (p.126).
- [125] Corte Trasversal tipologia A. IR. agosto. 2025. (p.127).
- [126] Corte Longitudinal tipologia A. IR. agosto. 2025. (p.127).
- [127] Corte Trasversal tipologia B. IR. agosto. 2025. (p.128).
- [128] Corte Longitudinal tipologia B. IR. agosto. 2025. (p.128).
- [129] Planta tipologia B. IR. agosto. 2025. (p.129).
- [130] Planta tipologia C. IR. agosto. 2025. (p.130).
- [131] Corte Longitudinal tipologia C. IR. agosto. 2025. (p.131).
- [132] Corte Construtivo edificado. IR. agosto. 2025. (p.132).
- [133] Corte Construtivo edificado. IR. agosto. 2025. (p.133).
- [134] Corte Construtivo nova edificação. IR. agosto. 2025. (p.135).
- [135] Alçado Sul VA. IR. novembro. 2024. (p.137).
- [136] Alçado Norte VA. IR. novembro. 2024. (p.138).
- [137] Alçado Nascente VA. IR. novembro. 2024. (p.139).
- [138] Planta da Cave VA. IR. agosto. 2025. (p.140).
- [139] Planta do Rés do Chão VA. IR. novembro. 2024. (p.141).
- [140] Planta do Piso 1 VA. IR. novembro. 2024. (p.142).
- [141] Planta do Piso 2 VA. IR. novembro. 2024. (p.142).
- [142] Planta do Piso 3 VA. IR. novembro. 2024. (p.142).
- [143] Alçado Tardoz VA. IR. novembro. 2024. (p.143).
- [144] Análise e desenvolvimento da Casa Burguesa *Mercantilista*. Fragmentos do *caderno de processo*. IR. fevereiro. 2025. (pp.145-148).
- [145] Análise e desenvolvimento da Casa Burguesa *Iluminista*. Fragmentos do *caderno de processo*. IR. fevereiro. 2025. (pp.145-148).
- [146] Análise e desenvolvimento da Casa Burguesa *Liberal*. Fragmentos do *caderno de processo*. IR. fevereiro. 2025. (pp.145-148).
- [147] Esquisto de processo. Fragmentos do *caderno de processo*. IR. fevereiro. 2025. (pp.151-155).
- [148] Fotografia aérea da área metropolitana da Cidade do Porto. google earth. IR. fevereiro. 2025.

A presente Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura foi apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto a 19 de novembro de 2025.

Júri da Prova Pública de Defesa da Dissertação:

Presidente | Prof.^a Doutora Ana Isabel da Costa e Silva

Arguente | Arquiteto João Paulo Loureiro

Orientadora | Prof.^a Doutora Raquel Alexandra Geada e Paulino

O júri atribuiu por unanimidade a classificação de 18 (dezoito) valores.

